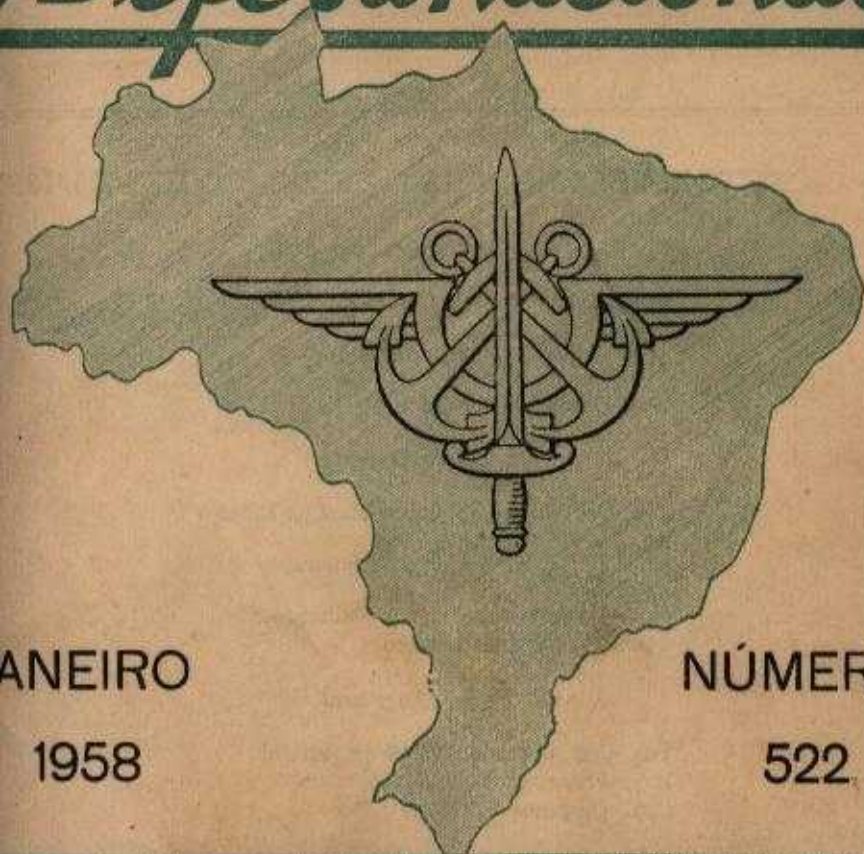


Defesa Nacional



JANEIRO
1958

NÚMERO
522

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1958

N. 522

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

	Págs.
Opinião Pública e Relações Públicas — Pelo Cipo Art Diógenes Vieira Silva	5
Os Carrus no Combate — Pelo Major Cleber Assumpção (Trad. de "The Infantry School Quarterly")	29
Geografia e História Militar na AMAN (Um Estado) — Pelo Ten-Cel Alvaro Cardoso	35
Major Arulzaoli — Agradecimento da Redação	42

CULTURA GERAL

Problemas do Comércio Interlatino-Americano — Exposição do Dr. Raul Prebisch, Diretor da Comissão Econômica para a América Latina, na Sessão Inaugural da Comissão de Comércio, reunida em Santiago, em 19 de novembro de 1956	43
Porque o Investimento na América Latina é um Bom Negócio? — Conferência pronunciada durante o Congresso Anual da "Escola de Comércio e Administração", da Universidade de Harvard (Estados Unidos), no dia 16 de junho de 1956 — Por Edmundo Macedo Soares e Silva	53
O Desenvolvimento Econômico e Suas Insuficiências (Discurso proferido na reunião da CEPAL, realizada em La Paz, de 15 a 29 de maio de 1957) — Por Roberto de Oliveira Campos	63
Fundições na América Latina	73
História da Descoberta de Petróleo no Recôncavo da Bahia — (Da "Petrobrás")	75

DIVERSOS

Não Desertar — Rubens Falção	79
Exploração da Energia Solar — (Do "O Estado de São Paulo")	81
Energia Elétrica — Pelo Major Rui Alencar Nogueira	87

BRASILEIRAS

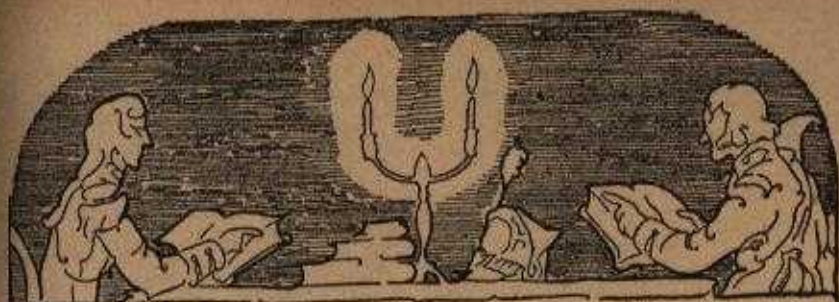
Progresso Econômico do Brasil — Indústrias Básicas — Volta Redonda Admte o Quinto Milhão — Nossa Exportação em 1957 — Produção Nacional de Cimento — Produção Nacional de Equipamento Pesado — Centros Urbanos de Importância Mundial — Exposição da Indústria Automobilística, Sua Repercussão e Seu Significado — Progresso da Indústria Automobilística Nacional — No Brasil Um Terço da Fábrica Chrysler — A Simca em Belo Horizonte — Avanço na Produção do Petróleo no País — Novo Campo Produtor em Perspectiva no Recôncavo — Novo Poço em Alagoas — O Consumo de Petróleo Diminui — Reflorescimento no Exército: 1953 — A Situação Econômica Brasileira	93
--	----

NOTÍCIAS MILITARES

A Memória das Vítimas da Intentona de 1935 — Missa na Catedral Metropolitana e Cerimônia Cívica Junto ao Obelisco do Parque Farraposilha	107
Parceiro do Consultor-Geral da República Sobre Vantagens	113

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos, Avisos e Portarias de Interesse Geral para as Forças Armadas Publicados até 29 de dezembro de 1957	115
--	-----



CULTURA PROFISSIONAL

OPINIÃO PÚBLICA E RELAÇÕES PÚBLICAS

Cap. Art. DIÓGENES VIEIRA SILVA

1º Artigo: Opinião Pública — Sua formação — Sua importância nas Relações Públicas — Suas formas de controle — A opinião pública e a guerra

1. Opinião Pública:

Podemos procurar uma definição para Opinião Pública, o que nos levará, certamente, a todos os inconvenientes contidos em uma definição. Também podemos conceituar o sentido da expressão, o que servirá, provavelmente, melhor às nossas finalidades.

Para uma definição, encontramos:

"Opinião Pública: (1) O julgamento médio ou consenso geral dos indivíduos de uma sociedade, com relação a certos problemas sociais ou objetos" (Dictionary of Education — Carter V. Good, Editor).

Muitas outras definições poderiam ser encontradas e colecionadas, trabalho esse em que se empen-

ham, comumente, estudantes de ciências sociais, para concluir, depois, que em todas elas foi esquecido algo por eles considerado como de suma importância. Virginia R. Sedman, em seu trabalho "Some Interpretations of Public Opinion", publicado em *Social Forces* de março de 1932, após estudar as várias definições de Dewey, Bogardus, Holcombe, King, Lippmanne, Lowell, conclui: "Opinião pública, para nós, é uma força, ativa ou latente, derivada de uma composição de pensamentos, sentimentos ou impressões individuais, composição essa cujo poder é resultante dos diferentes graus de influência e agressividade das opiniões parciais do conjunto".

Desde que definir significa determinarmos a extensão ou os limites

de algo, pelo que uma boa definição deve servir a todo o definido e apenas ao definido, concluímos pelas vantagens da conceituação, em lugar das definições.

Procurarmos quem primeiro usou a expressão "opinião pública" nos levaria, talvez, a enganos ou injustiças com os filósofos passados, mas também tentarmos descobrir a época em que surgiu seu conceito nos levaria, provavelmente, a nos perdarmos na noite dos tempos.

Já na literatura da antiguidade greco-romana podemos observar a preocupação de filósofos e certos governantes com a opinião das massas, o que permaneceu durante a própria Idade Média.

A frase *Vox populi, vox Dei* é característica desse período e serve para nos dar a medida da importância dispensada aos desejos do povo, comparáveis aos da divindade, se bem que a dificuldade de determinar precisamente quais fossem esses desejos populares, levasse comumente certos governantes a interpretar suas vontades como as populares, dando-lhes a força das vontades divinas, a que os pobres súditos humanos não se poderiam sobrepôr. Era o interesse insincero pela opinião das massas, das populações dirigidas ou governadas. Existe, portanto, uma correlação direta entre o interesse sincero pela opinião das massas e a evolução democrática da humanidade; razão pela qual o conceito "opinião pública" passou a ser submetido a uma análise mais sistemática e a um tratamento mais detalhado apenas quando as massas passaram a ter seus anseios respeitados, seus desejos satisfeitos, nos séculos XVII e XVIII.

Tomaz Hobbes (1588-1679) em suas obras *De Cive*, onde se acha expressa sua teoria política e o *Leviathan*, apologista do despotismo em política, estuda a opinião pública, principalmente ao tratar da necessidade dos homens renunciarem a todos seus direitos em favor de um único indivíduo, o qual determinará o justo e o injusto, trans-

formando-se no limitador, definidor e sustentador dos direitos particulares. John Locke (1632-1704), principalmente em *Tratado de governo civil*, contraria as opiniões de Hobbes, achando que o homem não pode renunciar sua liberdade nas mãos de um governante, e também estuda cuidadosamente a opinião pública e sua influência na estrutura da sociedade.

De maneira geral toda a filosofia dos séculos XVII e XVIII se acha impregnada de amor à independência absoluta, com o desprezo das autoridades civil e religiosa que existem só quando há por parte da massa uma cessão dos direitos que lhe cabem, em favor do sistema governativo. A opinião dessas massas é um assunto constante nas discussões filosóficas. Além dos que já citamos, Hume, Pascal, Rousseau e Voltaire discutiram a questão. Dentre eles, podemos destacar Blaise Pascal, que se referiu à opinião pública como à "Rainha do Mundo" ao que Voltaire (1694-1778) replicou: "Se a opinião é a Rainha do Mundo, os filósofos governam a Rainha" e como consequência são os governantes naturais do mundo.

Mas, provavelmente quem, pela primeira vez, utilizou a expressão *opinião pública* sob essa forma, tenha sido Jean Jacques Rousseau (1712-1778) em suas discussões a respeito das relações existentes entre *l'opinion publique* e a lei, tendo ele estabelecido: "Quem quer que tenha como função dar leis a um povo, deve conhecer como variam as opiniões e através delas governar as paixões dos homens".

Com o correr dos tempos, e o surgimento do Estado Moderno, com seu conceito de respeito às liberdades individuais e à opinião dos governados como condição indispensável para existência dos governantes, o conceito *opinião pública* passou a evocar a noção de democracia e de liberalismo. Atualmente, vemos, nos países considerados como membros das democracias ocidentais, a opinião pública servindo como fiel da balança pela qual se aquilata as

OPINIÃO PÚBLICA

O que é ?

O básico problema
das relações públicas

O seu conhecimento

Sua formação ;
modificações

Pesquisas de opinião

tendências dos dirigentes, de modo a classificá-los em democratas ou autocratas, conforme tenham ou não na devida conta a opinião dos componentes das respectivas comunidades.

Dai, provavelmente, a necessidade cada vez mais crescente dos estudos relativos ao problema do conhecimento e da medição da opinião pública.

Muitas vezes, porém, fala-se em opinião pública sem estabelecer devidamente o que caracteriza um público. Desde que nosso assunto se relaciona intimamente com relações públicas, para cujo estudo é indispensável a perfeita caracterização de público, não será supérfluo recordarmos essa caracterização.

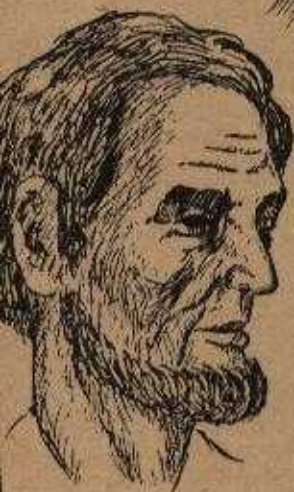
Talvez quem tenha primeiro estabelecido as características de um público tenha sido o filósofo francês Gabriel Tarde (1843-1904), numa distinção que se tornou clássica em psicologia social. Para ele público "é uma multidão dispersa, onde a influência dos espíritos uns sobre os outros se tornou uma ação à distância, a distâncias cada vez maiores". Apresenta, portanto, o público uma importante característica diferencial de multidão, que é uma reunião de indivíduos, unidos por laços de contiguidade física, "ombro a ombro", como declara Kimball Young (*shoulder to shoulder relationship*). Talvez essa diferença essencial seja a razão pela qual só tenha surgido bem caracterizada já no nosso século, quando puderam surgir bem definidos outros laços que não os da contiguidade física para unirem os indivíduos. Durante séculos e séculos a proximidade física foi quase que o único fator homogeneizante de uma coletividade, e os elementos que podiam gravar, transmitir ou alterar as opiniões dessa coletividade eram a escrita, a palavra e a imagem. Esses elementos, no entanto, sofriram inúmeras limitações, e só recentemente puderam, mercê das invenções que alteraram a estrutura do mundo moderno, ser projetados a distâncias cada vez maiores. A difusão da escrita, seguiu-se a difu-

são da palavra, e mais recentemente a difusão da imagem, de início, com tempos variáveis em função das distâncias e, hoje em dia, anulando praticamente o fator tempo, dando instantaneidade à transmissão da imagem. A difusão desses elementos é que deu início à indispensável caracterização de público, diferenciando-o de multidão. Por essa razão é que, para a maioria dos pensadores, na Idade Média sempre tivemos muitas multidões, mas nunca públicos no sentido perfeito da expressão. O próprio Tarde dá como só tendo início a existência de públicos de Luís XIV para cá, e esclarece que foi o "transporte do pensamento à distância" que veio caracterizar o público.

Público, portanto, se origina de multidão, mas essa massa de indivíduos com contiguidade física, se dispersando, e, portanto, perdendo seu elemento caracterizador de multidão, caso mantenha algum laço de união ou função comum irá se transformando em público. Tentemos exemplificar. Caso estejamos junto à Estação Barão de Mauá, de manhã, no momento em que os trens chegam dos subúrbios, veremos na sua proximidade um conglomerado humano que apresenta a contiguidade física e, portanto, se constitui em uma multidão. Se observarmos esse ajuntamento humano, veremos que irá se fracionando cada vez mais. Uns se afastarão a pé, outros esperarão bondes e outros adotarão os ônibus como meio de transporte, repartindo-se pelos veículos pertencentes às mais variadas linhas e empresas. Dai a poucos instantes, a multidão se dispersou, sendo seus elementos componentes encontrados nos mais diversos pontos da cidade. Às oito horas da manhã, na edição matutina do Repórter Esso, muitos desses indivíduos, agora dispersos, poderão se achar novamente reunidos, sem contiguidade física, porém, unidos por algo de comum: a preferência por eles manifestada por um tipo de noticiário. Estarão, portanto, fazendo parte de um público, o público ouvinte do Repórter Esso, apresentando em comum essa preferência.

OPINIÃO PÚBLICA
ATRAVÉS OS SÉCULOS

vox populi vox Dei



"É minha intenção conseguir que seja feito o que o povo deseja. O problema para mim consiste em saber o que realmente deseja o povo."

IBOPE



Baseando-se na obra de Arthur Ramos, "Psicologia Social", podemos estabelecer as seguintes características diferenciais entre multidão e público:

Multidão

1. Reunião de indivíduos, unidos por laços de contiguidade física.
2. Nada mais instável, transitório e episódico do que a multidão, e, quanto mais extensa, mais instável.
3. Sem função geral.

Outra distinção que se faz necessária é aquela entre opinião e atitude, muitas vezes consideradas como sinônimos, quando na realidade não o são.

Para Tarde (*L'opinion et la foule*), "A opinião é para o público, nos tempos modernos, o que a alma é para o corpo". Segundo ele, a opinião é a função psicológica do público, um dos seus elementos mais característicos.

Kimball Young considera a opinião como um julgamento baseado em fundamentos insuficientes para produzir certeza, ao passo que, atitude, capitula ele como tendências a agir, padrões de ações incipientes ou latentes".

Park também estabelece distinção entre opinião e atitude, esclarecendo: "Atitudes, portanto, não são opiniões. Um indivíduo baseia sua atitude em sua opinião. Mas opiniões são, em sentido amplo, o que os psicanalistas chamam de racionalização. São explicações e justificações de atitudes, de preferência nas suas momentâneas tendências a agir".

Mas, dada a diversidade de públicos existentes em uma sociedade moderna, em que um mesmo indivíduo, de acordo com seus campos de interesse, pode pertencer a vários públicos simultaneamente, observamos um aumento contínuo das lutas de interesse, um crescendo acelerado dos conflitos de opinião, que torna difícil a identificação de princípios e finalidades comuns à

Público

1. Nasce da multidão. É uma multidão que se dispersa, unindo-se, à distância, por laços psicológicos comuns.
2. Alarga-se em extensão, à medida que se vai tornando estável.
3. Grupo de indivíduos unidos por laços psicológicos, e tendo uma função comum que é a opinião.

generalidade dos componentes de um grupo social. Assim, uma das maiores dificuldades modernas no setor da opinião pública é o reconhecimento dos desejos e opiniões humanas que devem orientar nosso procedimento. Essa identificação do público e da opinião é indispensável, também, para que a expressão perca seu caráter abstrato e passe a significar algo mais do que uma locução vazia e sem finalidade imediata.

Childs (*An Introduction to Public Opinion* — Harwood L. Childs), estudando o problema, esclarece que "apenas quando ela se acha relacionada com um público particular e com opiniões específicas a respeito de assuntos definidos, se torna significativa no sentido em que pode ser estudada" (pág. 40), e compara a questão com a definição dada nos compêndios escolares para o "tempo" que, no sentido meteorológico, é definido nos dicionários como "um estado da atmosfera", o que leva os estudantes de meteorologia a não se dedicarem ao tempo em geral, mas a um estado da atmosfera em um momento determinado em um lugar específico. Assim, também, a opinião pública deverá sempre ser relacionada a um público específico e a opiniões definidas a respeito de algo.

Para que a opinião pública seja, portanto, estudada, investigada, analisada, medida e influenciada, deverá se achar localizada por duas dimensões indispensáveis: o públi-

co a que ela pertence, e o assunto a que ela se refere.

Outro aspecto interessante de seu estudo é o da sua formação, que veremos a seguir.

2. Sua formação:

Desde que um público é um coletivo composto de vários singulares, os indivíduos que o constituem, a opinião pública também caracterizante de algo coletivo, terá sua origem em fenômenos singelos.

Ainda em Tarde vamos procurar algo sobre essa formação da opinião pública:

"Opinião é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de julgamentos que, respondendo a problemas propostos, em dado momento se acham reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, do mesmo tempo, da mesma sociedade". Ainda continua ele: "É essencial também que cada uma destas pessoas tenha uma consciência mais ou menos nítida da similitude dos julgamentos que ela traz, com os julgamentos trazidos pelos outros; porque, se cada uma delas se acreditasse isolada em sua apreciação, nenhuma se sentiria encerrada numa associação mais estreita com seus semelhantes, inconscientemente semelhantes. Ora, para que a consciência dessa semelhança de idéias exista entre os membros de uma sociedade, é preciso que esta semelhança tenha por causa a manifestação pela palavra, pela escrita ou pela Imprensa, de uma idéia individual, a princípio, depois pouco a pouco generalizada."

Ora, como vemos, na origem de toda a opinião pública encontramos uma opinião individual que vai encontrando mais e mais adeptos, avolumando-se, identificando-se com outras, até que perde sua característica individual, para adquirir personalidade coletiva como representativa de um público. Essa troca de contatos, necessária para tal transformação, tem de se processar por intermédio dos meios de comunicação da palavra, de início falada e, posteriormente, escrita. E, na menor coletividade, na menor reunião

possível de indivíduos, o par, essa comunicação se faz por meio da conversação, que é, portanto, nossa primeira fonte de opinião pública.

2.1 — Conversação:

Todos os demais agentes de transmissão do pensamento à distância nada mais são do que desenvolvimentos da conversação, seja fazendo com que ela supere as limitações do espaço — transmissão à distância — seja levando-a a ultrapassar os limites do tempo — gravação para o futuro. O próprio jornal é chamado pelo professor Cooley de "conversação organizada" (*organized gossip*). Durante séculos e séculos foi a conversação quase que o único elemento formador da opinião pública, adquirindo nas cortes da Idade Média tal relevância que inúmeros cortesãos deveriam sua influência às qualidades apresentadas como bons conversadores.

Já em 1775 fora reconhecida a importância da conversação como elemento formador da opinião, sendo tal fato realçado por Diderot em carta a Necker: "A opinião, este móvel cuja força para o bem e para o mal tanto conhecemos, é, em sua origem, apenas o efeito de um pequeno número de homens que falam depois de terem pensado, e que formam, sem cessar, em diferentes pontos da sociedade, centros de instrução de onde os erros e as verdades razoáveis se propagam, de ponto a ponto, até os últimos confines da cidade, onde se estabelecem como artigos de fé".

Já na mais remota antiguidade, os próprios ensinamentos filosóficos eram transmitidos pela conversa. Para citarmos apenas dois dos principais filósofos da antiga Grécia, temos Aristóteles que transmitia seus conhecimentos aos discípulos caminhando e com eles conversando, razão pela qual receberam o nome de *peripatéticos*. Também Sócrates estabelecia suas disputas ou procurava transmitir suas idéias pela conversa, dialogando com seus contrários ou com seus discípulos.

Nas sociedades primitivas, porém, é que vamos encontrar a conversação como praticamente a mola real

em torno da qual gira toda a vida da coletividade. Os que conhecem as pequenas comunidades rurais do interior, sabem a importância dada aos "bate-boca" das vizinhas, aos "falatórios" das solteironas, aos "dedos de prosa" dos compadres, aos "mexericos" das comadres. Nessas aldeias, os locais mais importantes, não apenas para a divulgação das novas, como também para o próprio estabelecimento da conduta a ser seguida pela população, são aqueles em que mais facilmente se estabelece a conversação. Assim, as barbearias, as farmácias, as igrejas e os armazéns são centros em torno dos quais gira praticamente toda a vida do lugarejo. Normalmente, aqueles detentores das notícias, aqueles que polarizam a atenção dos conversadores pela diversidade de assuntos que dominam, se transformam nos líderes natos da comunidade, transformando-se nos indivíduos em torno dos quais se formam os grandes movimentos de opinião dos habitantes do local.

Com o desenvolvimento da sociedade, com a transformação das aldeias em grandes tentaculares cidades, o hábito se transportou para os salões elegantes da alta sociedade. O "talk about people" tão do uso dos cronistas sociais, ansiosos por divulgar as ironias, os sarcasmos, os vários escândalos captados nessas conversas elegantes dos *parties*, nada mais é do que o humilde "mexerico" das comadres, que se vestiu elegantemente e entrou na *high society*.

Mas, no nosso meio militar também temos o "bate-papo", tão do agrado de todos, principalmente junto com o cafézinho. É uma instituição já tradicional, verdadeira formadora de opinião, é a "roda da marréta", em que muitas vezes se decide o julgamento que a coletividade faz de determinado superior ou colega, pela utilização da comum "tesoura".

No entanto, no estudo da formação da opinião pública, à medida que a multidão vai se dispersando e adquirindo mais as características de público, mais difícil se vai tornando a conversação, pela falta de

contiguidade física. A técnica serviu, porém, para superar essas dificuldades, com a correspondência, o telefone, e todos os demais processos de transmissão no tempo ou no espaço da conversação.

2.2 — Correspondência:

Talvez a primeira transmissão à distância da conversação tenha sido a correspondência, e o próprio Tarde afirma: "A troca de cartas é uma conversa à distância, uma conversa continuada apesar da distância".

De início destinada a transmitir notícias particulares a familiares ou amigos, com o correr dos tempos, pela falta de órgãos informativos, as cartas particulares passaram a adquirir papel de tamanha relevância, principalmente nos séculos XVI, XVII e XVIII, que podem ser consideradas como verdadeiros precursores dos jornais modernos. "À dé faut de nouvelles fournies par les journaux, les lettres privées tenaient lieu de gazettes", conforme declara Funck-Brentano (Figaro et ses devanciers). Com a organização das postas, no século XVII, precursoras dos atuais correios, a troca de correspondência passou a adquirir tal regularidade que muitas autoridades mantinham correspondentes nas principais cortes para receberem, pronta e oportunamente, as notícias do que ali se passasse. Quando os correios eram semanais, essa troca de correspondência apresentava a mesma periodicidade, como deduzimos de muitos trechos de epístolas célebres, como o trecho: "Eis a renda semanal que vos devo", contido na carta de 9 de outubro de 1639, de Chapelain ao Marquês de Montausier.

Que esse hábito epistolar foi o precursor dos atuais cronistas e repórteres temos a confirmação na própria origem da palavra *gazeta*, originária dos "gazetiers", como se denominavam os correspondentes. "Vous voyez, ma belle dame, que de ma profession je suis gazetier", escrevia o abade Galliani a Mme. d'Epinau.

Muitos autores de cartas daquela época se tornaram célebres, e hoje

em dia sua volumosa correspondência é um verdadeiro repositório de informações para o estudioso da história dos seus dias. Malherbe, Gui Patin, Voltaire, Mmes. de Sévigné, de Sablé, de Rambouillet, Mles. de Launay, Aïssé, e muitos outros adquiriram a notoriedade pela sua volumosa correspondência. Malherbe, em sua correspondência com Peiresc, conforme realça Eugène Crépet (*Le Trésor Epistolaire de la France*), é de um detalhismo impressionante em suas longas cartas, preocupando-se com os menores fatos. Talvez um dos mais fecundos tenha sido Nicolau Cláudio Fabri de Peiresc, que chegava a escrever a quarenta correspondentes diferentes em um só dia, calculando-se em cerca de dez mil cartas o seu espólio.

Se hoje admiramos as cartas desse período, e espíritos saudosistas procuram estabelecer comparações com a pobreza epistolar de nossos dias, não devemos nos esquecer que quase toda essa correspondência se destinava mais ao público do que a quem a recebia. Mme. de Sévigné, cujas cartas são tão lidas e comentadas, era mais uma cronista, uma precursora de nossas atuais jornalistas, do que uma amiga que se correspondesse. Sua descrição da morte de Tureme, sua crônica, usando a terminologia moderna, do suicídio de Vatel, são obras-primas do jornalismo. O célebre *gazettier* Guez de Balzac, referindo-se às cinquenta cartas que se amontoavam sobre a mesa de seu quarto esperando resposta, afirma "mas respostas eloquentes, respostas para serem mostradas, copiadas, impressas".

Também em nossa língua temos exemplo da importância da correspondência. Já o próprio descobrimento do Brasil foi levado ao conhecimento da Corte pela carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota. Também as cartas do Padre Antônio Vieira ocupam lugar de destaque no epistolário de língua portuguesa, sendo que algumas delas, principalmente as escritas de Roma a D. Teodósio de Melo, Marquês de Gouveia, D. Rodrigo de Menezes e Duarte Ribeiro de Macedo,

são completos repositórios das ocorrências internacionais chegadas à capital italiana através de gazetas e cartas particulares.

Modernamente, a correspondência caiu sobremodo de importância, talvez pela facilidade das ligações telefônicas e radiofônicas, nacionais e internacionais, que levam imediatamente ao correspondente eventual a voz de quem deseja transmitir ou receber notícias. Mas, o desenvolvimento da imprensa veio trazer a influência cada vez maior da grande correspondência entre o jornalista e seus inúmeros correspondentes, os leitores aos quais deseja transmitir sua mensagem.

2.3 — A imprensa:

Para Tarde, "O jornal é uma carta pública, que, procedendo da carta privada, da conversação privada, se torna sua grande reguladora e sua mais abundante nutrição, uniforme para todos no mundo inteiro, mudando para todos profundamente de um dia a outro. Começou por ser apenas um eco prolongado das conversas e das correspondências e acabou sendo sua fonte quase única".

A principal característica do jornal é a transmissão ou divulgação de notícias. Para Kimball Young, "A notícia não são simplesmente relatos impressos de acontecimentos. Ela implica em comunicação. Antes que o relato se torne notícia, no sentido socio-psicológico, deve ter leitores. A notícia, então, é realmente uma forma de interação social e não meramente matéria impressa de uma classe especial".

Podemos alterar a conceituação de Young, substituindo leitores por público, e daí teremos a real característica de uma notícia, qual seja a de que haja um público nela interessado. E portanto, quanto maior número de públicos possa um jornal interessar em suas notícias, maior influência exercerá ele como órgão influenciador ou formador da opinião pública.

Assim, apesar do jornal ser o divulgador por excelência dos acontecimentos do momento, daí a expressão corrente de que ele deve levar

ao público os fatos ainda *quentes*, não é necessariamente a instantaneidade a característica principal da notícia, e sim o interesse que ela possa despertar, e esse interesse é que, quanto mais atual melhor para a imprensa.

Encarando-se as notícias sob o ponto de vista do interesse, elas sempre existiram, e vamos encontrar precursores dos modernos jornais em estágios recuados da civilização. Talvez os primeiros escritos aparentados com os jornais sejam os *Acta diurna populi romani*. Em Roma, de início, os acontecimentos mais importantes eram divulgados em uma tábua branca pendurada durante todo o ano no muro de residência do Pontífice e chamada *album*, constituindo, como origem dos futuros *Annales maximi*, verdadeiros repositórios da história romana. Júlio César, assumindo o consulado em 69 antes de Cristo, resolveu que os atos do povo e do Senado passassem a ser divulgados diariamente, o que conferiu às *actas*, no detalhado estudo de Carlos Rizzini, o primeiro característico do jornal, a atualidade. Essa atualidade que, à primeira vista, tinha como objetivo servir à democracia romana, foi útil, no entanto, aos planos do futuro ditador, com a desmoralização do Senado, pela divulgação diária de seus conflitos e mazelas até então desconhecidos dos romanos. Talvez tenha servido, porém, como ponto de partida para o atual direito democrático dos povos examinarem e criticarem as atividades e resoluções dos órgãos representativos do Estado. Com o tempo, as *actas* adquiriram outra característica do moderno jornalismo, a *variedade*, pois passaram a divulgar, não apenas atos e atividades do Senado, mas nomeações de funcionários, incêndios, anúncios de espetáculos, falecimentos, e até as dissoluções dos casamentos, pelo que Sêneca lastimava que as mulheres romanas ostentassem seus divórcios "nessas folhas linguarudas".

Se, de início as *actas* eram apenas expostas, não permitiam, portanto, a muitos tomarem conhecimento dos fatos por elas divulga-

dos, pelo que, dentro de pouco tempo, passaram a se estender por meio de cópias particulares, e os opulentos romanos se davam ao luxo de receberem suas cópias em casa, como assinantes dos mais modernos jornais. Além das características acima já referidas, as *actas* apresentavam a *continuidade*, outra característica dos jornais, pois acreditava-se que vieram a público, todos os dias, durante, aproximadamente quinhentos anos, tendo desaparecido com a transferência da capital do Império Romano para Bizâncio. Não obtiveram, no entanto, outra característica tão importante nos jornais modernos, e que muitos séculos mais tarde, com o progresso da humanidade, veio a surgir: a *circulação*.

Quanto ao característico da circulação, talvez o primeiro jornal da humanidade tenha surgido no Oriente, pois a impressão tabular ou xilográfica era conhecida e usada na China desde o ano de 900, e acredita-se que a tipografia tivesse começado a ser ali utilizada desde o século seguinte. A folha imperial *King-Pao* que, segundo uns, começou a ser editada no século XI, ou segundo outros, no século XIV, durou até 1934, sendo que, diária, a partir de 1800. No Ocidente, várias tentativas de solucionar o problema dos tipos móveis para impressão, sem fornecerem resultados satisfatórios, retardavam o aparecimento da imprensa, como a concebemos hoje em dia. No entanto, João Gensfleisch Gutenberg, expatriado em Estrasburgo, ali organiza, em 1436, uma empresa para exploração de um "segredo", fabricando folhetos ou livrinhos devocionais; e ao voltar a Mogúncia, em 1445, compôs e imprimiu com letras de chumbo, o primeiro livro, o *Weltgericht*, que trouxe, como consequência, verdadeira revolução na arte de imprimir, possibilitando anos mais tarde o surgimento da imprensa.

Muito se discute, ainda hoje, qual tenha sido efetivamente o primeiro jornal do mundo, com as características que o identifiquem como o precursor dos atuais. Carlos Rizzini, porém, em seu exaustivo trabalho

de pesquisa, tende para aceitar como tendo sido a *Gazette* que, com alarde, surgiu nas ruas de Paris em 30 de maio de 1831. O privilégio de imprimir e vender com exclusividade e perpetuidade "les nouvelles gazettes et récits de tout ce qui s'est passé et passe tant dedans que dehors le Royaume" foi concedido a Renaudot e seus sucessores por Luís XIII.

Os trinta e um primeiros números da *Gazette* foram reimpressos por Renaudot, que os precedeu de um prefácio que se tornou célebre pelos conceitos nêle emitidos quanto à função da imprensa, bem como pela crítica às exigências de seus leitores. Na rememoração que Rizzini faz desse prefácio podemos destacar o trecho abaixo de curiosa atualidade:

"Como na fábula "O camponês, o filho e o burro" — continuava Renaudot —, seria humanamente impossível às gazetas contentar todo o mundo. Os capitães queriam encontrar sempre nelas batalhas, cidades tomadas e cercos levantados; os demandistas, arrestos; os devotos, nomes de pregadores; os que nada entendiam dos mistérios da corte, êsses mesmos mistérios em letras grandes. Quem quer que tivesse levado uma encomenda à corte ou conduzido um troço de soldados de uma aldeia a outra sem perder nenhum, ficava aborrecido se o rei não lia o seu nome nas gazetas. Muitos indivíduos desejariam ver nelas os cumprimentos recebidos dos poderosos, sem notar que a geral omissão era o meio certo de conjurar a inveja. Quanto à redação do noticiário, uns leitores achavam-na florida e outros semelhante a um esqueleto descarnado, o que compelia o jornalista "à essayer de contenter les uns et les autres".

Bem atual a opinião de Renaudot sobre a vaidade humana em ver o nome em letra de forma nos jornais, e a elevada importância dada às menores ações pelos leitores.

No Brasil, os primeiros jornais são o *Correio Brasiliense*, feito em Londres, por Hipólito da Costa, e cujo primeiro número foi distri-

buido em junho de 1808, e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico impresso no país e cujo primeiro número saiu da Imprensa Régia a 10 de setembro de 1808, também. No primeiro número do *Correio Brasiliense*, encontramos no cabeçalho o final da 14ª oitava do Canto VII dos *Lusiadas*:

"Na quarta parte nova os campos ara;
E, se mais mundo houvera, lá chegara."

como uma homenagem à nossa Pátria, pois que a ela se destinava seu periódico: *Quarta parte nova*, na interpretação camoniana em lugar de América (Brasil). E na sua introdução a êsse primeiro número se encontra, no julgamento de Hipólito, a importância para a sociedade do homem de imprensa: "O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças físicas ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos ou talentos que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou. O indivíduo que abrange o bem geral de uma sociedade, vem a ser o membro mais distinto dela; as luzes que êle espalha tiram das trevas ou da ilusão aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia e do engano. Ninguém mais útil, pois, do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redatores das folhas públicas, quando êstes, munidos de uma crítica sã e de uma censura adequada, representam os fatos do momento, as reflexões sobre o passado e as sólidas conjecturas sobre o futuro".

Modernamente, o jornal é uma das mais importantes armas formadoras de opinião e influenciadoras do comportamento coletivo, congregando, em um só instante, um imenso público disperso nos pontos os mais distantes. Na opinião de Kimball Young: "Como a vida moderna se tornou móvel e mais complexa, como nossa escala de interesse e estímulo se alargou, o jornal tornou-se, para milhões de indivíduos, o

meio de conversação e notícias sobre acontecimentos remotos, situações e personalidades que eles nunca conhecem diretamente mas sobre quem estão interessados".

Hoje em dia o jornal se acha presente em todos os campos de atividade social, como na nossa vida pública e privada. Como esclarece Arthur Ramos: "Divulgando notícias, ele se dirige aos indivíduos, solicitando-lhes a atenção, despertando-lhes o interesse e formando opiniões".

A própria organização de um jornal moderno reflete a multiplicidade de públicos a que ele se destina, procurando atingir o maior número possível de membros da sociedade, crescendo o número de suas seções e a especialização de seus redatores com a complexidade dia a dia maior da nossa vida. Exemplo frisante é o da energia atômica que, surgindo praticamente em 1945 com as explosões de Hiroshima e Nagasaki, ocupou primeiro as primeiras páginas, as manchetes, para depois ir passando para as páginas seguintes, até que, quando integrada na vida quotidiana, obteve também suas seções especializadas.

Ainda como imprensa, e em estágio bem mais recente, encontramos o rádio, também chamado de *imprensa falada*, que age na formação da opinião, não por fatores visuais, mas sim auditivos. Apesar de apresentar uma influência menor, na opinião dos especialistas, por ser brando seu efeito psicológico, muitas vezes é utilizado como complemento da imprensa escrita, principalmente na divulgação e propagação de notícias. Suas próprias características negativas para uma eficiente influência na opinião, poderão se transformar em poderosas armas, quando usadas convenientemente, como foi o caso da alucinação coletiva provocada, há anos atrás, nos Estados Unidos, por Orson Welles, em sua radiofonização da Guerra dos Mundos de H. G. Wells.

O público do rádio é um exemplo típico do que apresenta a descontinguidade física, porém, ligado mui-

tas vezes por sólidos laços comuns de interesse.

2.4 — O cinema:

Outro elemento relativamente recente como formador da opinião pública é o cinema, que age, não apenas por estímulos visuais e auditivos, mas também, o que é importante, pelo movimento, tornando muito maior seu poder de sugestão. Sua força persuasiva sobre a opinião pública pode ser sintetizada na frase de Eric Johnston, ao aceitar a presidência da Associação de Cinema da América: "Seu poder para o bem só é comparável ao seu poder para o mal".

Modernamente se transformou no divertimento popular por excelência, atingindo a todas as camadas sociais, e influenciando todas as idades, sendo persuasivo, insinuante e barato. Várias pesquisas têm sido feitas em todo o mundo para estudar os vários aspectos das relações entre o cinema e a opinião pública. Gaston Rageot, ao fazer a estatística do que ele chamou o "consumo cinematográfico geral" chegou à conclusão de que nos Estados Unidos, cada americano assiste, semanalmente, uma média de duas sessões e meia de cinema. O Dr. W. D. Wall chegou à conclusão de que os solteiros vão mais ao cinema do que os casados, e de que o público de 16 a 19 anos é aquele mais constante nas salas de projeção. Outras conclusões por ele apresentadas:

a) a frequência aos cinemas aumentou consideravelmente quando o povo experimentou a inquietude emocional da última guerra; b) os indivíduos menos felizes, e aqueles desajustados emocionalmente, são os mais constantes frequentadores; c) entre estudantes, aqueles de menor nível de inteligência, se revelaram maiores frequentadores de cinemas. Por aí já vemos a importância do cinema como influenciador da opinião, pois a grande maioria dos seus frequentadores é constituída por indivíduos mais facilmente sugestionáveis, que o procuram como um derivativo para suas inquietudes, desajustamentos e conflitos emocionais.

Segundo a opinião do Dr. Wall temos que "O fato, sem dúvida, de que a película depende primordialmente da imagem projetada em uma sala obscura e de que as condições de estímulo visual rápido e de descanso físico se assemelham às do hipnotismo, produz provavelmente o resultado de seu chamamento emotivo que seja mais eficaz e direto que qualquer outro. Muito poucas fitas exigem um esforço consciente do espectador. Pode-se recusar a mensagem de uma fita e aceitar ao mesmo tempo, num plano de subconsciência, alguns de seus recônditos significados". A sala escurificada e a variação de sombras e luzes levam comumente o espectador a um estado de torpor semelhante ao que se observa quando nos achamos entre o sono e a vigília. E, continua ele, "o estímulo dos elementos instintivos em que se arraiga profundamente nossa vida emotiva — estímulo ao medo, ao desejo erótico, ao convencimento fácil, à atitude agressiva, etc. — pode operar diretamente e sem mediação de nenhum elemento irreal que reduz sua influência. A realidade que a linguagem cinematográfica imprime às irrealidades que expressa é de tal forma que muitos de nós, consciente ou inconscientemente, sofrem a obsessão de desejos, angústias e temores mágicos, típicos dos sonhos".

A própria técnica cinematográfica estuda detalhadamente como exercer a maior influência possível sobre o espectador. Ao estudar o ritmo nas películas cinematográficas, José Palau afirma: "O ritmo atua hipnoticamente sobre o espectador, adormecendo nele toda possível atitude defensiva para com o espetáculo, e, influenciado pelo movimento rítmico a que obedece a sucessão de planos, se converte em receptor passivo e, portanto, vulnerável às emoções que o filme procura nele despertar." A própria música que serve de fundo sonoro aos filmes apresenta uma técnica toda especial, e, muitas vezes só ela exerce influências ponderáveis sobre a mente do espectador. Outra também não é a finalidade do es-

tudo dos vários planos, dos cortes e das superposições. Dentre todos os mercados produtores de películas, talvez o que mais se tenha especializado em filmes com grande teor psicológico, que muitas vezes levam o espectador a se transportar para a tela, identificando com o tema do filme seus próprios problemas e conflitos íntimos, tenha sido o inglês.

Atualmente, o problema da influência do cinema sobre a opinião pública e sobre as próprias atitudes e hábitos de vida de um povo, tem apaixonado psicólogos e sociólogos em todo o mundo. Em certas universidades norte-americanas estudos já foram feitos sobre a psicologia do público, baseados exclusivamente nos anúncios cinematográficos.

A própria literatura já passou a copiar a arte cinematográfica, como muito bem acentua Gaston Rageot: "O certo é que a literatura (para o grande público) está copiando o cinema. Literatura espetacular, de imagens a se sucederem vertiginosamente no tempo. Mecânica e automatismo da inteligência".

Mais recentemente, a influência do cinema sobre a opinião pública sofreu mais um reforço com a adoção da televisão, que passou a levar aos nossos próprios lares todos os elementos influenciadores das películas cinematográficas, com o acréscimo de mais um: a instantaneidade, permitindo aos telespectadores presenciarem fatos que se passam afastados no espaço, ao mesmo tempo em que se realizam. Os próprios hábitos de vida da população se alteram com mais esse elemento influenciador e formador de opinião.

2.5 — Livro:

"Alguns livros são para serem provados, outros para serem engolidos, e alguns para serem mastigados e digeridos", conforme declarou Bacon em seus Ensaios (Do estudo), mas o fato é que todos eles exercem, em maior ou menor grau, ponderável influência sobre a opinião pública, daí terem sido sempre temidos pelos ditadores, como armas perigosas.

Suas origens se perdem na noite dos tempos, servindo sempre para gravar para o futuro fatos e acontecimentos importantes, tendo, porém, na antiguidade, atingido o apogeu no Império Romano, sob a forma de folhas de papiro ou pergaminho unidas em tira contínua, repartidas em quadros margeados, e enrolada em torno de um cilindro. Normalmente, o original era emprestado pelo autor aos seus amigos, que se encarregavam da reprodução, por meio dos copistas, quase sempre escravos, que se esmeravam no trabalho, apresentando verdadeiras obras de arte, disputadas pelos ricos. Já naquela época uma grande e luxuosa biblioteca também significava às vezes não cultura e conhecimento do seu proprietário, mas apenas riqueza e desejo de ostentação, conforme nos relata Sêneca (De la tranquillité de l'âme), ao se referir às valiosas coleções particulares de livros, luxuosamente encadernados, que constituíam ornamento indispensável das residências dos ricos ignorantes, que com elas forravam as paredes do chão ao teto.

Em Roma existiam as livrarias, geralmente instaladas sob os pórticos, com as obras dispostas em vitrinas, com cilindros talhados em ébano ou marfim, embutidos de prata e mesmo ouro, ou então cravejados de pedras preciosas. Eram até perfumados aqueles livros, para o que se utilizava óleo de cedro, que servia também para conservá-los melhor. Dentre várias referências às livrarias romanas existem as de Horácio à loja dos irmãos Sócios, Marcial às de Atrectus, de Valerianus Pollius Quintus e do liberto Secundus. Também as províncias recebiam os livros enviados de Roma, o que levou Plínio a se alegrar vendo suas obras à venda em Lião: "Eu ignorava a existência de livreiros em Lião e fiquei contente de saber serem os meus trabalhos vendidos aí". (Plínio — *Lettres*).

Já na Idade Média regrediu a humanidade, e mesmo entre os da classe dominante poucos sabiam ler e escrever, tendo cabido aos monges preservar algo do paganismo

com todos os prejuízos causados pela intolerância e pelo fanatismo. Felizmente, com a adoção das formas e tipos, dando nascimento à arte tipográfica, ressurgem os livros, como esclarece Gutenberg na apresentação do *Catholicon*, por ele editado em 1460 junto com a *Bíblia de 36 linhas*: "... este livro foi acabado sem o meio ordinário do cálcamo ou da pena, mas pela admirável disposição, combinação e modelagem, de formas e padrões... "

Ressurgiu com o prelo, o gosto pelos livros, e apesar das perseguições e ódios, voltaram a surgir as bibliotecas. Maquiavel considerava seu gabinete de leitura como "santuário dos grandes homens da Antiguidade", e só penetrava nele vestido de gala, pois "durante quatro horas escapava aos aborrecimentos, esquecia as tristezas, não mais temia a miséria e nem mesmo da morte se arreceava".

No Brasil, a arte da letra de forma tentou se instalar em Recife em 1708, sendo desconhecidos seus resultados, tendo, depois, em 1747, o impressor lisboeta Antônio Sidorio da Fonseca editado alguns poucos folhetos no Rio de Janeiro. Tipografia organizada só viemos a ter, na realidade, quando o Príncipe Regente, em 1808, mandou instalar a que fora trazida com a corte na sua fuga, pelo Conde da Barca.

Atualmente, segundo a opinião de Barbeirach, "Os livros governam o mundo", e se constituem como um dos mais importantes elementos formadores da opinião pública, já com finalidades educativas mais nítidas que os demais.

3. Sua importância nas Relações Públicas:

O conhecimento da opinião pública é de vital importância em qualquer programa de Relações Públicas. Para isso ela deverá ser conhecida e medida antes de qualquer iniciativa, seguida no decorrer da execução do programa estabelecido e, finalmente, determinado seu estado em relação a nós ou à nossa organização, depois de executado o programa previamente delineado.

Harwood L. Childs considera que as relações públicas, em última análise, dizem respeito com todos aqueles aspectos de nosso comportamento individual ou coletivo que apresentem implicações sociais. Assim, o problema básico nas relações públicas é ajustar essas relações aos padrões políticos, culturais e econômicos dominantes, de modo que possamos provocar ou despertar o interesse público sobre nós ou sobre nossa organização. Finalmente, a melhor maneira para determinarmos qual é o interesse público, será verificarmos o que a opinião pública diz ser ele.

Surge um problema de alta relevância que é o de investigar a opinião pública, para podermos determinar como ela se expressa a respeito de nossa Escola. Esse assunto, porém, será tratado em sessão posterior, que se seguirá a esta.

Para não nos estendermos demasiado, seria ainda interessante recordar como, muitas vezes, toda uma coletividade tem, a respeito de algo, uma opinião firme, que independe de pesquisas. Ainda recentemente, pudemos observar nos programas de televisão, um exemplo típico dessa opinião generalizada, e de como ela foi utilizada no anúncio destinado a formar uma opinião pública favorável a uma companhia em fase de organização.

Os apreciadores de programas de televisão devem ter observado, com um misto de espanto e incredulidade, a propaganda da Companhia do Metropolitano, em que o locutor com o máximo de ênfase, afirmava: "Não há como estabelecer qualquer relação entre as obras do Metrô e as obras da Prefeitura". Só faltava, evidentemente, o locutor dizer que tal esclarecimento se fazia necessário, pois se o público pressentisse qualquer relação entre as obras do Metropolitano e as da Prefeitura, a campanha de venda de ações não surtiria efeito, pelo completo descrédito da última, na opinião pública. A Prefeitura possui um Departamento de Relações Públicas, ou órgão equivalente, e, durante semanas, essa propaganda continuou

a ser feita, sem que nenhum esclarecimento surgisse.

Ainda outro aspecto que deve sempre ser ressaltado é de que só se pode realmente falar em relações públicas, quando há interesse em conhecer a opinião pública e respeitá-la, o que empresta às relações públicas uma característica essencialmente democrática. Sem o reconhecimento de que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido, pouco valor terá a opinião ou o sentimento desse mesmo povo. Nominalmente poderão existir Departamentos, Divisões ou Seções de Relações Públicas, mas essa própria existência sem uma base efetiva, sem uma necessidade real, apenas com vida nominal, dá a essas repartições um caráter grotesco, tornando-as, não apenas inoperantes, como também ridículas. Os que pretendem servir à democracia e não adotam os traços que são característicos desse sistema de governo, permanecem em contínua e triste contradição. "Não há verdadeira democracia senão onde o povo é mantido informado, onde é chamado para conhecer a vida pública e dela participar" (J. M. Domenach), pois como assinala Alfred Sauvy: "A democracia total, a democracia simplesmente, demanda ampla, amplíssima difusão dos conhecimentos; o soberano deve ser esclarecido. Não se trata unicamente de instrução, de formação intelectual, mas, também, de conhecimento dos negócios públicos". Nas pseudo-democracias, por outro lado, apesar do rótulo com que se apresentam, a opinião do governante ou dos poderosos do momento é que é apresentada como sendo a opinião pública, mantendo-se a nação afastada dos negócios de Estado, com a adoção do princípio irônico de Valéry: "a política é a arte de impedir que nos envolvamos naquilo que nos diz respeito".

4. Suas formas de controle:

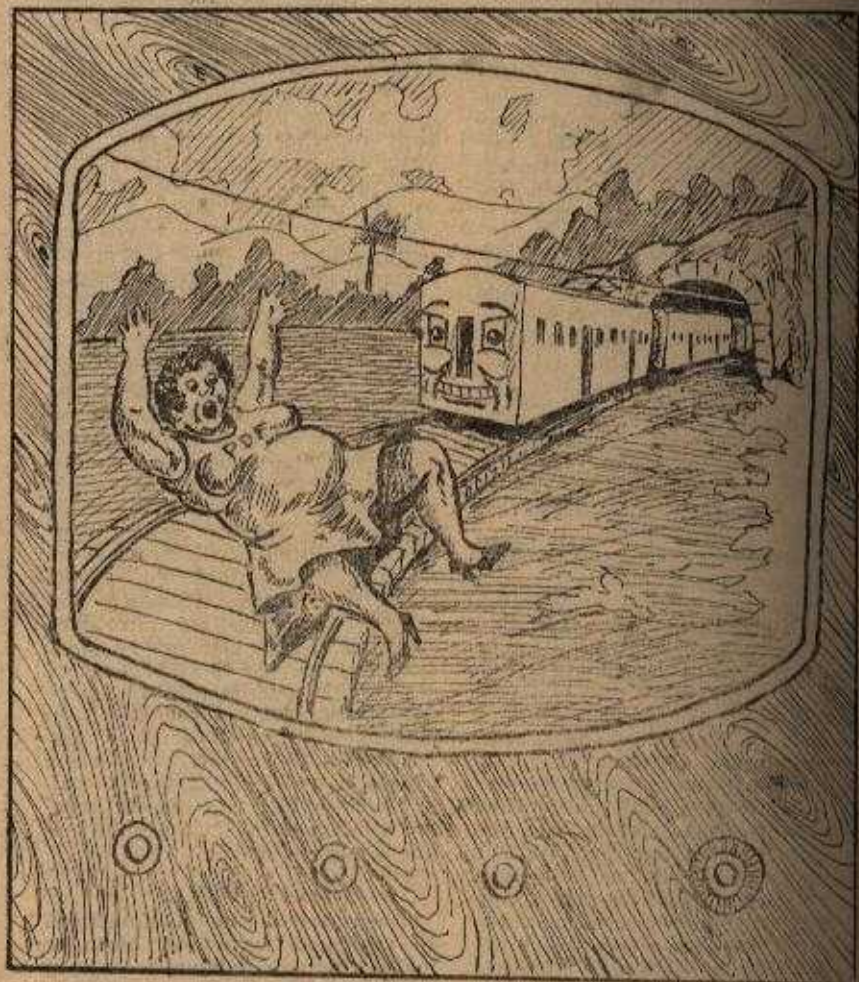
Vimos, talvez com mais detalhes do que seria necessário, como se forma a opinião pública, e quais as fontes em que se processa essa formação. No entanto, a opinião pública

blica, como força no conjunto denominado sociedade, força essa considerada por Sauvy "une force politique, et cette force n'est prévue par aucune constitution" pode sofrer também modificações e controles.

Modernamente, avolumam-se os estudos sobre controle social e todos o reconhecem como meio necessário para a subordinação mútua dos indivíduos à sociedade, e o que pode dar a uma comunidade os seus característicos sociais.

Todos os instrumentos reconhecidos como formadores de opinião, também são utilizados como seus modificadores. A modificação da opinião pública visando a determinado fim social, que às vezes também pode ser anti-social quanto à sua finalidade ética, é uma forma de controle social.

Vejamos rapidamente quais os dois principais processos de controle social, relacionados com a opinião pública.



4.1 — Censura :

Em 1501, quando o papa Alexandre VI proibiu toda publicação sem licença, a fim de evitar a heresia na Igreja, surgiu a era dos *nihil obstat* e dos *imprimatur*, que tão teimosamente ainda procuram subsistir no mundo moderno, apesar dos sempre apontados inconvenientes dessa forma de controlar a opinião pública. A censura aos escritos, no entanto, apresenta uma referência mais antiga, que é o mandamento de Bertoldo, Arcebispo de Mogúncia, em 1486, em que era proibida a publicação de qualquer livro traduzido sem a aprovação de uma comissão de quatro membros previamente designados.

É essa ainda a primeira idéia que nos vem à mente, ao ouvirmos qualquer referência a censura. No entanto, socialmente a censura existe desde as épocas mais primitivas, com o tabu das coletividades iniciais da sociedade humana, os agrupamentos clânicos, passando por uma série de evoluções até os nossos dias, em que se faz sentir, sob as mais variadas formas, e sob todas as fontes da opinião pública.

Sem procurarmos estudar a censura em seus aspectos psicológicos de repressão, supressão ou anulação, o que é mais um processo defensivo da personalidade, recorde-mo-la apenas nos seus aspectos sociais relacionados com os instrumentos formadores da opinião pública já vistos linhas atrás.

Muitas vezes um fato condenado pela coletividade, é dela suprimido, principalmente nas comunidades rurais, pela simples conversação. É o "bate-boca", o "diz-que-diz", o medo dos membros da sociedade primária de caírem na "boca do povo". Em estágio mais adiantado, vemos ainda a censura se exercer sobre a simples conversação, não apenas em épocas de guerras, como também em situações de convulsões sociais, perseguindo os "boateiros", proibindo as reuniões, impedindo que se formem rodas de conversação nas ruas. Com o desenvolvimento da conversação, tornando-a possível à distância, a técnica da censura

acompanhou o evoluir da técnica do instrumento formador de opinião pública. Vemos os estados de força controlando os telefones, censurando as ligações e gravando as conversações.

Também a correspondência que, como vimos, é um dos instrumentos formadores da opinião pública, fica sujeita à censura quando se põe em funcionamento o controle social. Desde as mais remotas eras a violação da correspondência, inclusive com o assassinato dos seus portadores, foi um recurso largamente utilizado pelos poderosos, fossem da maioria ou da minoria. Sua importância é indiscutível em época de guerra, e mesmo os Estados mais liberais reconhecem a legitimidade desse proceder. Muitas vezes, tal forma de controle é o único recurso seguro para o conhecimento da opinião pública, e temos um exemplo típico com a França sob a ocupação alemã, no último conflito mundial. Em setembro de 1940, o Governo de Vichy verificou uma evolução da opinião pública, pela simples leitura da correspondência aberta pelos seus censores. Até aquele momento, os franceses tinham se mostrado ou resignados ou partidários da solução encontrada, mas se constatou que a opinião pública já se alterara substancialmente, manifestando a grande maioria uma indiscutível oposição ao governo colaboracionista. Os acontecimentos posteriores, como o surgimento da Resistência e outros movimentos vieram demonstrar o quanto fora real a modificação sentida pelos censores.

A imprensa recebe como a mais sincera homenagem dos governos totalitários, como o reconhecimento de sua indiscutível força na formação da opinião pública, a censura que eles lhe impõem, tão logo se instalam no poder. E a liberdade que conquistou, e obteve a duras penas, apesar de atualmente ser considerada como uma das liberdades fundamentais, pôsto a que atingiu, no fim do século XVIII, depois de mais de cem anos de lutas, às vezes sangrentas. Em 1895, na Inglaterra, com a abolição do *Licensing Act*, conheceu a imprensa um

período de liberdade incontrolada, da qual os publicistas abusaram, tendo a partir de 1712 surgido uma série de restrições que voltaram a cercar a liberdade tão duramente conseguida. Só em 1772 puderam os jornais ingleses dar um ligeiro resumo dos debates parlamentares, e apenas em 1803 é que os jornalistas puderam penetrar no recinto da Câmara dos Comuns, para acompanhar os debates.

Em épocas de guerra, também a censura à imprensa se faz, mesmo nos países em que mais se preza a liberdade de expressão. Como exemplo podemos citar o caso dos Estados Unidos, em que foram, na última guerra, censurados e mesmo suspensos completamente o *New York Call*, o *Milwaukee Leader* e outros. Na Inglaterra, a *Defense regulation* (2D) permitia que o Ministro do Interior suspendesse qualquer jornal que publicasse sistematicamente assuntos contrários aos interesses do país em guerra, tendo o *The Daily Worker* sofrido os efeitos desse regulamento.

Exemplo interessante de uma censura que procura se cercar de aparências de liberalidade, no setor jornalístico é o dado pela imprensa soviética, em que os principais jornais, procurando se apresentarem como órgãos de massa, reservam parte considerável do espaço para as colaborações de seus leitores. E tanto melhor um jornal é considerado dentro da concepção de imprensa russa, quanto mais correspondentes voluntários ele apresentar, sendo que esses correspondentes recebem o título pomposo de *Comandantes da Opinião Pública*.

O cinema também, como instrumento formador da opinião pública sofre os efeitos da censura, ou, em alguns casos, dele se beneficia, quando a mesma é bem orientada e exercida criteriosamente. Estudos interessantes têm sido feitos nos Estados Unidos, com relação aos mais disparatados critérios adotados no exercício dessa censura, levada muitas vezes ao exagero, e outras vezes atingindo o ridículo. Entre nós, até hoje não foi estabelecido um critério, sendo os métodos os

mais empíricos possíveis, tendo a clássica expressão "impróprio para menores" passado a exercer papel de chamariz, não apenas de adultos, mas dos próprios menores. Arthur Ramos, estudando o problema, declara: "Censura e Juízo de Menores andam dêste modo desencontrados e desentendidos", e infelizmente suas conclusões ainda se apresentam válidas.

Finalmente, os livros, que desde o início de sua história, sofreram os rigores da censura. Alexandre VI proibiu a impressão de livros sem licença dos bispos, sob pena de excomunhão, e já em 1515, Leão X aumentava as penas para confisco, suspensão profissional e multa, medidas essas ampliadas por Adriano VI e Clemente VII, este último na bula *In Coena Domini*. Já em 1551, por determinação de Carlos V, a Universidade de Louvain publica um catálogo de livros permitidos, o primeiro *Índice Expurgatório*, e desde então o poder temporal se une ao espiritual na repressão às publicações. As queimas de livros iluminam as páginas da História Universal, marcando as eras de intolerância com fogo, mas realçando cada vez mais a influência do livro como elemento formador, modificador e aprimorador da opinião pública.

Mas, esse processo de controle social tem sido sistematicamente combatido por ter se apresentado sempre ineficiente. As medidas repressivas são características do delírio de perduração das minorias e, portanto, incompatíveis com o espírito democrático, em que o poder emana da maioria.

Todos os sociólogos são unânimes em reconhecer a *censura* como um processo negativo de controle social, repousando sobre a supressão e não sobre a construção, destruidor em vez de construtor. Chega a ser acadiana a afirmativa de que "procura sempre vencer, quem não consegue convencer", mas os fatos se encarregam de confirmar, muitas vezes com o ridículo em que cai a censura. A história da imprensa mundial nos revela que normalmente os que exercem as fun-

Contrôle da OPINIÃO PÚBLICA

positivo



negativo



ções de censores são os menos credenciados intelectualmente, e um capítulo interessante do jornalismo é o que nos mostra como, sob os mais rigorosos regimes de censura muito pode ser dito, inteligentemente, usando o linguajar aprovado pelo censor, mas que será devidamente entendido pelo leitor, que dele retirará toda a mensagem que se quis transmitir, convenientemente oculta nas entrelinhas.

4.2 — Propaganda :

Propaganda vem do latim *propagare*, significando a união de rebentos de plantas ou enxertia, com o fim de reprodução, o que traz a idéia de geração, extensão, multiplicação. Foi usado pela primeira vez na bula papal de '633, *Congregatio de propaganda fide*, dirigida às missões católicas e que baixava instruções para a disseminação da fé, para o proselitismo religioso. Interessante observarmos que se a censura surgiu praticamente na Igreja, também aí teve origem a propaganda, como um sinal da evolução que se processou nos métodos utilizados pelo poder espiritual para a manutenção da fidelidade religiosa.

Sua história está intimamente ligada à história da censura, pois se uma é o controle negativo da opinião pública, a outra constitui o controle positivo. Quando de alguém tiramos algo, temos de preencher o vazio com alguma coisa. Observe-se como nos estados totalitários ou nos períodos de convulsão social, em que mais violenta se apresenta a censura, imediatamente surge um organismo encarregado da propaganda, como complemento indispensável à obra iniciada pela ação negativa da censura.

Recordemos apenas que sua importância foi reconhecida em todas as épocas da história, tendo sido utilizada em todos os instrumentos formadores da opinião pública. Ela é um processo de controle social nitidamente positivo, com uma psicologia intimamente ligada à psicologia da imaginação criadora, à crença ativa. Só depois dos regimes totalitários, é que as democracias reconheceram a importância da pro-

paganda como elemento modificador e influenciador da opinião pública, achando-se atualmente em discussão até que ponto serão lícitas as relações da propaganda com o indivíduo a ela sujeito, a receptividade do indivíduo à propaganda e as possibilidades de defesa que lhe restam. Em conclusão, há necessidade apenas de estabelecer o limite entre a "propaganda legal" do Estado influenciando a opinião pública, e a "violação, psicológica", em cuja execução o nazismo se mostrou mestre. Que os regimes de força continuaram a estudar o assunto, se aprofundando nas suas últimas consequências, nos dão mostra as técnicas mais recentes que culminam com as famosas "lavagens cerebrais" adotadas pelos comunistas.

A propaganda se exerce também sobre todos os instrumentos de formação da opinião pública. Sobre a conversação se mune de uma técnica toda especial, que modernamente atingiu requintes de perfeição com a precisão usada na agitação de massas pelo contato pessoal e pela divulgação de rumores e boatos, e com as novas características da aliciação eleitoral, dando aos encontros de candidatos e votantes o caráter informal do "papo", da "conversa". Os próprios nomes adotados para essas novas técnicas nos mostram seu caráter coloquial: "conversa com o eleitor", "conversa ao pé do fogo", etc., etc. Sobre a influência do rumor, da opinião pública formada pelas conversas de esquina e café, será interessante recordar a frase com que, em 1680, Somaize se referia aos parisienses e ao gosto que os mesmos revelavam pelas conversas de rua: "Não sabe você que o povo tem o seu conselho de Estado nas esquinas das ruas e do Point Neuf, e que aí ele governa tanto a França, como toda a Europa?"

A correspondência também pode ser utilizada pela propaganda em sua ação sobre a opinião pública, e tal utilização não é recente, pois já nos séculos XVII e XVIII, principalmente na França, seu valor foi reconhecido, sendo usada em larga

escala. O método usado é explicado por Donneau de Vizé (*Mémoires*): "Falsas ou verdadeiras, as notícias podem causar desordens consideráveis; e como elas, partindo de lá (Galerie du Palais) se disseminam entre todo o povo, são capazes de levá-lo a crer em coisas que depois dificilmente se lhe tirarão da cabeça; para evitar semelhantes acidentes, o defunto Cardeal (Mazarino), segundo o que consta de pessoas dignas de fé, costumava mandar emissários que relatavam inúmeras coisas da forma que ele desejava que elas fossem acreditadas".

Sobre a propaganda na imprensa, cinema e livro, o assunto é de nossos dias, e todos a sentimos de uma forma ou de outra. Além disso, o assunto já foi amplamente explicado. Modernamente, há uma técnica toda especial que se desenvolve dia a dia, cada vez tornando mais racional a utilização da propaganda, em contraposição à censura que, sempre que se exerce, como expressão negativa de uma demonstração de força que é, revive os métodos supressores mais antigos. Knight Dunlap estudando a técnica da propaganda dela deduziu uma série de leis e princípios que podemos identificar a todo o momento em nossa vida quotidiana, permanentemente influenciada pela propaganda.

5. A opinião pública e a guerra:

Em junho de 1942, o Cel. J. B. Magalhães iniciou uma conferência na Escola de Estado-Maior do Exército com as seguintes palavras: "A guerra sempre foi uma luta de forças morais utilizando forças materiais". E nessas forças morais há um lugar de relevo, em toda a História Militar, para a opinião pública.

As relações entre a opinião pública e a guerra se perdem na noite dos tempos, porém, seu estudo sistematizado talvez seja característico de nosso século, em que o aperfeiçoamento chegou ao ponto de vivermos literalmente em permanente guerra pela opinião pública mundial, dividida entre ideologias contrárias e irreconciliáveis, apesar de

nôminalmente vivermos uma era de paz, a tão chamada paz armada.

5.1 — Base para a moral das tropas:

Jean Jacques Rousseau, em suas "Considerações sobre o Governo da Polônia" (1772), procurou mostrar aos poloneses como evitar que a Rússia os absorvesse, e seu conselho era: "formação de uma opinião pública nacional". Essa opinião pública nacional é a base sobre que assenta a moral das tropas e que permite que possam se engajar em qualquer campanha. Ela nada mais é do que as forças morais que apoiam os exércitos na retaguarda.

Mais recentemente, vimos como em 1870 a opinião pública francesa, influenciada pelo despacho trunco de Ems, forçou o exército a se empenhar em uma guerra para a qual não se achava preparado, e posteriormente, em 1918, pudemos observar a Alemanha se rendendo, apesar de toda a força de que ainda dispunha, por lhe ter faltado o apoio da opinião pública nacional, insidiosamente minada pela propaganda aliada. Tal fato foi reconhecido pelo próprio *London Times*, que, em 1918, escrevia: "A boa propaganda nos poupou um ano de guerra e possivelmente um milhão de vidas". Nos preparativos germânicos para a última conflagração mundial, a lição não foi esquecida, e cuidaram eles, com riquezas de minúcias, tanto da criação de uma favorável opinião pública nacional, como da destruição ou conversão sistemática da opinião pública dos seus adversários. Hitler, em discurso pronunciado em Landsberg, em 1924, reconhecia tal necessidade e declarava: "... é uma infelicidade que tenhamos aprendido com o adversário". Em 1934, o Professor Banse, um dos mais importantes conselheiros do governo alemão, em seu livro "A Alemanha prepara-se para a guerra", afirmava: "Na guerra ou na paz, o Alto Comando deve considerar o fator psicológico tão importante como as armas, o equipamento e o treinamento, nos seus planos e cálculos. E isso aplica-se, igualmente, às suas

próprias tropas, como às do inimigo".

Aqui se acha talvez um dos pontos mais interessantes para um desenvolvimento posterior e um estudo mais detalhado. O princípio de que a guerra se prepara na paz, continua válido, e se o exército necessita realmente "vencer a guerra" deve dispor de base sólida para sua missão, o que só será obtido com uma perfeita integração no todo que é a sociedade, da qual ele é uma parcela. O Ten-Cel Fernand Schneider, em seu livro "Histoire des Doctrines Militaires", reconhece que, em Iena, os prussianos não foram batidos por uma superior doutrina de guerra francesa, mas sim pelo entusiasmo francês, pelo espírito da causa francesa, pelo apoio que as tropas em combate tinham de toda a Nação. Essa perfeita integração do exército na coletividade nacional tem que ser procurada e obtida nos períodos pacíficos, antes da irrupção de um conflito. E na conquista desse objetivo é que as Relações Públicas encontram, nas Forças Armadas, seu mais importante campo de aplicação. Será um problema interessante para pesquisa, estudo e planejamento, com perfeita fixação das metas a atingir e dos processos a usar para obter uma compacta opinião pública, da qual a Força Armada será uma lídima representante. Só assim, perfeitamente ajustada à realidade social e devidamente integrada no todo do qual é parte, pode ela se empenhar em qualquer ação, sem temer a perda do apoio popular, sem ter suas metas divorciadas dos reais objetivos sociais da população.

5.2 — Guerra psicológica:

A guerra psicológica, cujo objetivo, em última análise, é a opinião pública inimiga, apesar de ter surgido com características técnicas apenas em nosso século, já foi empregada empiricamente desde a mais remota antiguidade.

Na Bíblia, no capítulo sétimo do Livro dos Juizes encontramos a descrição da batalha travada entre Gedeão e os Medanitas, e de como ele, inicialmente com trinta e dois mil

homens, seleciona apenas trezentos e vence o inimigo numericamente muito superior, levando a suas fileiras o pânico e a confusão, acreditando estarem sendo atacados por um inimigo muito mais numeroso. E isso se deu há mais de três mil anos. Heródoto, o historiador grego, também relata o ardil psicológico utilizado por Temístocles contra os jônios. No entanto, talvez o maior técnico de guerra psicológica da história tenha sido Temugin, o Genghis Khan, que organizou um vasto império, com um número reduzido de tropas, mas apoiado por um eficiente serviço de espionagem e de propaganda.

Felipe da Macedônia talvez tenha sido, porém, o primeiro a procurar estabelecer os princípios da guerra psicológica: primeiro, obtendo as amizades, as ligações favoráveis ao plano de conquista; segundo, reforçar e acelerar a ação indireta desses elementos favoráveis, por uma ação direta de agentes secretos, disseminando rumores e boatos, e favorecendo a corrupção dos adversários; terceiro, submergindo a opinião pública sob uma avalanche de notícias, verdadeiras ou falsas, levando a nação ao enfraquecimento, desintegração e dissolução. Com um desenvolvimento maior de idéias tão simples, vamos encontrar no nosso século o eficiente plano de guerra psicológica alemão, que fez com que conquistassem sem perdas a Áustria e a Tchecoslováquia, confirmando as palavras do Dr. Goebels, Ministro da Propaganda, ao Marechal Goering, Ministro do Ar: "Vocês não terão absolutamente que combater, se eu tiver recursos e uma completa liberdade de ação. Podereis vencer qualquer guerra sem perdas, mas somente com suicídios, do outro lado".

Mais recentemente, no período de agitações que se seguiu à segunda guerra mundial, vamos encontrar novo desenvolvimento da guerra psicológica com a técnica adotada pelos comunistas da Indochina, na luta do Vietmin, técnica chamada pelo Ten-Cel Fernand Schneider de "magistral lição de estratégia revo-

lucionária à base de ação psicológica".

Atualmente, é fato indiscutível a importância da guerra psicológica, não como uma técnica autônoma, porém, como uma combinação de técnicas psico-sociológicas destinadas a levar o país à obtenção de seus objetivos, o que tem levado os teóricos a quase uma revisão dos conceitos antigos de guerra, por terem deixado de existir certas características diferenciais dos estados pacíficos e bélicos. As opiniões se dividem apenas em julgá-la lícita ou não; porém, como instrumento de guerra total, desde que não se transforme em instrumento de violação das leis de guerra, como meio de atentar contra o homem desarmado, é tão lícita que tem sido utilizada à saciedade, como principal característica da guerra fria em que temos vivido já há alguns anos.

As Forças Armadas organizadas dentro da mais moderna técnica, como as da O.T.A.N., introduziram a guerra psicológica em suas unidades sob a forma ofensiva (ação sobre o inimigo) e sob a forma defensiva (preservação do moral amigo). Os Estados Unidos além de preverem para a época da mobilização, a constituição de Unidades de Guerra Psicológica, mantêm, em Fort Braig, perto de Fayetteville, North Caroline, a *Psychological Warfare School*, que ministra cursos para oficiais e praças, preparando-as para as modernas técnicas da guerra psicológica. O curso para oficiais, *Psychological Warfare Officer 33-0-1*, com a duração de oito semanas, se destina a preparar oficiais selecionados para as funções de estado-maior e de unidades operacionais de guerra psicológica, desenvolvendo nos mesmos uma perfeita compreensão da natureza e emprego da propaganda em combate, habituando-os com as organizações, métodos e técnicas utilizados na conduta da propaganda em campanha. Vários dos assuntos constantes do currículo do Curso recebem a designação **SECRET**. Para graduados existe o curso de *Psychological Warfare Noncommissioned*

Officer, 33-E-1, com a duração de seis semanas.

Como vemos, na guerra psicológica, o estudo da opinião pública e questões correlatas encontra seu mais vasto campo de aplicações militares, pois que a "Guerra Psicológica é o uso planejado, por uma nação ou grupo de nações, da propaganda e medidas de divulgação e informação afins, diretamente sobre grupos inimigos, neutros ou amigos, para influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos, de modo a que eles ajam de acordo com as políticas e desejos daquela nação ou grupo de nações". Campo tão vasto merece estudo mais amplo e detalhado. No entanto, nenhuma nação muda suas características básicas em tempo de guerra, de modo que a guerra psicológica, com muito mais forte razão, tem de ser minuciosamente planejada e preparada desde os tempos de paz.

6. Bibliografia:

Esta nota de aula despretensiosamente pretende apenas transmitir um pouco do muito que foi colecionado em várias fontes e após diversas leituras, para os que se interessaram pelo assunto. Atendendo aos seus pedidos, é que se tornou um pouco longa, apresentando-se mais detalhada do que a aula ministrada. A falta de tempo nos impediu de sermos mais sucinto. Para maiores informações e leituras mais amplas sobre o assunto, segue-se uma parte da bibliografia que serviu de base para sua elaboração:

- Dictionary of Education — Carter V. Good, Editor.
- An introduction to public opinion — Harwood L. Childs.
- Introdução à psicologia social — Arthur Ramos.
- Pequeno Tratado de Relações Humanas — Dra. Fernanda A. V. Barcellos.
- L'opinion et la foule — G. Tarde.

- Social Psychology, An analysis of social behavior — K. Young.
- O livro, o jornal e a tipografia no Brasil — Carlos Rizzini.
- L'opinion publique — Alfred Sauvy.
- La presse dans le monde — Pierre Denoyer.
- Enciclopédia Labor, Vol. 8 — El cine.
- La propagande politique — J. M. Domenach.
- Compreensão da Guerra — J. B. Magalhães.
- Dictionary of United States Army Terms, SR 320-5-1.
- Histoire des Doctrines Militaires — Fernand Schneider.
- La Guerra Psychologique — Maurice Mégret.
- The Army School Catalog, DA Pamphlet 20-21.
- Military Organization and Society — Stanislaw Andrzejewski.
- Revue Militaire d'Information — Coleção.
- Ejercito — Coleção.
- Notas de aula do Prof. Guerreiro Ramos, nos cursos do DASP.

A BATALHA DO PETRÓLEO

Na batalha do petróleo, os que defendem a participação do interesse privado contra o monopólio estatal costumam, por vezes, citar o exemplo do México. Nem sempre, porém, os dados trazidos à citação correspondem à evidência dos fatos.

Quem ultimamente colocou a questão em termos corretos foi o professor Hermes Lima, num artigo bem fundamentado que a imprensa carioca divulgou. Destruindo argumentos em contrário, sustentados pelos propagadores da livre empresa, mostrou que a produção do petróleo mexicano, ao tempo em que o Estado expropriou a indústria petrolífera, em 1938, não ultrapassava 38 milhões e meio de barris. Mas a Pemex (Petróleos Mexicanos), no curso de 18 anos de atividades, não somente triplicou aquela produção, como desenvolveu em todos os sentidos a indústria petrolífera no país.

A capacidade total de refinação era em 1937 de 102 mil barris. Atualmente excede a 334.500. Além disso, a Pemex construiu mais de 5.500 quilômetros de oleduto e gasduto, tudo feito com inversão de suas próprias rendas. Logrou ainda somar às quatro zonas produtoras que havia no México em 1938 mais outras quatro, aumentando assim as reservas que eram calculadas em 835 milhões de barris para 3 bilhões e 86 milhões de barris.

Finalmente, segundo o Boletim Nacional do Comércio, da cidade do México, de janeiro deste ano, as próprias companhias estrangeiras começaram a reconhecer os tremendos progressos logrados pela Pemex. "Recentemente, o presidente da Standard Oil New Jersey declarou que o desenvolvimento da indústria petrolífera mexicana é favoravelmente comparável a qualquer outro dos principais países produtores de petróleo".

Antes da nacionalização, a gasolina no México era 20% mais cara do que em Nova Iorque. Hoje, o preço da gasolina em Nova Iorque é de 80% mais elevado do que na cidade do México. Em resumo, os preços dos carburantes no México são os mais baixos do mundo.

Diante dos fatos que aponta e que são extraídos de estudos documentados, pergunta o articulista: A Pemex é um fracasso ou um triunfo?

(Da "Revista PETROBRAS")

OS CARROS NO COMBATE NOTURNO

Maj CLEBER ASSUMPCAO

Trad. de "The Infantry School Quarterly"

Nicholas Corotreff escrevendo no "Cavalry Journal" em 1943 disse: "A hora das operações com carros só serem possíveis entre o alvorecer e o crepúsculo é um assunto definitivamente do passado". O falecido General George S. Patton foi mais longe ao dizer: "Aos soldados deve ser ensinado como marchar e combater à noite. E isto está se tornando, cada vez mais, um imperativo; e não significa tão somente executar uma marcha de aproximação, mas, também, empenhar-se em operações mais violentas". O que esses expoentes dos blindados sugeriram não era a adoção pelo Exército de uma nova concepção de guerra. Os ataques à noite vêm sendo empregados há séculos. Os ingleses os adotaram com sucesso em Quebec em 1759, quando o General Wolfe, levando seus homens até as "Plains of Abraham", durante a escuridão, derrotou o Exército do General Francês Montcalm. O Exército Americano sempre teve e tem consciência do valor dessa modalidade de operação, cuja importância ficou fartamente provada em 2ª Guerra Mundial. Os Canadenses, em um esforço para romper as fortes defesas alemãs ao Sul de Caen, em Agosto de 1944, lançaram um ataque com infantaria e carros do efetivo de uma divisão. Esta ação obteve um sucesso completo e tornou-se um grande auxílio para o fechamento do bolsão de Falaise. Na Batalha de Berlim os russos executaram uma manobra na qual, após uma intensa preparação de artilharia, que durou vinte minutos, atacaram com infantaria e carros, em uma larga frente, cujo

terreno era iluminado por poderosos projetores.

Ao romper do dia os elementos mais avançados tinham progredido cerca de 3 quilômetros. A despeito desses exemplos de emprego de carros durante à noite com sucesso, o ataque diurno fazia tal sombra ao ataque à noite, que este, até a guerra na Coreia, permaneceu estranho e ignorado para o Exército Americano.

As operações noturnas na Coreia e a probabilidade de que, em uma guerra futura, elas se igualarão ou mesmo superarão as ações de dia, obrigam a uma intensificação da instrução de combate noturno.

A situação internacional, no momento, traz consigo a possibilidade de os EE.UU. serem lançados contra um inimigo tão poderoso, que os obriguem a lançar mão frequentemente do combate à noite.

A ameaça de uma superioridade aérea inimiga e o possível emprego de armas atômicas tornarão o combate noturno uma imposição. Além disso, devemos considerar também a grande combatividade em terra e a ótima qualidade do armamento do inimigo em potencial.

Ele é bem instruído, no que se refere às operações à noite; conhece bem seus prós e espera-se que as empregará sempre que houver oportunidade. Se bem que venha sendo dada mais ênfase à instrução de combate noturno, a doutrina e os manuais nos quais essa instrução é baseada não são bastante claros e completos. Isto é evidente no estudo do ataque, quando se cogita do emprego dos carros com a infantaria, à noite.

As razões dessa lacuna tornam-se evidentes ao estudarmos os obstáculos que os militares enfrentam para estabelecer a doutrina sobre essa modalidade de combate. Uma delas é que os blindados são uma arma relativamente recente e foi necessário introduzir várias modificações nos princípios táticos, para ser conseguida a integração dos blindados com a Infantaria e Artilharia, a fim de que ela se tornasse membro efetivo dos grupamentos táticos. É preciso não esquecer que o carro só foi empregado em larga escala na 2ª Guerra e que, nesta, os princípios de emprego dos blindados evoluíram bastante.

Em consequência do emprego relativamente reduzido dos carros no combate noturno, as maiores autoridades em emprego de carros divergem quanto ao valor relativo dos blindados. O Major General Ernest N. Harmon, comandante na 2ª Guerra da 2ª Divisão Blindada, é dos que advogam o emprego dos carros à noite. Em carta escrita em 1931 disse: "Realizamos três ataques noturnos, na segunda fase da batalha do Bolsão, sob as mesmas condições. A camada de neve era espessa, reduzindo a velocidade dos carros para de 5 a 7 km por hora. O ataque se processava contra um casario de alvenaria no interior do qual o inimigo tinha instalado carros com as bocas de suas armas alorando nas janelas. As posições se achavam localizadas sobre uma pequena ondulação, de modo que os atacantes deviam progredir em terreno descoberto, em acíve, numa distância que variava de 1.200 a 2.000 metros. Depois de ter tido o cuidado de tomar e reajustar o dispositivo durante à noite e de designar azimutes de marcha precisos, atacamos em uma madrugada de janeiro, sob forte nevada e em completa escuridão. Conseguimos, com essa conduta, subir até o povoado, protegidos pelas trevas e infiltrar-nos na região das casas de onde partiam os fogos que batiam a zona descoberta. Empregando essa tática, capturamos os povoados de Dévonthee, Dochamps e Semree. As baixas foram pequenas e durante

o dia era completada a captura das povoações".

Alguns comandantes não concordam com o General Harmon. Suas opiniões variam, mas a maioria de suas objeções parecem ter base em uma falta de confiança generalizada na praticabilidade do emprego dos carros à noite. Esta dúvida é comum tanto aos infantantes como ao pessoal de blindados. Os russos tinham a mesma opinião antes da 2ª Guerra. O "The Cavalry Journal" transcreve o que disse um comandante russo de blindados: "Um carro em um combate noturno estará sujeito aos mesmos riscos que um cego em um conflito de rua. A diversidade de opiniões é compreensível, porque o carro não é normalmente equipado para uma ação à noite, pois perde velocidade, potência de fogo, mobilidade e o efeito de surpresa. Esta diminuição da eficiência do carro entra em conflito com seus princípios básicos de emprego e gera a principal causa da falta de confiança de seu emprego à noite em combate ofensivo. Além disso, um soldado cuja instrução de combate noturno é deficiente e teme em consequência o desconhecido, terá reduzida a sua confiança em qualquer tipo de operação à noite, e considerará a escuridão como uma inimiga ao invés de considerá-la uma amiga silenciosa e de grande valor".

A falta de confiança existente entre os oficiais e a diversidade de opiniões entre as autoridades no assunto, tiveram efeito decisivo em nossas publicações sobre instrução e doutrina. O manual de campanha 17-32 — de março de 1950, que estuda o emprego tático dos pelotões e companhias de carros das unidades blindadas, diz no capítulo referente às "Operações Especiais" o seguinte:

"Se bem que de controle relativamente difícil, elementos blindados poderão ser empregados em operações noturnas devidamente planejadas, com forte efeito desmoralizante. As trevas aumentam o efeito psicológico da ação de choque". O manual também diz tex-

tualmente: "..... os carros normalmente operam em estreita cooperação com as outras armas" e que "..... o sucesso da batalha é certo somente quando todas as armas e serviços trabalham juntos".

Por outro lado, o FM 7-40 diz na "Modificação 2" (março-1952):

"Os carros levam grande desvantagem durante a escuridão. Eles normalmente não são empregados em ataques não iluminados, a não ser cooperando nos planos de fogos, ou então, para se deslocarem para frente, com a missão de apoiar a defesa do objetivo depois de conquistado. Nos ataques iluminados, como as condições se aproximam das que prevalecem de dia, os carros serão empregados do mesmo modo que nos ataques diurnos.

O FM 7-20, que estuda o emprego do batalhão de Infantaria em combate, transmite a mesma idéia ao comandante e seu estado-maior.

O comandante da companhia na Infantaria tem como "Bíblia" o FM 7-10, para ser consultado em todas as situações. Como a companhia de fuzileiros contém o elemento básico, que será normalmente empregado com os carros no combate noturno, era de se esperar que esse manual se ocupasse diretamente com os princípios básicos do ataque noturno com carros; mas tal não acontece, pois apenas estuda o papel dos carros no ataque noturno e sob o ponto de vista de que "carros poderão ser dados em reforço, logo depois da captura do objetivo".

Desta afirmativa, infere-se que não é cogitado o emprego de carros no ataque durante a noite. A companhia de carros, entretanto, se bem que orgânica do regimento e a fonte ideal para operações do tipo em estudo, tem somente o manual 7-35 — "Companhia de carros do Regimento de Infantaria" como guia no que se refere ao emprego tático. Nêle, as operações noturnas são estudadas com riqueza de mi-

núcias, e seguem a concepção dos blindados, do manual FM 17-32.

Este conflito de doutrina entre os manuais de Infantaria e Blindados tem afetado seriamente a instrução das unidades táticas.

A falta de uma doutrina clara e satisfatória, combinada com a diversidade de opiniões dos comandos mais autorizados, resulta que o treinamento do combate noturno dos grupamentos infantaria-carros é pouco ou nenhum.

Esta deficiência na instrução foi assunto de comentários por parte do Coronel Frank Mildren, ex-instrutor de tática da Escola de Infantaria. Disse ele, a respeito das lições da Coreia: "..... A maioria das nossas baixas, inicialmente, ocorreram à noite. Os comunistas rapidamente descobriram a aversão dos americanos pelas operações noturnas". O Cel Mildren notou também a deficiência na instrução noturna e o reflexo disso entre os comandantes e comentou: antes de 1950, nossas forças eram inadequadamente instruídas para operações noturnas; em consequência, elas relutavam em combater à noite e nossos comandantes e estados-maiores raramente planejavam operações desse tipo. Encarando esse fato, sob um aspecto futuro, esta situação poderá tornar-se desastrosa. A não resolução dos problemas relativos às operações noturnas durante a instrução obrigará a que os mesmos sejam resolvidos na guerra, por meio da experiência, o que acarretará grandes prejuízos. As experiências feitas com carros e infantaria teriam sido desnecessárias, se a doutrina de emprego dos grupamentos Infantaria-carros em operações noturnas tivesse sido já estabelecida. Ataques com blindados durante a noite lograram sucesso em várias ocasiões, durante a 2ª Guerra e o Exército Americano não foi o único a proceder dessa maneira. Logo no início da guerra, os alemães e russos experimentaram lançar ataques noturnos com carros; os resultados obtidos foram altamente satisfató-

rios e o emprêgo dos carros à noite ganhou forças em seus planos para o futuro.

Em uma certa situação, foi necessário transportar os carros através de um rio para levá-los mais próximo ao inimigo antes do ataque. Os alemães foram completamente surpreendidos, assustaram-se com a ameaça de cerco, ficaram confusos e desorganizados. Os russos, em outra ocasião, emassaram carros e Infantaria na linha do Rio Oder, para desfechar um ataque em larga escala. Para assegurar o sucesso, foram empregados 4.000 carros e 22.000 peças de artilharia, para apoiar a Infantaria. Projetores reunidos em grande número foram usados para iluminar o campo de batalha. A surpresa foi total, pois os alemães esperavam o ataque ao romper do dia. Mais tarde, os alemães também adotaram a tática de ataques à noite com blindados, em uma tentativa de retomar a iniciativa perdida, em virtude da supremacia aérea e da de artilharia dos aliados.

O comando da 104ª Divisão, verificando as possibilidades das combinações Infantaria-carros nos ataques noturnos, realizou mais de 100 ataques desse tipo com pleno sucesso, nas campanhas da Europa.

Os êxitos acima não foram obtidos sem um intenso treinamento, particularmente na 104ª Divisão.

De dezembro de 1943 até 4 agosto de 1944, o Major-General Terry Allen, comandante da divisão, determinou que no mínimo 25 % das horas de instrução fôssem dedicadas à instrução noturna.

Os homens estavam perfeitamente capacitados de que poderiam combater à noite, e seus chefes não tinham a menor dúvida disso.

O Comando Continental do Exército Americano (CONARC) está ciente da necessidade desse treinamento; tanto é que as unidades combatentes realizam 33 % de sua instrução tática à noite. Isto, não há dúvida, é um passo na direção certa, mas o Major Stephen E. Ca-

vanagh, escrevendo no quinzenário da Escola de Infantaria, em Outubro de 1953, acha que o Programa de Instrução do Exército 7-300 não cogita suficientemente da instrução noturna. Ele diz que milhões de conscritos passam horas à noite ouvindo ruídos produzidos por marmitas e observando a luz de um fósforo aceso a várias distâncias, mas que esta instrução raramente tem uma certa continuidade e, por isso, é de pouco valor.

"Os futuros programas deveriam elaborar minuciosamente os assuntos sobre a instrução noturna e os fins a atingir. Ela deverá integrar-se completamente com os outros assuntos, ao invés de constituir uma série de exercícios isolados que constituirão soluções fixas a serem empregadas para resolver as situações surgidas".

O Programa de Instrução do Exército Americano (ATP-7-300) calcula em oito horas o tempo necessário para a instrução noturna dentro dos grupamentos Infantaria-carros, nos escalões pelotão e companhia, para que um regimento esteja em condições de cumprir sua missão em combate.

O tempo previsto não é suficiente para uma minuciosa instrução individual e coletiva, para esse tipo de operação. O valor de uma instrução adequada a esta modalidade de combate só terá reconhecida sua necessidade quando uma doutrina clara e firme, e que inspire confiança, seja ministrada aos chefes. Essas conclusões, e a aceitação delas por parte dos chefes, parecerão óbvias, quando um estudo cuidadoso for procedido sobre as várias situações em que os blindados podem ser empregados com vantagem em um ataque noturno. A finalidade principal de um ataque noturno com carros é evitar as pesadas perdas que poderiam ocorrer em um ataque durante o dia. Tirando partido da excelente proteção dada pela escuridão, os carros e a infantaria podem transpor áreas batidas por metralhadoras pesadas e armas

anticarro. Esta vantagem ficou perfeitamente caracterizada na operação "Totalize", em agosto de 1944, contra as defesas ao Sul de Caen. As posições eram ocupadas por três divisões, localizadas em pequenas elevações que dominavam a parte plana da região. O II Corpo Canadense atacou à noite com oito colunas de 200 carros e 1.900 homens cada uma, com a missão de capturar objetivos 6 a 8 km ao Sul da linha de partida. As 0600 da manhã seguinte, todas as unidades estavam em seus objetivos, tendo sofrido poucas baixas em homens e carros. As perdas calculadas para o mesmo ataque, caso fosse realizado de dia, seriam muito maiores.

O ataque à noite com carros também permite ao atacante manter o ritmo de um ataque iniciado durante o dia. A continuidade da operação impede que o inimigo se reorganize em novas posições durante à noite, ao mesmo tempo que possibilita ao atacante continuar com a iniciativa. O inimigo, em consequência, perderá a sua capacidade combativa, tornando-se mais fácil desalojá-lo de suas posições. Outras vantagens são: maior efeito de surpresa e uma ação psicológica mais forte, que resultam da mudança para a noite de operações que são normais de dia e pela utilização, à noite, de armas que normalmente são consideradas de emprego pouco indicado para ações noturnas. O ruído produzido pelos carros poderá ser mascarado, antes do ataque, por tiros de artilharia. A ação de choques dos carros e sua tremenda potência de fogo são fatores psicológicos que à noite poderão causar um pânico.

Os carros poderão ser empregados em ataques limitados, com a missão de conquistar objetivos necessários a um ataque, a ser desfechado de dia. A vantagem de uma ação dessa natureza é a posse, por fortes elementos com grande potência de fogo, de um ponto crítico, cujo controle por parte o inimigo tiraria to-

das as possibilidades de êxito do ataque previsto para o dia seguinte.

Como acontece com todos os tipos de operações especiais de combate, há uma série de condições a serem satisfeitas, para que os carros possam ser empregados à noite. Essas condições, se bem que necessárias, não são difíceis de serem cumpridas, nem são incomuns. Em terreno normal, elas não constituirão um empecilho ao comandante que desejar empregar carros. O terreno deve se prestar ao trânsito de veículos com lagartas; possuir boas vias de acesso que levem à frente e permitir um deslocamento rápido dos carros, após estes transporem a linha de partida. Os objetivos devem ser próximos e de fácil identificação, para assegurar a conservação da direção e controle durante o ataque. Os fogos de apoio devem manter sua eficácia em todas as fases do ataque. Deve ser dado o tempo necessário para a realização de reconhecimento diurnos e a execução de um planejamento minucioso pelos elementos atacantes. Este último fator é o mais importante. Há, evidentemente, desvantagens nesta espécie de ataque, sendo as mais importantes: a diminuição da potência de fogo e da mobilidade do carro.

As limitações apontadas são amplamente compensadas por meio da proteção dispensada pela escuridão, contra a aviação e contra o armamento anticarro. As dificuldades criadas pela deficiência de controle, de coordenação, de movimentos e de direção, poderão ser superadas por uma instrução intensiva de combate noturno, ministrada tanto ao pessoal de Infantaria como ao de blindados.

A natureza complexa do ataque noturno com infantaria e carros exige um perfeito conhecimento, por ambas as armas, das suas possibilidades e limitações. O êxito de uma operação depende: de um excelente controle, de uma coordenação estreita; e de cooperação, que só serão conseguidos mediante uma

instrução combinada continua e não com um treinamento isolado. Essa noção se aplica particularmente ao Regimento. O Ten-Cel George B. Pickett, Jr., em um artigo publicado na Revista "Armor", de dezembro de 1951, recomenda que seja retirada do regimento de Infantaria a companhia de carros. Este fato privará o comandante dos meios necessários para ministrar com propriedade a instrução acima. A íntima associação de comandantes de pequenas unidades permite uma troca de idéias, uma comparação das possibilidades e limitações, e facilita a compreensão dos problemas peculiares a cada um, evitando, dessa forma, o emprêgo inoportuno dos carros e aumentando a confiança dos infantes nos carros. Se bem que a Segunda Guerra mostrasse claramente os excelentes resultados obtidos com o emprêgo de carros em ataques noturnos, alguns chefes ainda duvidam que essa operação seja digna de cogitações. A causa é o tratamento superficial dado ao assunto nos manuais, a instintiva repulsa do homem às operações noturnas e a falta de uma doutrina clara e firme sobre o assunto. Antes que as lições aprendidas na Coréia demonstrassem, sem sombra de dúvida, a necessidade da instrução noturna, pouca importância era dada a essa fase da instrução de combate. Diretivas agora em vigor prevêm um certo número de horas para a instrução noturna: individual e coletiva. O tempo previsto, entretanto, não é suficiente para se instruir convenientemente grupamentos de Infantaria-carros, para esse tipo de operação. É evidente que nem todo tempo será dedicado à instrução de ataque à noite, mas tudo indica que nas guerras futuras as forças americanas serão obrigadas a recorrer a esse tipo de operação, para economizar vidas, equipamento e tempo.

Para que um ataque noturno obtenha sucesso, é necessário que haja um alto grau de instrução. Os comandos devem acreditar na eficácia e nas possibilidades de uma operação desse tipo e ter uma nítida idéia do papel a ser desempenhado por eles no combate. Até agora, é admitido que os ataques à noite com infantaria e carros ficam restritos à possibilidade do terreno ser iluminado ou não, ou à existência de equipamento infravermelho.

O estabelecimento de uma doutrina que equiparia um comandante de infantaria com conhecimentos sobre as possibilidades dos grupamentos infantaria-carros, poderia ser obtido por meio das seguintes medidas:

a. Revisão dos manuais 7-10, 7-20, e 7-40, reforçando a parte relativa ao papel dos carros no ataque noturno.

b. Modificação do programa de Instrução do Exército 7-300, para inclusão de oito horas destinadas à instrução de ataque à noite, com grupamentos infantaria-carros.

c. Exigência, segundo a qual, os oficiais designados para servirem no batalhão de carros da divisão de infantaria estagiem nas companhias de carros regimentais. Esses estágios teriam a finalidade de familiarizar os oficiais em questão com as frações de infantaria que irão mais tarde apoiar.

Seguida essa orientação, o Exército Americano estaria adaptando a tática atual às exigências da guerra moderna. Nossos chefes ficariam então convencidos da verdade de uma velha máxima militar:

"A escuridão é uma arma de dois gumes e, como o terreno, favorecerá quem dela tirar melhor proveito; e se constituirá em um estôrvo para aquele que não souber dar a ela o devido valor".

Autor — Cap Roberto L. Smith

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR NA AMAN

(UM ESTUDO)

Tenente-Coronel ÁLVARO CARDOSO

Na integração de uma cultura profissional-militar, o oficial do Exército poderá ter a oportunidade de viver três diferentes estágios formais na aprendizagem de História Militar, dentro do ambiente do Exército — Academia Militar, EAO e ECEME.

Poderá, ainda, aproveitar o ensino, aberto aos oficiais das três Forças Armadas, a ESG, onde, evidentemente, de maneira específica, problemas de História Militar poderão proporcionar determinados aspectos de apreciação.

Apesar da EAO, atualmente, não apresentar um currículo de História Militar, informações há sobre a próxima inclusão da Matéria, preenchendo, desse modo, estranhável lacuna.

Fora o desenvolvimento normal e regulamentar, vívido nas referidas Escolas, sem dúvida, à base de uma curiosidade salutar e objetiva, à base de trabalhos, de investigações e pesquisas, os conhecimentos relativos à História Militar muito poderão ampliar-se, caracterizando, mesmo, em alguns casos, uma particular inclinação.

Como estágio elementar, fundamental, a Academia Militar das Agulhas Negras, escalão primordial de formação de oficiais, realiza Ensino e Aprendizagem que, profundamente, repercutem nos demais e mais avançados estágios.

Localizando-se, também, a História Militar naquele interesse Acadêmico, conclusão idêntica fica estendida ao Ensino e à Aprendizagem dessa Matéria, no que tange às influências que, forçosamente, exer-

cerão na continuidade da formação profissional-militar do nôvel oficial.

Desse modo, acima e além de tudo, deverá predominar num Propria Militar naquele interesse. Academia Militar, como preocupação, como finalidade essencial, como objetivo a atingir, a *Atração pelo assunto, o gosto pelo Ensino e pela Aprendizagem de História Militar*.

Apoiados nessa atração, provocada, despertada e mantida, os futuros oficiais, ao deixarem os bancos acadêmicos, poderão estar, subjetivamente, suficientemente preparados para nunca repudiarem, como insosso, em épocas futuras, assuntos e motivos de aperfeiçoamento através de História Militar.

Pelo contrário, deverão estar sempre atraídos, voltados para esses elementos subsidiários de cultura e profissão, como cabedal continuamente possível, fácil e agradável de ser incorporado ao aperfeiçoamento, sempre desejado.

Estágio inicial de formação integral, caracterizando uma feição normativa numa Educação Militar do cidadão devotado às armas, votado a servir ao Exército, especificamente destinado ao sacrifício pela Pátria, a Academia Militar, sem sombra de dúvida, trabalhará um sentimento conjugado de Civismo, Patriotismo e Interesse Profissional, um dos aspectos mais delicados na constituição da mocidade militar brasileira.

Nas tradições da Pátria e do Exército, serão vividas as influências espirituais, serão exaltados os motivos de aprimoramento moral; nada mais próprio, pois, que atri-

buir, igualmente à História Militar, uma parcela, talvez bem grande, dessa responsabilidade.

O objetivo, a finalidade de destacar o valor e as virtudes do soldado e dos chefes brasileiros, de reverenciar e exaltar os fastos da História do Brasil, estará, de maneira natural, racional, lógica, inteiramente à vontade num currículo de História Militar.

A ligação íntima de um estudo de História, principalmente de História Militar, com variados aspectos de ilustração e cultura, proporciona e facilita contatos freqüentes e proveitosos com muitos outros ramos de conhecimento, oferecendo, assim, qualquer que seja o estágio da profissão, a oportunidade natural e conseqüente para melhores condições de aperfeiçoamento cultural.

Mais um objetivo, mais uma finalidade, poderá, então, ser debitada à História Militar, no escalão das Agulhas Negras — *Proporcionar elementos subsidiários de formação cultural e profissional.*

Pela sua própria razão de ser, predomina, na Academia Militar, o sentido de uma Formação Militar, senão tecnicamente completa, pelo menos, muito bem preparada; entre os elementos de integração da aquele sentido, aparece a História Militar como excepcional meio, como incomparável instrumento auxiliar de Instrução Militar.

Os Regulamentos de Operações Militares apresentam a manifestação concreta dos acontecimentos militares já vividos, cujos ensinamentos, observados e analisados, permitiram conclusões de orientação e ensino, proporcionando, assim, as experiências do passado, excepcionais recursos para o aprimoramento da Formação Militar.

Nada mais justo, portanto, que se entrossem História Militar e Instrução Militar, e o argumento lembra, fora de maiores cuidados, outra finalidade, mais um objetivo da História Militar na Academia — *Colaborar com a Instrução Militar corrente.*

Não há História sem Geografia; não há o fato sem o local; ou acontecimento sem o ambiente.

Por quê, então, não se aceitar, como guardando a compreensão, o estudo, a aprendizagem de História Militar, lembranças, observações e conclusões relativas à ambientação dos sucessos de História?

Aspectos de Geografia poderão ser, em conseqüência, muitas vezes, focalizados e interpretados.

Que aspectos de Geografia?

Evidentemente, aqueles mais essenciais que, facilitando a observância dos propósitos já assinalados para a História Militar, possam, igualmente, participar da colaboração com a Instrução Militar corrente.

Surgem, pois, ângulos de Geografia Militar compreendendo apreciações e conclusões elementares, fundamentais, essenciais, gerais, que realmente favorecem a aceitação de alguns problemas de História Militar e auxiliam, em parte, a Instrução Militar.

Não haveria nesses elementos nenhuma intenção, nenhum sentido de extravasamento do escalão acadêmico, devendo, mesmo, ficar estabelecidas condições nesse particular, a fim de que o entendimento e o manuseio do assunto permanecam, via de regra, colocados sob o conceito definido de apreciação subsidiária, de fundamento, de compreensão elementar.

Tal situação do problema, até certo ponto, favoreceria, da mesma forma, os estágios mais avançados e futuros de História Militar, na EAO e na ECEME, quando particularidades mais evoluídas pudessem, na ocasião, provocar estudos correlatos, como, por exemplo, outros aspectos de Geografia Militar, outras qualidades de Geografia, ou Geopolítica.

Coordenado com a História Militar, poderia ser visto, no ambiente da Academia Militar, um modesto currículo de Geografia que, sem grandes pretensões, seria qualificada como Geografia Militar.

Nessa direção, com propósitos simples, porém sinceros, foi elaborado, como "uma solução", e é

apresentado, como "um estudo", o que se poderia chamar uma Proposta para um Curso de Geografia e História Militar na AMAN, estágio inicial de Ensino e Aprendizagem desse assunto no âmbito do Exército.

O projeto é apresentado em quatro partes:

Objetivos;
Unidades Didáticas;
Previsão de Tempo;
Orientação Geral.

A constar de um Regulamento, uma programação, à semelhança da estudada, seria de grande conveniência não ficar estabelecido, para aplicação, para execução, nada além do que fica apresentado, como enquadramento do escalão superior.

Melhor dito, nada abaixo de Unidade Didática seria expresso numa programação de Regulamento; a composição mais particular das Unidades Didáticas ficaria atribuída à flexibilidade de montagem e execução de um ano letivo, por parte do Instrutor-Chefe do Curso.

Além de muito favorecer e propiciar a variação dos assuntos em cada Unidade Didática, bastante facilitaria a atração decorrente de uma organização versátil, no transcurso de cada ano letivo.

A composição das diferentes Unidades Didáticas, por meio de Sessões, de Aulas, seria, pois, encargo específico da responsabilidade e das preocupações do Curso, de acordo com os interesses, possibilidades e disponibilidades de cada programação escolar, geral e anual.

No estudo em aprêço, a apresentação das Unidades Didáticas obedeceu ao sentido cronológico; isso, no entanto, não exclui a possibilidade, e mesmo a conveniência, de uma sequência de realização em critério diferente e que, em determinadas circunstâncias, melhor atenda às mais amplas condições de atração.

Fica ressaltado, como necessidade, serem os elementos constitutivos da Primeira Unidade Didática, admitidos como essenciais, fundamentais e imprescindíveis à observação, à análise e ao julgamento

dos ensinamentos visados nas demais Unidades Didáticas; é como se fossem percebidos nêles os instrumentos básicos indispensáveis ao trato de todos os outros assuntos relacionados para estudo e apreciação.

Devendo ser encarada uma divisão didática e racional para o estudo de História Militar, será dada a preferência para aquela que, mais naturalmente, se relacionar à evolução do Material, evitando-se, desse modo, a maneira clássica de apreciar-se a questão, ou seja à base das grandes épocas da História da Civilização.

Isso ocorrerá mais por conveniência e coerência, previamente admitidas, que por desejo de variação, uma vez que, sendo estabelecida a repartição por referência aos grandes lances do aperfeiçoamento do Material, principalmente o Armamento, ficaria em evidência, desde a apresentação inicial, a influência do fator material na modificação das organizações militares e nas transformações dos processos de combate, ou seja, ficaria salientada a trilogia "Material, Organização, Tática", como fundamento da evolução da Arte da Guerra.

Dai, os seguintes Períodos:

Anterior ao aparecimento da Arma de Fogo;

Da Arma de Fogo "Lisa";

Da Arma de Fogo "Raiada";

Da Arma Atômica.

Antes de passar-se à apresentação dos elementos necessários à confecção de um Plano de Geografia e História Militar para a AMAN, deve ser focalizada mais uma particular compreensão de História Militar como elemento complementar, subsidiário, em outros aspectos, da Instrução Militar corrente, normalmente desenvolvida no ambiente da Academia e apreciada, através da participação do Curso, em Sessões da Cadeira de Cooperação das Armas.

Aí, periodicamente, complementando Exercícios de Combate Ofensivo e Combate Defensivo, a História Militar vem sendo programada para a apresentação e exploração

de "casos vividos", nos quais, de acordo com os interesses estabelecidos, salienta ensinamentos e explora conclusões relacionadas a Batalhão de Infantaria, Grupo de Artilharia, Esquadrão ou Regimento de Cavalaria e Apoio de Engenharia e Serviços.

Embora tal participação não se mostre no "Estudo" apresentado, por ser de programação de outro órgão, evidentemente continuaria a ser colaboração possível, desejada e efetiva.

No Plano montado, como exemplo, apenas uma coisa deverá ser apreciada como menos flexível — os Objetivos.

Para alcançá-los, várias composições, combinações ou organizações poderiam ser consideradas e ajustadas à base de um único grupo de diferentes Unidades Didáticas.

Para determinado Ano Letivo na AMAN, mais de um Plano estaria

em condições de satisfazer os Objetivos fundamentais do Curso.

Assim, deve-se perceber na apresentação feita, apenas "uma solução"; outras soluções poderiam ser vistas em diferentes montagens.

Sem mais observações, fica aqui lembrado que sendo o signatário o atual Instrutor-Chefe do Curso de História Militar da AMAN, e contando o mesmo com a companhia e a colaboração dos Instrutores Auxiliares, Majores Paulo Ignácio Domingues e Angelo Irulegui Cunha, excluídos os aspectos que porventura colidam com o atual Regulamento da Academia Militar e com as Diretrizes baixadas pela SDEM, da mesma Academia, os demais aspectos considerados, em princípio, caracterizam uma orientação almejada, porém ainda não totalmente alcançada.

A seguir é apresentado um Plano de Curso para Geografia e História Militar.

CURSO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

DADOS BÁSICOS PARA UM POSSÍVEL PLANO DE CURSO

I — OBJETIVOS

A) Gerais

Proporcionar condições para que os cadetes:

- 1 — Adquiram natural Predisposição para o constante trato de assuntos de Geografia e História Militar.
- 2 — Percebam o valor e a necessidade da Matéria como Meio apropriado à Formação e ao Aprimoramento Profissional.
- 3 — Utilizem, de maneira normal, os Ensinamentos do Curso como Elementos auxiliares e complementares de Cultura e de Instrução Militar.
- 4 — Ressaltem, constantemente, os fatos de História do Brasil, sempre salientando a ocorrência de uma Tradição Militar Brasileira.
- 5 — Destaquem a importância do fator Moral, como indispen-

sável à formação do Soldado e do Chefe.

B) Geografia

- 1 — Formar e firmar, nos cadetes o conceito de Fatores Geográficos elementares.
- 2 — Proporcionar condições para que tais fatores sejam verificados na Apreciação e no Estudo de determinadas Regiões.
- 3 — Fazer com que os cadetes comprovem a influência desses fatores nas Operações Militares.
- 4 — Fazê-los constatar a importância de uma Ambientação Geográfica no estudo de História Militar.

C) História Militar

- 1 — Desenvolver nos cadetes a compreensão de que é contínua a Evolução da Arte da Guerra.

- 2 — Capacitá-los à Observação e Análise dessa evolução, através do constante Aperfeiçoamento do Material, da consequente Transformação das Organizações e das correspondentes Modificações dos Processos de Combate.
- 3 — Obter que estabeleçam a compreensão da Fisionomia dos Combates Modernos e a percepção dos combates do Passado.
- 4 — Conseguir que destaquem a importância do fator Homem, do valor Moral e da influência do Chefe.
- 5 — Fazê-los ressaltar a existência e a permanência de determinados Princípios de Guerra.
- 6 — Proporcionar condições para que os cadetes percebam e comprovem Elementos Constitutivos e Formas nas Manobras.
- 7 — Fazê-los verificar a Afinidade entre os fatos de Guerra e os dispositivos de Regulamento.
- 8 — Treiná-los na Apresentação de determinados assuntos de História Militar.
- 9 — Exercitá-los na Apreciação e na Compreensão dos fatos de História Militar e dos acontecimentos de guerra.
- 10 — Desenvolver nos cadetes o Ideal do mais alto valor Moral e o sentido de Aprêço aos Chefes Militares.
- 11 — Fazê-los Cultuar as grandes Figuras do Brasil e Reverenciar as Passagens mais significativas da História do Brasil.

II — UNIDADES DIDÁTICAS

A) Geografia

1 — Generalidades e Fundamentos

Estabelecendo a finalidade, os principais aspectos e o conceito de Geografia Militar — 3 Sessões.

2 — Fatores Fisiográficos Elementares

Estudando aspectos de relevo, hidrografia, vegetação e meteorologia — 8 Sessões.

3 — Fatores Humanos

Focalizando, principalmente, a ação do homem — grandes centros; vias de transporte — 4 Sessões.

4 — Regiões Geográficas

Estudando e analisando determinadas Regiões — 5 Sessões.

B — História Militar

1 — Generalidades e Fundamentos

Estabelecendo o conceito, a necessidade e as finalidades do estudo de História Militar; apresentando os Princípios de Guerra, a Constituição e a Forma das Manobras; salientando a interdependência de Meios, Organizações e Processos de Combate na evolução da Arte da Guerra; definindo termos básicos para auxílio do estudo — 5 Sessões.

2 — Evolução da Arte da Guerra

Compreendendo determinados aspectos do Aperfeiçoamento do Material, da Transformação das Organizações e da Modificação dos Processos de Combate, nas seguintes épocas:

Período anterior à Arma de Fogo.

Período da Arma de Fogo Lisa.

Período da Arma de Fogo Raiada.

Era Atômica.

Fracionar-se-á, segundo as conveniências e oportunidades do desenvolvimento do Ano Letivo, podendo, seus diferentes Assuntos, ser intercalados pelas demais Unidades Didáticas — 12 Sessões.

3 — Revolução Francesa — Era Napoleônica

Estudando os fatos militares da Revolução; apreciando, de maneira geral, as Campanhas de Napoleão e, de maneira mais particular, analisando duas Campanhas, Manobras ou Batalhas quaisquer — 10 Sessões.

4 — Brasil — Campanha de 1851/1852

Focalizando alguns aspectos políticos e principais fatos militares; analisando a Campanha e a principal Batalha; destacando os Chefes brasileiros; salientando ocorrências da Tradição Militar do Brasil — 5 Sessões.

5 — Brasil — Guerra da Triplíce Aliança

A semelhança da anterior, com maior ampliação quanto a campanhas, Manobras ou Batalhas — 10 Sessões.

6 — 1ª Grande Guerra

Fazendo a apresentação geral do conflito; estudando uma Manobra ou Batalha qualquer — 6 Sessões.

7 — 2ª Grande Guerra

Fazendo a apresentação geral do conflito; estudando três a quatro Campanhas importantes e algumas Manobras ou Batalhas, além da Campanha da FEB — 12 Sessões.

Exibição de Filmes

De acôrdo com o interesse das Unidades Didáticas — 10 Sessões.

Observação

Para disponibilidade de Tempo maior que o estimado na previsão, adiante apresentada, qualquer um dos "motivos", em seguida relacionados num critério de prioridade, poderá estabelecer nova Unidade Didática.

Igualmente, êsses "motivos" poderão servir para, em Anos Letivos diferentes, proporcionar variação na organização de outros Planos.

- 1 — Brasil — De Sacramento à Cisplatina.
- 2 — Campanha da Coréia.
- 3 — Brasil — Invasão Holandesa.
- 4 — Guerra do Chaco.
- 5 — Brasil — Guerra da Cisplatina.
- 6 — Guerra da Secessão Norte-Americana.

7 — Guerra Russo-Japonêsa.

8 — Campanha Libertadora (Bolívar ou San Martín).

9 — Guerra Franco-Prussiana (1870).

10 — Guerra Austro-Prussiana (1866).

III — TEMPO PREVISTO

A) Total

90 Sessões de 50 min.

B) Geografia

20 Sessões de 50 min.

C) História Militar

70 Sessões de 50 min.

Observação

Em caso de redução do Tempo previsto, necessário se tornará uma correspondente compressão no Plano apresentado, seja pela eliminação de alguns Assuntos, seja, mesmo, pela supressão de Unidades Didáticas.

IV — ORIENTAÇÃO

A) Geral

As Unidades Didáticas serão desenvolvidas à base de Planos de Unidade Didática, previamente elaborados.

Em princípio, as Sessões deverão ser ministradas à base de Planos de Sessões.

No decorrer das Sessões, a participação ativa dos cadetes deverá ser constantemente procurada, através de Trabalhos a Domicílio, antecipados ou posteriores às Sessões, relatórios, cooperação e interrogatórios.

Havendo possibilidade, Trabalhos em Grupo deverão ser realizados.

Tanto quanto possível, os assuntos ministrados visarão aplicação objetiva dos ensinamentos a destacar.

"Notas de Aula", relativas às diferentes Sessões, obrigatoriamente, apresentarão "Questionários", ou determinados trabalhos de aplicação.

Tanto quanto possível, "Súmulas ou Fichas de Sessões", distribuídas com antecedência, alertarão sobre os assuntos de interesse.

Em princípio, as verificações deverão, simultaneamente, focalizar aspectos de Conclusão, Análise e Apresentação, predominando essa seqüência como prioridade de importância.

B) *Geografia*

A apresentação e o estudo dos fatores geográficos elementares procurarão estabelecer uma sucessão gradativa de conclusões.

O estudo de determinadas regiões, além de conclusões particulares ou gerais, deverá, tanto quanto possível, facilitar conclusões comparativas.

C) *História*

Como diretriz elementar, deverá ser focalizada a compreensão da evolução da Arte da Guerra através:

— da interdependência de Meios, Organizações e Processos de Combate;

— da importância do fator Homem;

— da influência do valor Moral.

Cada assunto, visando Apreciação, Análise e Conclusões, proporcionará oportunidade para, em princípio, serem focalizados os seguintes aspectos:

Ambientação Geral.

Instituições Militares.

Personalidades dos Chefes.

Determinadas Campanhas, Manobras ou Batalhas.

Determinados Ensinamentos.

Entrosamento com os demais Assuntos.

Relativamente às Instituições Militares, normalmente, deverão ser focalizados:

Recrutamento.

Instrução.

Organização.

Comando.

Processos de Combate.

Aspectos do Apoio Logístico.

Na apresentação, análise e conclusões de determinadas Campanhas, Manobras ou Batalhas, via de regra, serão destacados os seguintes aspectos:

Ambientação Geográfica e Histórica.

Personalidade dos Chefes.

Situação Geral:

Terreno.

Fôrças em Presença.

Planos.

Apoio Logístico.

Execução:

Dispositivos.

Conduta.

Resultados.

Ensinamentos:

Princípios da Guerra.

Tipo da Manobra.

Conduta da Manobra.

Apreciação do Chefe.

Observações sobre Material e Organizações.

Na apresentação das Manobras, em princípio, serão destacados:

Elementos da Manobra.

Formas da Manobra.

Nos motivos de História do Brasil deverão, também, constituir interesse específico:

Os Ensinamentos de ordem Moral e Cívica.

A Apreciação das Grandes Figuras Brasileiras.

A Exaltação dos Feitos Militares do Brasil.

Dentre os Regulamentos, o Manual C 100-5, Operações, estabelecerá Diretriz Geral para a busca e o destaque de Ensinamentos mais específicos.



PROBLEMAS DO COMÉRCIO INTERLATINO-AMERICANO

Exposição do Dr. Raul Prebisch, Diretor da Comissão Econômica para a América Latina, na sessão inaugural da Comissão de Comércio, reunida em Santiago em 19 de novembro de 1956 (*)

É muito grande, ainda que de nenhuma maneira pesada, a dívida que as Nações Unidas têm para com o Governo do Chile que, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, quis mais uma vez ratificar o apoio prestado em todos os momentos a esta organização. Excelentíssimo Senhor Ministro: em nome do Secretário-Geral das Nações Unidas e no meu próprio agradecimento essa atitude invariável de seu Governo. As suas palavras confortadoras se uniram outras do Senhor Presidente do Comitê, a quem também devo agradecer com toda cordialidade e, finalmente — embora não em ordem de importância — desejo expressar meu sincero reconhecimento ao Senhor Chefe da

Delegação do Brasil, por seus conceitos tão cheios de estímulo para esta organização, conceitos que vêm juntar-se aos que há pouco tive a honra de ouvir do Senhor Presidente da República de seu país, quando estive no Rio por ocasião da inauguração do Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, patrocinado pela CEPAL em combinação com a Administração de Assistência Técnica.

I — A OPORTUNIDADE DO COMITÊ

Este Comitê não é uma improvisação. É uma idéia antiga, que remonta às primeiras sessões da CEPAL. Embora alguns anos te-

(*) Tradução de Leon Zetzel.

nham decorrido antes da sua realização, o Comitê não se concretizou nem antes nem depois do momento em que tal devia ocorrer, pois a Secretaria Executiva, obedecendo ao mandato dos Governos, pôde aprofundar o estudo dos problemas do Comércio Internacional e, particularmente, os do comércio interlatino-americano. Por outro lado, as deliberações da Comissão foram sumamente positivas nestas matérias e creio ter chegado o momento de se passar das deliberações à ação concreta, em virtude das grandes possibilidades que neste momento se abrem ao comércio latino-americano. Este Comitê está fadado precisamente a aproveitar as referidas possibilidades.

Por certo, não é este um tema que se tenha escolhido isoladamente dos demais. O comércio internacional não foi considerado como um fim por si mesmo, porém como um instrumento eficaz e vigoroso para promover o desenvolvimento econômico destes países. Esta é uma das idéias primordiais que aparece na série de trabalhos de elucidação e esclarecimento, levados a cabo nesta Secretaria, e que vêm formando um corpo de princípios teóricos dos quais têm surgido nas discussões da Comissão certas orientações e normas de ação prática que poderão servir nestes momentos em que parece chegada a hora de atuar concretamente.

Entretanto, o que parece muito claro para nós, que estamos reunidos com o fim de discutir estes problemas, poderá não o ser tanto para amplos setores da opinião tanto da América Latina como fora dela, para os quais ainda parece existir uma série de contradições no que respeita a interpretação do papel desempenhado pelo Comércio Exterior na vida econômica e no ritmo de desenvolvimento dos países latino-americanos. Talvez isso se deva ao fato das idéias da CEPAL não terem sido objeto de divulgação suficiente ou por terem surgido e sido apresentadas de maneira fragmentária. Em virtude disso, ao surgir a oportunidade de falar nesta primeira reunião do Co-

mitê, pareceu-me conveniente condensar as idéias fundamentais desenvolvidas na CEPAL sobre esta matéria, contribuindo assim para dissipar confusões e retificar freqüentes mal-entendidos sobre estes problemas de primordial importância para o desenvolvimento econômico latino-americano.

II — AS CONFUSÕES SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

Nas minhas freqüentes viagens através da América Latina compreveio que ainda prevalecem certas formas de exclusivismo e unilateralidade na interpretação destes fatos, repercutindo seriamente sobre a política econômica de nossos países. Há os que afirmam dever-se dar toda ênfase ao comércio exterior sem atender à industrialização; outros, ao contrário, pensam em concentrar os esforços na industrialização, deixando o comércio exterior em segundo plano. Uns condenam a proteção alfandegária, outros a defendem como uma medida indispensável à industrialização. Há os que consideram como solução fundamental a expansão do comércio interlatino-americano, enquanto outros temem que essa expansão possa repercutir precisamente sobre as correntes tradicionais de intercâmbio com os grandes centros industriais.

Na realidade, não há contradição entre estas proposições, nem se excluem umas em favor de outras. Não existe incompatibilidade entre o desenvolvimento pujante do comércio exterior e a industrialização. Por sua vez o propósito fundamental de incrementar o comércio interlatino-americano — que reúne os diversos governos — e tão pouco se contrapõe às formas tradicionais de expansão do Comércio Exterior. Parece-me interessante dedicar alguns minutos à exposição destas idéias, porque considero necessário, no momento do início das tarefas do Comitê, um ponto de partida claro e preciso.

III — EQUILÍBRIO DINÂMICO ENTRE PRODUÇÃO PRIMÁRIA E INDUSTRIALIZAÇÃO

A América Latina tem o mais alto ritmo de crescimento demográfico do mundo e, além disso, está empenhada na assimilação das técnicas modernas, que evoluem incessantemente, a fim de aumentar sua produtividade e elevar o nível de vida das massas. Dêstes dois fatos estão surgindo uma série de fenômenos nos quais a industrialização desempenha um papel de importância decisiva. É um fato de observação comum que, na medida em que a técnica moderna de produção penetra nas atividades exportadoras e nas atividades internas do país, necessita-se uma produção menor do incremento anual da população ativa nas atividades exportadoras e nas restantes atividades primárias. Corresponde precisamente à industrialização o papel de absorver essa população já não requerida pela produção primária e pelo artesanato em virtude do progresso técnico, empregando-a com maior produtividade nas atividades industriais ou em outras atividades urbanas. Portanto, não há contradição entre a indústria de um lado e a agricultura, de outro. Pelo contrário, quanto mais profunda a penetração da técnica nesta última, quanto maior a tecnificação agrícola, tanto mais necessária será a industrialização, para não frustrar as consequências da maior produtividade no campo e dar trabalho àquela fração do aumento da população ativa não mais necessária à produção primária. Trata-se, pois, de duas formas complementares do desenvolvimento da economia e é função essencial da política econômica fazer com que, em harmonia com o desenvolvimento do país, haja uma relação adequada da agricultura e outras formas de produção primária com a indústria. O êxito de uma boa política econômica consiste em respeitar essa relação de equilíbrio. Essa relação, longe de ser arbitrária, obedece a fatos inexoráveis; basta dizer que não é persistente, pois não se trata de uma cristali-

zação perdurável de certas situações, porém, de uma série de equilíbrios que se vão deslocando com o tempo, na medida em que cresce o país. O país que viola esse equilíbrio introduz fatores de perturbação em seu desenvolvimento econômico.

IV — INDUSTRIALIZAÇÃO FORÇADA E INDUSTRIALIZAÇÃO INSUFICIENTE

O afã de forçar a industrialização além desta relação adequada — é o que temos visto na América Latina — trouxe consequências perniciosas. Quando um país aplica uma política de fixação artificial de trocas ou preços para os produtos de exportação, ou adota medidas artificiais para expandir certas atividades internas, termina por subtrair fatores produtivos que poderiam ter servido a exportações proveitosas e chega a resultados contraproducentes para a própria indústria, porque em última instância priva o país de matérias-primas e bens de capital que somente poderiam ser conseguidos através de um comércio exterior crescente e que são indispensáveis ao desenvolvimento da indústria.

Todavia, não são apenas estes erros, no sentido do excesso, que devem prender nossa atenção. Também ocorrem os fenômenos de sinal contrário. Se a política econômica se orienta erroneamente para o desenvolvimento de certas atividades produtivas primárias, em detrimento da industrialização, verifica-se, do mesmo modo, grave prejuízo para o país. Que sentido terá conseguir um acentuado progresso técnico na agricultura e nas atividades de exportação se ao mesmo tempo não se tomam medidas para absorver a mão-de-obra supérflua através da industrialização? Quanto mais se tecnificam as atividades primárias, tanto maior será o campo de expansão que se deverá abrir à indústria. De outra maneira, a tecnificação agrícola não teria sentido positivo e acabaria por traduzir-se — pela deterioração da relação de troca — em uma trans-

ferência para o exterior dos frutos do progresso técnico.

Este é um ponto — o da transferência dos frutos do progresso técnico para o exterior — considerado pela CEPAL desde seus primeiros estudos e que tem sido objeto de controvérsias sadias em várias ocasiões, porém, também dado origem a interpretações nem sempre correspondentes à tese defendida por nossa organização. Em vista disto, e, dada a importância que tem para os países latino-americanos o problema da relação de preços de intercâmbio exterior, gostaria de dizer algumas palavras para explicar porque esta Secretaria atribuiu ao tema uma importância destacada em seus estudos.

V — A RELAÇÃO DE PREÇOS DE INTERCÂMBIO

Se os países latino-americanos não desenvolvem essa força industrializadora e se dedicam a estimular a técnica nas atividades exportadoras, haverá uma séria deformação no desenvolvimento econômico. O aumento da produtividade nas atividades exportadoras não poderá ser retido no país mediante um aumento de salários, que é a forma pela qual o incremento da produtividade se traduz nos centros industrializados. Se há uma grande massa de população ativa redundante, que não encontra colocação propícia no mercado interno, essa população competirá com a mão-de-obra empregada nas atividades exportadoras de alta produtividade e impedirá o incremento dos salários. É precisamente um fenômeno deste tipo que nos preocupou desde os primeiros momentos, pois havendo um baixo nível de salários internos por falta de industrialização suficiente, os salários não poderão subir na medida em que se verifica o progresso técnico nas atividades exportadoras e o fruto deste se trasladará para o exterior sem estimular o desenvolvimento interno das economias latino-americanas.

Esta é a tese singela que defendemos na CEPAL. Não fizemos prognósticos de nenhuma natureza sobre o que ocorrerá futuramente,

mas afirmamos que se nos países latino-americanos não houver um processo de industrialização adequado às circunstâncias e ao equilíbrio dinâmico referido anteriormente, o progresso técnico na atividade exportadora tenderá a traduzir-se em uma queda relativa nos preços das exportações, de interesse contrário aos países em desenvolvimento.

A industrialização é um dos fatores mais poderosos para acentuar contra essa tendência natural de deterioração. Quando mencionamos a existência dessa tendência não queremos dizer — repito — que futuramente se verificará essa deterioração na relação de preços de intercâmbio. Queremos apenas advertir que se não se interpuer um esforço poderoso de industrialização que contrarie essa tendência natural, a relação de preços de intercâmbio e, especialmente, a relação de salários entre países periféricos da economia mundial — entre os quais se situam os latino-americanos — e os grandes centros industriais tenderá a piorar. Isso significa que, à medida que o aumento da produtividade permitir elevar os salários nos grandes centros, o nível de salários nas atividades exportadoras da América Latina não subirá com a mesma intensidade que o progresso técnico, donde se derivará que a relação de salários entre os países do centro e da periferia evoluirá desfavoravelmente, a não ser que o processo de industrialização vá absorvendo a mão-de-obra abundante que pressiona sobre o nível de salários e à medida que corresponda à relação adequada entre a produção primária e a industrial.

Dizendo isso não pretendo simplificar uma realidade muito mais complexa, mas apenas chamar a atenção sobre alguns aspectos fundamentais do problema, omitindo outros que não se enquadram em uma reunião desta natureza.

Contudo, não esqueçamos que na relação de preços de intercâmbio intervêm, não somente a relação de salários e no que respeita a produtos primários — um elemento funda-

mental que é a produtividade do solo. Poderá perfeitamente ocorrer no futuro que, em virtude da necessidade de estender a produção a terras de menor produtividade, tanto a exploração agrícola como a exploração mineira melhorem a relação de intercâmbio por um efeito que poderíamos chamar ricardiano, (refiro-me ao economista que viu com tanta clareza o problema da rentabilidade do solo). É perfeitamente concebível que neste caso se observe uma deterioração na relação de salários e não na relação de preços por ter ocorrido um declínio na produtividade da terra e, conseqüentemente, um aumento nos preços dos produtos.

VI — A INDUSTRIALIZAÇÃO E O COMÉRCIO EXTERIOR

Visto por outro prisma, o processo de industrialização deve ajustar-se às circunstâncias particulares e ao momento histórico em que se encontra cada país. Além disso, a maioria, senão a totalidade dos países latino-americanos, não pode buscar no desenvolvimento de suas exportações a força ativa que absorverá a mão-de-obra redundante ocasionada pelo progresso técnico. Há outro fator que, embora não seja de caráter universal, se manifesta em boa parte nesses países, como veremos a seguir.

É um fato bem conhecido que nos países onde não houve uma política desvirtuada e nos quais se tenha cuidado do desenvolvimento sadio das exportações, estas atividades provaram ser insuficientes para proporcionar todos os artigos manufaturados e bens de capital necessários ao desenvolvimento econômico. Daí uma das funções dinâmicas da industrialização ser prover a economia interna daqueles artigos manufaturados que, dada a limitada capacidade para importar, não podem ser obtidos do comércio exterior. Na maioria dos países latino-americanos as exportações — mesmo nos casos em que se não lhe depararam obstáculos — tendem a crescer menos intensamente que as necessidades de im-

portação. Em vista disto, sem uma política substitutiva de importações, nenhum país poderá alcançar ritmo de desenvolvimento adequado ao incremento de sua população, à sua iniciativa e disponibilidade de recursos naturais.

Ao expor esta tese me coloco em posição incompatível com a minha qualidade de funcionário internacional, que por definição deve olhar com imparcialidade os problemas do comércio exterior e não adotar pontos de vista regionais ou exclusivos. Não tenho dúvida de que uma política de industrialização, de substituição de importações que se limita a cumprir as duas funções dinâmicas já referidas, não conspira contra o comércio com as demais regiões do mundo. Um país que se industrializa e substitui as importações dessa maneira não está reduzindo o comércio internacional. Cabe fazer aqui uma observação de grande importância para a concepção de uma política econômica: Não se deve considerar os países em desenvolvimento com as mesmas características funcionais dos grandes centros. Estou profundamente convicto de que devem ser encarados sob prismas diversos em algumas das relações fundamentais da economia. Os grandes centros industriais importadores de produtos primários são os que, em última instância, determinam a capacidade de compra dos países da periferia de onde provêm os referidos produtos primários. Quanto mais comprarem esses grandes centros, tanto maior será a capacidade que terão para importar destes países. Por outro lado, não sucede o mesmo no caso inverso. Enquanto os grandes centros desempenham um papel ativo na economia mundial, os países periféricos representam um papel passivo. Se estes últimos comprassem aos centros industriais mais do que lhes permite a capacidade para importar, nem por isso esses centros iriam adquirir maior quantidade de matérias-primas. Haveria apenas um déficit no balanço de pagamentos. A compra dessas matérias-primas pelos centros industriais es-

tá relacionada ao crescimento de sua renda, à elasticidade da procura das importações de tais matérias-primas e à política comercial mais ou menos restritiva, fatores sobre os quais os países periféricos não podem exercer nenhuma ação.

Isso não significa que a América Latina não possa seguir uma política errônea, que conspire em última instância contra o desenvolvimento comercial, ao exagerar sua industrialização e utilizar artificialmente fatores produtivos que poderiam empregar-se com melhor aproveitamento nas exportações. Isto sim é que levaria a uma contração do intercâmbio. Mas, se dentro dos limites referidos, a indústria desempenha o papel dinâmico que lhe corresponde, não há razão por que diminuir o comércio internacional. Não diminuirá o volume das importações realizadas pela América Latina dos centros industriais; apenas a composição dessas importações se modificará.

Por isso, creio que um dos argumentos que poderia ser usado contra a expansão do comércio interlatino-americano deve ser encaixado na base desta afirmação. Há quem tema que se estes países encontrarem uma fórmula satisfatória de intercâmbio de produtos industriais, o comércio internacional da América Latina poderá ser afetado desfavoravelmente. Minha contestação é a seguinte: Se esta política de complementação industrial se realizar em base sadias não há razão por que prejudicar o comércio com os grandes centros; será apenas um novo fator de modificação da composição, mas que não afetará o volume total das transações com o exterior.

Na minha opinião, tampouco é exato o argumento de que a industrialização latino-americana permitirá aos grandes centros vender mais que em outras condições. Minha posição é esta: nem mais nem menos do que seria sem a industrialização periférica. Somente crescerá na medida em que a aceleração do incremento da renda ou a evolução favorável das modalidades do

consumo ou o debilitamento das restrições comerciais dêesses grandes centros permitisse aos países latino-americanos vender-lhes mais.

VII — PROTEÇÃO ALFANDEGÁRIA

Uma industrialização que se mantenha dentro da posição de equilíbrio a que nos referimos anteriormente, não é antieconômica, mesmo quando protegida por direitos alfandegários. Com efeito, se há parcela de população ociosa, que devido à alta taxa de crescimento demográfico e ao progresso técnico não é mais necessária nas atividades primárias, é econômico empregá-la na indústria, ainda que esta tenha uma produtividade inferior à dos grandes centros e requiera uma proteção razoável para manter-se. A produtividade depende fundamentalmente da densidade de capital por homem e da destreza de quem trabalha. Se os grandes centros se mantiverem em uma posição estática, é claro que, com o andar dos anos, os países que se estão industrializando poderão chegar a possuir um capital igual ao deles e competir com eles em produtividade. Felizmente para todos, porém, isso não acontece. Os novos avanços técnicos levam incessantemente a formas de produção que requerem um aumento muito grande de capital por homem e, por mais que os países em desenvolvimento tratem de aumentar o seu capital, é muito difícil que, na atual evolução da economia, a produtividade destes países possa chegar a igualar-se à dos grandes centros industriais. Se a realidade é esta, não se concebe que a indústria, com raras exceções, possa desenvolver-se nestes países sem proteção alfandegária. Mantendo-se dentro de limites razoáveis essa proteção não é antieconômica, pois permite dar trabalho produtivo a pessoas que não podem ser aproveitadas na produção primária e nas atividades artesanais. Isso não significa que se deva desenvolver qualquer tipo de indústria. Este é um ponto delicadíssimo de política econômica. Há toda uma gama de diferenças de produtividade entre os países.

latino-americanos em conjunto e de cada um deles em relação aos centros mais adiantados. O êxito de uma política econômica — se a sua finalidade é elevar o nível de vida das massas — consiste em que se escolham aquelas indústrias nas quais a combinação de recursos naturais e de outras condições favoráveis representem a menor diferença de produtividade em relação à indústria dos grandes centros. Essa é a chave de um processo de industrialização que contribui ao máximo para a elevação do nível de vida de um povo.

VIII — OS COMPARTIMENTOS ESTANQUES DO COMÉRCIO INTERLATINO-AMERICANO

Neste sentido, — que muito de perto interessa às deliberações deste Comitê — considero que os países da América Latina estão chegando a uma situação que deve ser observada cuidadosamente. É um fato conhecido que os países latino-americanos, mais adiantados industrialmente, quase esgotaram as possibilidades de substituição de importações de bens de consumo correntes. Existe atualmente um campo muito limitado para a expansão produtiva nas indústrias correspondentes, a não ser em função do crescimento da população e da melhoria da renda. Uma vez que nestes países existe uma tendência crônica ao desequilíbrio, eles se vêem forçados a adotar etapas de substituição de importações cada vez mais complexa e grande densidade de capital. Muitas dessas indústrias — automotores, aços especiais, produtos de petroquímica, por exemplo — exigem um mercado mais amplo do que pode ser oferecido pelo próprio país. Isto não ocorre apenas nos países relativamente pequenos da América Latina, mas também nos que avançaram no caminho da industrialização.

Estamos chegando a um estado de coisas no qual ressalta cada vez mais um dos aspectos negativos do processo de industrialização latino-americano — apesar do que esse processo tem de favorável: é que se está desenvolvendo uma série

de compartimentos estanques de país para país. Em cada república a tendência é desenvolver todo o gênero de indústrias, sem se estabelecer uma comunicação que dê mais vida, mais oxigênio àquelas que estão lutando contra a dimensão relativamente pequena do mercado. Além disso, muitas vezes a proteção, sem dúvida necessária em medida razoável, está exagerando seus efeitos. Como toda medida estimulante, essa proteção deve ser graduada em doses adequadas. Às vezes se exagera e não apenas no que respeita aos direitos alfandegários, mas, sobretudo, em forma de licenças cambiais e de importação que quase sempre criam verdadeiros monopólios internos, pois permitem a certos setores industriais gozar de consideráveis benefícios, mesmo quando seus custos de produção são muito elevados, devido à pequena dimensão do mercado e à baixa produtividade resultante. Do ponto de vista do empresário privado, a situação é de prosperidade, mas, por outro lado, sumamente desfavorável ao país. É óbvio que nestes casos, apesar da insuficiente dimensão do mercado, não surgem incentivos fortes em favor do mercado comum. Por outro lado, não se quer dizer que o lucro não seja conveniente; para uma capitalização maior e para estimular a boa organização industrial ele é necessário. Mas, entendamos bem que existem duas formas de recolher esse lucro: uma, derivada da maior produtividade e de um mercado mais amplo, graças à melhor organização da empresa e a sua ótima dimensão — ou seja, a forma clássica do lucro — e, outra, que é o lucro espúrio, resultante de combinações arbitrárias. Ao lado destes casos, encontramos outros de indústrias esclarecidos que percebem o problema e estão dispostos a apoiar as fórmulas de melhor convivência entre os países latino-americanos em matéria de desenvolvimento industrial.

IX — OS CONVENIOS BILATERAIS

É evidente que o ponto fundamental do temário deste Comitê,

se queremos ver os fenômenos com um critério de longo alcance, está na intensificação do comércio interlatino-americano. Não mencionarei todos os obstáculos, restrições e regulamentações que têm entravado o comércio interlatino-americano; tampouco abordarei o problema do transporte marítimo e dos fretes. Tudo isso está amplamente analisado em nossos estudos, o penúltimo dos quais acaba de ser entregue impresso aos senhores delegados depois de ter sido apresentado mimeografado, em Bogotá. Entretanto, gostaria de referir-me aos convênios bilaterais. O Chefe da Delegação brasileira, acertadamente, utilizou aqui uma expressão que procurei reter e segundo a qual os convênios bilaterais foram, em determinados momentos, um meio de defesa do intercâmbio entre os países latino-americanos. Estou persuadido disto. Evidentemente, quando do desastre da economia internacional na década dos trinta, durante a grande depressão, os convênios bilaterais que começaram a ser usados entre os países latino-americanos — entre si e com outros fora do continente — corresponderam àquela situação e, em muitos casos, lograram sua finalidade de proteger o intercâmbio das tendências depressivas do comércio mundial. Em situações menos graves esses convênios continuaram a ser realizados, a fim de livrar certas correntes do comércio interlatino-americano dos obstáculos restritivos ao comércio geral, impostos pela inflação ou pelo próprio crescimento destes países.

Creio que de maneira geral cumpriram sua função de evitar que a contração geral das transações se manifestasse com igual intensidade no comércio entre os países latino-americanos; porém, quando se trata de empregá-los como instrumento ativo de expansão econômica e não somente com meio de defesa, não têm utilidade.

Esta é a situação da América Latina. Apesar de todos os seus erros esses convênios cumpriram uma função necessária; mas presentemente a cumprem em grau me-

nor e não são instrumentos dinâmicos, pois são demasiado estreitos para responderem às exigências atuais.

Pelo que sei, ninguém na América Latina pensou que esses instrumentos bilaterais eram a solução ótima.

Em toda parte foram usados como expedientes transitórios, como meio de sair de uma situação difícil, mas nunca considerados instrumentos ativos e perduráveis de uma política de expansão. Por isso, em nenhuma parte esses convênios bilaterais foram combinados com uma política tarifária adequada, ou seja, uma política de liberalização das tarifas. A proteção que nestes países a indústria recebeu para se desenvolver não foi acompanhada de medidas que excluíssem o tráfico interlatino-americano e, em geral, as medidas restritivas de controle de divisas — qualquer que tenha sido a forma aplicada — tampouco foi considerada devidamente dentro do quadro dos convênios bilaterais, visando à sua eliminação progressiva. Portanto, se se deseja contrabalançar a tendência de industrialização em compartimentos estanques, haverá necessidade não só de ampliar progressivamente os convênios bilaterais, estendendo seu raio de ação a mais de dois países, como também será necessário revisar toda a política tarifária e cambial na parte em que esta tenha criado obstáculos ao comércio interlatino-americano.

X — A IDÉIA DO MERCADO COMUM

Estou longe de pretender apresentar uma fórmula sobre esta matéria e muito menos poderia fazê-lo antes que os Senhores Delegados se pronunciem sobre certos princípios fundamentais que, sem dúvida, serão discutidos aqui. Entretanto, não posso deixar de fazer uma reflexão. Vi muitas vezes fórmulas generosas de aproximação econômica entre países latino-americanos fracassarem por ambicionarem abarcar tudo, por pretenderem reger todas as relações comerciais entre dois países ou grupo de paí-

ses e, em todas essas ocasiões, perguntei-me se, diante dessa evolução da indústria nos países mais adiantados, não haveria a possibilidade de acordos mais limitados antes de se buscar uma solução para todos os problemas. Poder-se-ia escolher, por exemplo, uma série de produtos das indústrias que se pretendem estabelecer ou que estão ainda em estado incipiente, especialmente as que são complexas e necessitam mercados amplos, e tratar de assentar certas fórmulas de reciprocidade industrial, na base de listas limitadas, em que cada país saiba o que está fazendo e para onde vai, sem dar a impressão que outras vezes tem dado de estar andando às escuras. Talvez já tenha chegado a hora favorável de apresentar o problema do mercado comum para certos produtos. Deixe-se de lado por hora as indústrias existentes em todos os países, a fim de não lhes criar transtornos desnecessários, e tome-se aquelas ainda não existentes ou que estão em estado incipiente — esse tipo de iniciativa que é de grande importância, mas que talvez implique numa carga demasiadamente grande para o país pelo seu custo e nas quais a ampliação do mercado poderia ter efeitos positivos; escolham-se todas as indústrias e nessa base procure-se a forma de chegar a um entendimento. Essa é a formulação que me permito fazer.

É claro que enunciação do problema nestes termos simples não exclui a existência de dificuldades enormes para efetivar uma idéia desta natureza. O Senhor Presidente, em sua dissertação, nos alertou com muita razão sobre um dos pontos fundamentais para a promoção do intercâmbio que, nestes países, é o de reduzir ao mínimo o problema das divisas livres e é evidente — se interpreto bem — pois parte dos países estão afetados pelo mesmo problema fundamental: — a falta de divisas fortes. Se a promoção do intercâmbio interamericano exige desses países disponibilidades de moedas convertíveis para este propósito, é evi-

dente que haverá grandes limitações ao desenvolvimento desse intercâmbio e que se manifestará a tendência de não utilizar essas divisas no comércio interamericano e sim com outras zonas, nas quais há tanta necessidade de se comprar bens de capital e outros bens que até agora não foi possível produzir na América Latina. Consequentemente, supondo que poderia haver acordo sobre uma política de mercado comum e quanto à relação de produtos, ficaria por resolver ainda o problema dos pagamentos, problema que não somente se refere a este intercâmbio de novos produtos, com possibilidade de realizar-se, como também ao intercâmbio tradicional que é objeto de sérias dificuldades.

É óbvio que um sistema multilateral opera tanto mais eficazmente quanto maior seja a superfície econômica abrangida, isto é, quanto maior seja o número de países e mais amplas as listas de produtos no mercado comum. Além disso, a extensão teria a virtude de eliminar formas exclusivas de intercâmbio, que poderiam comprometer seriamente o regime do mercado comum. Para que isso não ocorra, esse mercado deverá estar aberto à incorporação de novos países que estejam dispostos a ampliar a política de reciprocidade.

Parece indispensável também que haja estabilidade nas condições reguladoras do mercado comum. Não é necessário demonstrar que não haveria incentivos suficientes para os investimentos industriais, destinados a satisfazer a procura do mercado comum, caso não existam garantias razoáveis de estabilidade no tratamento das listas de produtos.

Há outra consideração de importância que se deve levar em conta. O objeto do mercado comum é tender para formas eficientes de expansão industrial de todos os países participantes. Nenhum deles poderá esperar que se reproduzam no âmbito latino-americano formas preteritas de intercâmbio, nem pretender vender os seus produtos industriais em troca de produtos primários. Mas isso não significa que

não se venha a fazer todo o esforço necessário para aumentar o volume do comércio de matérias-primas, sem prejuízo de sua ampliação com novas linhas de produtos industriais. Do contrário, o mercado comum poderia conspirar contra a industrialização de certos países, em vez de cumprir seus propósitos primordiais de assentá-la sobre bases mais sólidas.

XI — A NECESSIDADE DE NOVAS FÓRMULAS

Tudo isso requer a criação de novas fórmulas. Deve-se discernir claramente o signo desta época e procurar entender o verdadeiro sentido de muitos fatos que estão ocorrendo diante de nós.

Enquanto a Europa Ocidental se esforça em combinar os seus mercados mediante formas de integração econômica progressiva, a fim de corrigir a manifesta inferioridade de suas condições de intercâmbio em relação às observadas na economia interna dos Estados Unidos e União Soviética, os países da América Latina se encontram empenhados em dividir o campo fecundo de sua economia em uma série de microcosmos industriais de produtividade precária. Não é voltando à ordem de coisas anterior à grande depressão mundial da década dos trinta que lograremos resolver o problema. Não basta dissolver os convênios bilaterais. Não basta eliminar os freios e controles. Necessita-se imaginação e audácia construtiva; essa audácia que calcula os riscos para tornar efetivas as grandes possibilidades por meio de fórmulas positivas de ação prática.

Creio, por isso, que esta primeira reunião do Comitê de Comércio tem diante de si uma responsabilidade tão grande como os obstáculos que deverá vencer. Desejaria terminar

utilizando a habitual expressão de bons augúrios mencionada em todo o início de conferências. Mas gostaria de dizer alguma coisa mais. Pelas funções que ocupo e pela confiança com que me honraram os governos membros desta comissão, sinto-me no dever de externar neste momento uma profunda preocupação em todo esse empenho de industrialização: não obstante sua pujança e promessas que encerram, estão se malogrando as oportunidades de criar um mercado comum e alcançar assim o máximo de produtividade necessária à elevação do nível de vida. Se deixarmos passar estes anos decisivos da nova etapa da industrialização latino-americana, será demasiado tarde para fazê-lo e se encontrarão obstáculos consideravelmente mais sérios do que os que hoje estorvam o caminho. Persuadidos disso, nós que trabalhamos nesta Secretaria, viemos aqui com uma grande convicção, com um sincero espírito de imparcialidade e sem levar em conta nacionalidades, como convém aos que têm a obrigação de funcionários internacionais.

Aqui estamos para servir aos governos membros da Comissão no esclarecimento dos problemas e na busca de soluções. Estas soluções não serão alcançadas espontaneamente no jogo das forças da economia, mas serão o resultado de uma ação consciente e deliberada em que a interpretação dos acontecimentos presentes e a previsão do futuro possam prevalecer sobre as dificuldades e interesses circunstanciais e também sobre aquelas formas pretéritas de pensar e agir, incompatíveis com a necessidade de acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico e dar uma resposta inadiável às suas exigências sociais.

PORQUÊ O INVESTIMENTO NA AMÉRICA LATINA É UM BOM NEGÓCIO !

Conferência pronunciada durante o Congresso Anual da "Escola de Comércio e Administração", da Universidade de Harvard (Estados Unidos), no dia 16 de junho de 1956.

EDMUNDO MACEDO SOARES E SILVA

É grande o meu prazer por ver-me diante de uma das mais seletas agremiações culturais do mundo, para falar sobre temas de tanta oportunidade para o fortalecimento dos laços de compreensão que, tradicionalmente, têm unido nossos povos. Conhecendo-nos melhor, mais nos compreenderemos e, da melhor compreensão, resultará maior estima.

A história recente das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e quase toda a América Latina enche páginas em que não se sabe o que mais admirar: se a cordialidade, espontânea e invariável de nossos entendimentos de natureza política, mesmo nas instâncias mais graves e delicadas da vida de nossos países, ou se a sinceridade no trato dos problemas mais árduos, de cuja solução tem dependido a unidade da família pan-americana e, às vezes, a própria estabilidade política deste hemisfério.

O nível oficial envolve homens de grande cultura e, assim, não admira que os resultados tenham, até hoje, sido em geral tão bons.

Os mesmos resultados, entretanto, não se têm obtido no terreno econômico, fora da esfera puramente diplomática ou governamental. Aqui entramos noutra terreno das relações latino-americanas, onde a linguagem empregada tem si-

do diferente e onde as consequências, igualmente, têm sido outras.

Como explicar essa contradição chocante? É o que procurarei fazer, adiantando, desde logo, que me parece que a causa principal está numa imperfeita compreensão mútua.

Na América Latina, em geral, ignoramos muito a história e a geografia dos Estados Unidos, mas a recíproca é verdadeira e aqui se sabe menos ainda de nós. O convívio pessoal, que gera conhecimento e compreensão, é raro; predominam, ao contrário, muitos preconceitos, oriundos de conclusões que, nem sempre, são verdadeiras. Assim, além da recordação de alguns de nossos vultos imperecíveis, como Bolívar, José Bonifácio e San Martín, geralmente só se citam da América Latina episódios e fases negativos, olvidando-se os movimentos de opinião de repercussão mundial, como a intervenção de Rui Barbosa, em Haia, ou a entrada do Brasil, após os Estados Unidos, nos dois últimos conflitos mundiais.

A idéia de que a imaturidade política e social, produzindo instabilidade nas instituições democráticas, é um fenômeno latino-americano, não leva em conta as repercussões que sobre as vidas de nossos países têm as dificuldades de ordem econômica, resultantes da geografia fi-

sica, da falta de combustível sólido, da latitude tropical em grandes extensões territoriais, etc.

Vejamos um pouco o que representa a América Latina.

Em primeiro lugar é interessante observar que ela ocupa, em latitude, a maior extensão do globo terrestre: vai de 32° N a 55° S; quase metade do México, e cerca de... 2.500.000 km² ao Sul, abrangendo 600.000 km² no Brasil, 40% da superfície do Paraguai, todo o Uruguai e, praticamente, a totalidade dos espaços geográficos ocupados pelo Chile e a Argentina, ficam fora da zona tropical.

As montanhas formam extensos planaltos, onde a elevação corrige os efeitos da latitude em grande parte da América Latina. Caracas, a 1.000 metros, é uma das capitais de clima mais ameno do mundo, embora se situe a 10° da linha equatorial. No Brasil, os grandes maciços que se levantam do Rio Grande do Sul até o Nordeste, com ramificações para o Oeste, colocam extensa área do território brasileiro a altitudes que corrigem os efeitos da latitude. São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia e muitas outras cidades se beneficiam dessa circunstância.

A superfície total da América Latina é de 20.000.000 km² e a população 175.000.000 de habitantes, dos quais 125.000.000 na América do Sul (Brasil: 8.500.000 km² e 56.000.000 de habitantes).

A massa humana é a que cresce mais rapidamente no mundo na época atual: 2,3% ao ano; em 1975 provavelmente somará 275.000.000 de habitantes.

A observação demonstra que os latino-americanos, em todos os escalões de trabalho, aprendem com relativa facilidade, adquirem senso de responsabilidade e trabalho com rendimento satisfatório nos ramos de atividade em que atuam. Os mais altos níveis técnicos, nas profissões que exigem qualidades pessoais, são atingidos por eles: na medicina, na advocacia, na engenharia, nos mistérios artesanais e nas tarefas técnicas da indústria mo-

derna. Tudo isso está provado em realizações de incontestável valor na construção civil, na metalurgia, na química, na eletricidade, etc...

Em resumo, a América Latina dispõe de espaço, de climas variados e de gente para as atividades que marcam a civilização contemporânea.

Vejamos os recursos do solo e do subsolo.

Ocupando um tão vasto espaço em latitude e possuindo elevados planaltos, a ecologia das nações latino-americanas é a mais variada possível. Há climas extremos, do frio ao tropical. Domina, entretanto, esse último, razão pela qual vamos examinar os solos tropicais em primeiro lugar. Como fonte de matérias-primas de origem vegetal, eles têm uma importância indubitável: madeiras, plantas medicinais, borracha e fibras. Parece atualmente que estão suplantadas as dificuldades para a produção de celulose com as madeiras heterogêneas das florestas tropicais. A América Latina dispõe de 6.500.000 km² dessas florestas, dos quais 5.200.000 na bacia amazônica, servida por grandes aquedutos. Vêde bem: cobertura florestal que corresponde a 83% da superfície dos Estados Unidos!

Dudley Stamp, em seu interessante livro "Our Underdeveloped World", examina esse assunto e explica porque, numa época faminta de madeira, ficaram as florestas de baixas latitudes tão pouco exploradas; é que as árvores são de espécies muito diferentes: a maioria se compõe de madeiras duras do tipo conhecido tecnicamente por Madeiras Tropicais de Marcenaria. Isso tem limitado o seu uso, na verdade, menos de 2% da madeira de lei consumida no mundo pode ser classificada sob o título geral de madeira dura tropical. Nossa experiência no Brasil mostra que as observações de Dudley Stamp revelam uma ideia antiga que vai sendo modificada pelos fatos, pois as madeiras tropicais vão sempre achando novas aplicações. Se a produção de celulose se desenvolver, como se es-

pera, o aproveitamento poderá ser total.

Proseguem estudos sobre a acidez do solo, a destruição das matérias orgânicas pela ação solar, a pouca profundidade do húmus, em regiões atualmente florestadas e a precariedade do reflorestamento natural. A agricultura tropical tem progredido muito e as colheitas de produtos alimentícios são boas e remunerativas. Culturas de valor internacional, como café, algodão, milho, cacau, cana, fibras, plantas oleaginosas, citrus, coco e bananas, provaram seu valor econômico e representam enormes riquezas.

Existem, na América Latina, terrenos da mais alta produtividade nas "sabañas" andinas; em vales bem irrigados, em quase todos os países; na região vulcânica do norte do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina; no norte do Paraná; em São Paulo e no sul de Mato Grosso; nos Pampas argentinos, uruguaios e brasileiros, etc.

As possibilidades agrícolas vão dos cereais mais nobres, de climas temperados, às culturas tropicais mais preciosas.

O potencial energético da América Latina é formidável. No que se refere à energia hidráulica, é estimado em mais de 75.000.000 de HP, dos quais 6.500.000 aproveitados (América do Norte, sem o México: 119.000.000 estimados e 35.000.000 aproveitados). Com as possibilidades que a moderna engenharia oferece (acumulação, transposição de vales, etc.), esse potencial é, de fato, muito maior (20 a 30% mais) e não é limitado, em geral, pela estação invernal, como acontece em países de clima frio.

As reservas provadas de petróleo são também enormes. A produção em 1950 foi de cerca de 100.000.000 t contra 270.000.000 nos Estados Unidos. Consideram-se produtores: a Argentina, a Colômbia, o México, o Peru e a Venezuela; agora é mister acrescentar a Bolívia e o Brasil; este último País tem desenvolvido sua produção na Bahia e possui imensas possibilidades na Amazônia.

No que se refere ao carvão é interessante observar, com o professor Clarence Field Jones (Economic Geography), que as reservas desse combustível no Hemisfério Sul são pequenas, comparadas com as do Hemisfério Norte. Só na Austrália e na África do Sul são mineradas quantidades consideráveis de carvão coqueificável.

Os fatos estão começando a contrariar essa assertiva. Em primeiro lugar, a Colômbia possui extensas reservas: "... no setor andino não há lugar onde não se encontre carvão e está fora de dúvida que um largo rio subterrâneo de hulha percorre o País desde Buenaventura, no Pacífico, até Goajire, no Caribe, com jazidas especialmente ricas nos departamentos de Vale, Cundinamarca e Boyacá". (Colômbia em Cifras 1948-1949: El Mes Financiero y Económico). A 260 km² a NE de Bogotá foram confirmadas reservas que sobem a quase 2.000.000.00 t. A mina de La Chapa alimenta a coqueria da usina siderúrgica de Paz del Rio.

O Chile, também, possui jazidas ao Sul de Concepción. A usina siderúrgica de Huachipato se aprovisiona de coque derivado desse carvão.

Brasil, Peru e Venezuela também possuem carvão, sendo que o primeiro País o utiliza para diversos fins, inclusive para a produção de coque destinado à Usina de Volta Redonda, misturado ao carvão importado dos Estados Unidos. As reservas de carvão para coque no Brasil são estimadas oficialmente em 1.400.000.000 t.

No México se encontra carvão mineral em quantidades e qualidades apreciáveis; diz Arnulfo Villareal: "o carvão mineral, nas suas variedades lenhito, betuminoso e antracito, se encontra extensamente repartido na República Mexicana". (El Carbón Mineral en Mexico, Arnulfo Villareal, 1954).

Como vemos, a afirmação de Clarence Jones, que tem sido a de quase todos os geógrafos contemporâneos, foi prematura e vai sendo desmentida, à medida que se desven-

dam os segredos do subsolo latino-americano.

A riqueza em minérios de metais e outros é também espantosa. Não insistamos nos de ferro, cobre, zinco, estanho e chumbo que são bem conhecidos e já beneficiam a economia mundial. Façamos referência ao manganês (Brasil, Cuba e México, sobretudo) que está substituindo o que era importado da Rússia e do Extremo Oriente. O níquel, o cobalto, o titânio, o alumínio, a prata, o bismuto, o tungstênio, as terras raras, o urânio, as argilas e outros materiais refratários (como a magnesita e o zircônio), os calcários, o enxofre, a fluorita, etc. existem em diversos países, já em plena extensão ou em início de aproveitamento.

O levantamento geral dos recursos das vinte Repúblicas da América Latina é, como vemos, altamente significativo. As matérias-primas essenciais existem e, muitas delas, já são aproveitadas em escala apreciável, nos Estados Unidos e na Europa. Por conseguinte, não há investimento melhor no mundo do que na América Latina.

As características que apresentamos acima mostram, desde logo, a importância do mercado latino-americano. E não é só o mercado exportador, isto é, a disponibilidade de recursos imensos e inesgotáveis; é, também, o mercado consumidor, cujo valor vem sendo acrescido com a perda gradual para os Estados Unidos e a Europa, a partir da última guerra, de mercados europeus e do Oriente.

Publicação recente do "The Chase National Bank" afirma que "o mercado da América Latina é um dos de crescimento mais rápido do mundo. A produção de mercadorias e serviços nas vinte Repúblicas soma agora (1954) mais de US\$ 40 bilhões por ano. Dobrou desde meados de 1930. As importações também dobraram, à medida em que o mercado se expandiu. E a população — seja o número de consumidores potenciais — está crescendo duas vezes mais depressa do que a média mundial" (Latin American

Business Highlights. A quartely publication of "The Chase National Bank", September 1954).

Essas afirmações são seguidas de prognósticos sobre o que o mercado poderá ser em 1970: "produção na vizinhança de US\$ 100 bilhões por ano; população aumentada de mais de 60%, aproximando-se de 275.000.000; importações dos Estados Unidos totalizando US\$ 7 bilhões, mais do dobro das atuais".

A luta pelo mercado latino-americano entre os Estados Unidos e os países industrializados da Europa é muito intensa e continuará. Até agora, a natureza das importações latino-americanas favorece os Estados Unidos, mas isso vai-se modificando em relação à Europa Ocidental, cuja posição como fornecedora de bens de capital e consumidora de produtos latino-americanos tem melhorado consideravelmente. Até o presente, os Estados Unidos vêm conservando sua posição de grande vendedor, mas isso se tem devido, em parte, à sua tremenda capacidade de importar e facilidade de financiar; uma mudança de política a esse respeito poderá alterar radicalmente a situação. Assim, anuncia-se que o "Chairman" da Comissão de Agricultura do Senado enunciou recentemente sua opinião que, para enfrentar as importações de café, é necessário cultivar a rubiácea ou alguma planta da mesma espécie nos Estados Unidos. Se isso acontecesse, cada dólar retirado à economia dos países latino-americanos seria um dólar a menos no poder aquisitivo desses países no próprio mercado exportador dos Estados Unidos.

A industrialização não tem alterado o mercado importador latino-americano. Um exemplo disso é o que se vai passando com a produção de aço: de 300.000 t de laminados antes da última guerra, passou a América Latina para 2.200.000 t em 1954 (Brasil 50%); pois bem, as importações não diminuíram, mantendo-se na ordem de 3.000.000 t com um valor aproximado de US\$ 400.000.000 (sem

contar fretes, seguros e outros serviços).

Um exemplo da capacidade de consumir produtos altamente industrializados temos na eletrificação. Em 1954, as Repúblicas latino-americanas inauguraram usinas geradoras num total de 1.300.000 KW. (Brasil: 800.000).

É evidente que a industrialização muda o aspecto do mercado consumidor. Isso já havia sido referido pelo Sr. Prebisch, ilustre economista argentino, diretor da Comissão Econômica para a América Latina (ONU), em seu relatório à Conferência de Quitandinha (Brasil), em 1953, e foi também o que demonstrou o estudo do Chase Bank a que nos vimos referindo:

"A medida em que o desenvolvimento econômico altera o mercado, muda igualmente o aspecto das importações. As divisas que o Brasil economiza, com produtos siderúrgicos e com outros itens agora produzidos localmente, são gastas com importações mais pesadas de combustíveis e bens de capital para suas indústrias em expansão. As importações de combustíveis aumentaram de 10% do total antes da guerra para 14% em 1952. Ao mesmo tempo, os bens de produção aumentaram de 32 para 45%. Matérias-primas e bens de consumo declinaram em sua importância relativa. A mesma configuração básica mostram as importações do Chile e do México, quando 1952 é comparado com anos de pré-guerra. O aspecto argentino é o mesmo, exceto que as importações de matérias-primas registram um largo ganho, ao invés de declinarem. Este ganho foi contrabalançado por um abaixamento brusco, maior que a média, na parte relativa à importação de bens de consumo. Seguramente, a configuração das importações varia qualquer coisa de ano para ano, dependendo das disponibilidades de câmbio".

E o que é para lamentar: "Quando uma drástica redução de importação é necessária, há tendência a cortar nos bens de capital, pois que eles constituem as compras adiáveis

mais à vista". É, na realidade, a solução fácil, mas, evidentemente, a de efeitos mais desastrosos a longo prazo. Em 1953, as importações totais da América Latina caíram 13%, no seu conjunto, principalmente porque a Argentina e o Brasil tiveram que cortar nas aquisições de bens de produção.

Estudados de uma forma geral os principais aspectos da geografia e do mercado latino-americano, pode-se perguntar qual é, no momento atual, a principal característica da economia dessa vasta região.

Vamos procurar esclarecer este ponto.

A organização do comércio externo das vinte Repúblicas é função dos mercados consumidores dos países mais industrializados. Esses lhes compram matérias-primas e produtos agrícolas e lhes vendem produtos manufaturados e certos alimentos.

Sob o ponto de vista de suas exportações, os países latino-americanos se classificam em 3 grupos:

- a) Países de agricultura tropical — Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, América Central;
- b) Países de agricultura temperada — Argentina, Uruguai, Paraguai;
- c) Países de mineração — Chile, Peru, Bolívia, Venezuela, México.

As exportações dos países de agricultura tropical melhoraram muito depois da última guerra; negociando sobretudo com os Estados Unidos, eles tiveram um mercado firme para os seus produtos até 1954. As relações de troca (terms of trade) para o café, foram-lhe favoráveis, até a recente queda de preços, em virtude do aumento de produção dessa mercadoria (principalmente na África e na América Central) e da reação dos consumidores americanos.

Os países do segundo grupo, que possuíam maiores relações com os países europeus, como a Argentina e o Uruguai, ficaram prejudicados depois da última guerra. O velho

Continente, com efeito, custou a emergir da crise e, por outro lado, tem fomentado trocas com suas colônias e territórios sob seus mandatos, os quais produzem as mesmas mercadorias que a América Latina. Ao passo que os países de agricultura temperada (grupo b acima) exportaram, em 1949, 62% do total de seus produtos para a Europa; os de agricultura tropical só exportaram 27% e os de mineração 22%.

A Europa, entretanto, está-se refazendo e se esforça para reconquistar a posição que teve no passado. Sua venda de bens de consumo para a América Latina vai aumentando, o mesmo acontecendo com os bens de capital. Até financiamentos a prazos razoáveis ela já está fazendo, como no caso de construção das usinas siderúrgicas colombiana de Paz del Río e peruana de Chimbote, onde os equipamentos e os financiamentos a prazo médio são franceses e alemães.

As trocas dos países latino-americanos entre si não são ainda de muita importância. Em primeiro lugar, pela natureza das suas exportações, e, em segundo, pela deficiência de vias de comunicações. Entretanto, o intercâmbio tem melhorado, e vemos o Brasil e a Argentina, por exemplo, manterem um comércio muito ativo, em que o trigo dêsse último compensa as importações de café e de produtos manufaturados do Brasil. A Venezuela exporta petróleo para o Brasil. A Nicarágua envia gado para o Peru. O Chile fornece salitre e cobre, recebendo café, açúcar e cacau.

Depois dêsse exame, podemos responder agora à pergunta que fizemos há pouco: qual a principal característica, em conjunto, da economia latino-americana? Em seu conjunto, os países latino-americanos não têm produtos de troca que lhes forneçam as divisas indispensáveis para o seu desenvolvimento. Com exceção da Venezuela, que encontra um grande saldo na exportação do petróleo, todos os outros países não obtêm, com a exportação, os elementos necessários para o seu

progresso rápido. Há uma permanente crise de divisas nos países latino-americanos.

O Brasil é o País mais característico que possa apresentar como exemplo do que se passa em quase toda a economia latino-americana. Predominantemente monocultor, dependendo do mercado internacional do café para o desenvolvimento de sua economia interna, tem graves dificuldades para manter o equilíbrio de sua Balança de pagamentos. De um lado, o mercado do café não se tem ampliado como era de esperar; de outro, a produção tem aumentado, como já mostramos. A menor mudança nas relações de trocas desequilibra gravemente o orçamento cambial do País.

No algodão, encontra-se o problema dos excessos de produção nos Estados Unidos que, como agora, estão sendo lançados no mercado, com grave repercussão sobre os preços.

O cacau é cultivado largamente na África, onde a mão-de-obra é muito mais barata e predominam outras condições de produção a baixo custo.

Nos óleos vegetais, a concorrência, ainda da África e dos países do Extremo-Oriente, se faz sentir duramente.

As matérias-primas mineiras dos países latino-americanos só têm praticamente um mercado — os Estados Unidos. As oscilações de preços são freqüentes e vertiginosas, com grande prejuízo para os exportadores.

As perturbações econômicas se refletem nas políticas internas dos países em crise, acarretando grandes danos no seu progresso geral e desequilíbrios no intercâmbio comercial.

Diante do quadro que acaba de ser apresentado, podemos tirar algumas conclusões importantes a respeito do sentido que deve ter a colaboração entre os Estados Unidos e o Brasil; essas conclusões podem ser generalizadas e se aplicam, de modo geral, a toda a América Latina.

1) O ímpeto do progresso, que se faz sentir através do rápido crescimento do mercado interno brasileiro, exige cada vez maior volume de inversões;

2) Dado o insuficiente crescimento observado nos setores básicos (setores das economias externas, isto é, de exportação), é freqüente superarem as necessidades de investimentos às disponibilidades reais da economia nacional;

3) Assume, assim, importância vital o vulto dos investimentos estrangeiros suscetíveis de serem canalizados para o País com o duplo objetivo de: compensar a massa dos recursos poupados (divisas), visando à satisfação de compromissos externos anteriores, e aumentar os recursos disponíveis para fazer face a novas inversões;

4) O desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos do Brasil (agravado ainda por fatores conjunturais) exige maior cuidado na utilização dos recursos originários do exterior, de sorte que seja evitado o peso de compromissos externos superiores à nossa capacidade de amortizá-los;

5) Parece assim um peso para a economia brasileira que a participação estrangeira na formação de capital no Brasil se efetue a título de financiamento, quer público, quer privado, enquanto não for possível alterar a estrutura de produção exportável do País;

6) Finalmente, dada a estrutura atual das exportações brasileiras, os investimentos originários do exterior de maior interesse serão os que permitirão reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos, quer poupando divisas, quer criando poder de compra em moeda internacional; estão englobados nesse princípio os investimentos destinados a eliminar os chamados "pontos de estrangulamento" (produção de energia, melhoria dos transportes, indústrias de base).

Será uma política desse tipo contrária aos interesses dos Estados Unidos?

É o que vamos discutir agora.

O desenvolvimento de recursos naturais das Nações latino-americanas criaria matérias-primas que são necessárias à indústria americana em particular e, em geral, ao bem-estar deste País. Criaria, também, fontes de exportação que dariam mais divisas aos países latino-americanos.

A produção de bens de consumo aumentaria o padrão de vida das populações, ao mesmo tempo em que tornaria obrigatória a importação de maior quantidade de bens de capital.

De forma geral, só essa política permitirá melhorar a capacidade de importação desses países. Com efeito, tomemos o exemplo do Brasil. Sua exportação normal é de cerca de US\$ 1.500.000.000.00. Isso dá a medida de seu poder de importação. Se não se desenvolver a economia nacional, melhorando as fontes de energia e os transportes, explorando riquezas naturais, desenvolvendo indústrias-básicas e construindo indústrias de bens de consumo, a produção exportável não aumentará e o poder de importação do Brasil continuará sendo de US\$ 1.500.000.000.00. Se essa cifra for acrescida de qualquer coisa, então o poder de importação será acrescido do mesmo valor.

Esta política foi seguida pelos Estados Unidos em relação à Europa. O plano Marshall não teve em mira apenas defender a cultura de um Continente, de onde provieram nossos antepassados. Visou também a reconstruir economias e estabelecer um poder de resistência a agressões que tenham por escopo destruir nossas concepções de vida. Mais de 50 bilhões de dólares foram despendidos com esse objetivo. A Europa renasceu de suas cinzas e formou-se um baluarte dos mais sólidos para a defesa da Civilização Cristã. Mas, ao mesmo tempo, os Estados Unidos criaram concorrentes fortíssimos ao seu comércio com a América-Latina.

E esta? Durante o mesmo tempo ela recebeu apenas 1 bilhão e 100 milhões de dólares, seja 1/50 do total despendido pelo Governo Nor-

ta-Americano com os programas de ajuda e assistência às nações estrangeiras. A América Latina precisava (e ainda precisa) dessa colaboração para a vitalização de sua economia, tão duramente atingida pela consequência política e financeira da guerra e para a capitalização de nossas riquezas naturais. Será que Toynbee tem razão, quando deixa transparecer a pouca importância estratégica atual da América do Sul (The West and The World)? E os seus recursos naturais não são necessários? E os problemas humanos não merecem atenção, para que não perturbem a estabilidade política do Hemisfério?

A carência de divisas para a manutenção de um intercâmbio sempre crescente de mercadorias e serviços entre nossos países tem tido dois efeitos: a) perturbar o comércio normal, que tem variado demasiadamente, impedindo atividades normais e tranquilas; b) provocar um surto de industrialização desordenada que, freqüentemente, busca aproveitar-se de um mercado oportuno, e, não criar valores definitivos. A industrialização de regiões, como o Brasil, visa, como vemos, a enfrentar uma situação criada pela conjuntura econômico-financeira, em face de um mercado interno em permanente expansão, mas sem possibilidades de poder contar com suprimentos externos para a obtenção de bens de capital.

Os Europeus têm manifestado uma compreensão perfeita do problema e, apesar de suas limitações, estão organizando em vários países da América Latina empresas industriais de grande repercussão futura, quase sempre com a colaboração de capitais locais. Assim, no que diz respeito ao Brasil, se podem citar Mercedes-Benz, Bayer, Mannesmann, Kloeckner, Schneider-Creusot, Krupp, Volkswagen, etc.; o País que foi, depois da guerra e até 1954, um dos maiores consumidores de automóveis de proveniência americana, verá nascer, em seu território, automóvel de origem europeia.

Citando mais uma vez uma publicação americana (Business in Brief, The Chase Manhattan Bank, April 1956), vemos que a taxa de investimentos é maior na América Latina do que em outras áreas chamadas subdesenvolvidas. Mas o "crescimento da população também é maior: em média 2 1/2% ao ano. Assim, mesmo com um acréscimo de 3% ao ano na produção total, os padrões de vida só têm aumento de 1/2% ao ano desde 1951".

Citam-se hoje a inflação e medidas de controle de câmbio como fatores contrários ao investimento estrangeiro em nossos países. É preciso ver, entretanto, que esse estado de coisas resultou das dificuldades que já apontamos e que, nos períodos normais, que o precederam, não houve os investimentos desejados.

Os Estados Unidos atualmente investem menos de 1% da sua renda nacional no estrangeiro e dêsse total apenas 40% vão para áreas subdesenvolvidas de todo o mundo.

As dificuldades a vencer para executar o programa delineado são grandes, mas os resultados a colher são promissores, concorrendo para melhorar a situação de uma enorme área do nosso Hemisfério e aumentar as relações culturais e comerciais com os Estados Unidos.

Só uma ação continuada e, por conseguinte, programada, poderá trazer consequências duradouras. Planos de emergência, destinados a sanar crises momentâneas, surtem efeitos de repercussão passageira.

As nações latino-americanas estão convencidas de que as Américas devem ser um bloco inteiro; mas sabem, também, que isso não será possível sem o fortalecimento de suas economias. Os homens de responsabilidade econômica na América Latina estão convencidos, também, de que o estabelecimento em seus países de condições que permitam o seu desenvolvimento, equivalerá criar, em bases sólidas e permanentes, no Hemisfério americano, uma infra-estrutura econômica que cimentará, cada vez mais, a solidariedade no campo político. Essa

compacidade é necessária à defesa de nossas convicções pessoais e das nossas instituições nacionais, isto é, do nosso "way of life".

Meus Senhores:

Durante a guerra, ouvi frequentemente neste País dizer-se que o que era difícil seria feito imediata-

mente e o impossível levaria um pouco mais de tempo.

É essa filosofia que deve predominar agora nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina, com uma diferença: é que nelas nada há de impossível, apenas algumas dificuldades.

Agradeço a vossa atenção.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Dactilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, de zembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS ILUSÕES

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS

(Discurso proferido na reunião da CEPAL, realizada em La Paz, de 15 a 23 de maio de 1957)

"Quero que minhas primeiras palavras sejam de saudação ao povo boliviano e de agradecimento pela hospitalidade que nos é dispensada. Se para qualquer brasileiro a evolução econômica e social da Bolívia é matéria que desperta interesse fraternal, muito mais o é para mim, nativo do estado de Mato Grosso, na fronteira oeste do Brasil. Desde minha infância mantive estreito contato com a terra e a gente boliviana do peneplano e da região oriental. É com prazer, curiosidade e admiração, que vejo agora a nobre dignidade do altiplano e travo mais íntimo contato com a geografia e história boliviana, e com o esforço deste país para subjugar uma natureza promissora, ainda que torturada e severa.

ASSISTÊNCIA DA CEPAL AO BNDE

Dá-me ainda especial satisfação, como Diretor superintendente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Chefiar a Delegação Brasileira a esta Conferência. É que a cooperação entre a CEPAL e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico tem sido das mais amigáveis e frutíferas. Juntos empreendemos um estudo metodológico sobre a programação da economia brasileira. Cooperamos, ainda no ano passado, em um curso de programação do desenvolvimento econômico no Rio de Janeiro, que tanto êxito teve, que desejamos vê-lo convertido em curso permanente, para poder atingir, em escala crescente, administradores, economistas e engenheiros recrutados em

todas as áreas de meu vasto país. Cooperamos, ainda agora, num estudo sobre as repercussões da implantação da indústria automobilística na demanda de aço e produtos da indústria mecânica.

Sem a assistência técnica da CEPAL, o Banco do Desenvolvimento não poderia ter executado adequadamente nenhuma dessas tarefas. É que, na fase de rápidas transformações estruturais que atravessamos, é enorme a escassez de economistas, engenheiros e administradores suficientemente adestrados e imaginativos para repensar conhecimentos econômicos e técnicos e trazê-los à prática, em função dos problemas específicos do país.

PRIMADO DO DESENVOLVIMENTO SOBRE A JUSTIÇA SOCIAL

Para os países latino-americanos nenhum problema encerra conteúdo mais dramático, e urgência mais dolorosa, que o do desenvolvimento econômico. É mais importante que o da segurança, porque nos dias modernos, a capacidade de defesa é um subproduto da abundância econômica. É mais importante mesmo que o da justiça social, porque só com o acréscimo de produtividade se aumentará a riqueza a repartir, e se eliminará a inevitável acrimônia da competição dos diversos grupos sociais por um produto estagnante ou decrescente. É ainda mais fundamental que o da estabilidade política, porque somente o desenvolvimento econômico é capaz de afrouxar as tensões entre os grupos e, pela dilatação do horizonte

de oportunidade, criar os níveis de tolerância necessários para a operação dos controles políticos.

O desenvolvimento econômico do Brasil no pós-guerra revelou duas fases distintas: na primeira, de 1947 a 1954, o ritmo de crescimento rápido, aproximando-se de 6% ao ano, ou sejam mais de 3% *per caput*. Infelizmente, entretanto, esse rápido crescimento só pôde ser obtido graças a fatores exógenos, de natureza impermanente, a saber, uma substancial melhoria nas relações de troca com o exterior e uma volumosa entrada de recursos reais, que se tornou possível com a liquidação das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e com o forte endividamento, no estrangeiro, que se verificou uma vez esgotados tais recursos. Pontos de estrangulamento externo e interno — aquele resultante da inadequada capacidade de importar, e este de insuficiência da infra-estrutura de energia e transportes — forçaram um esmorecimento no ritmo do desenvolvimento. Declinou este para cerca de 1% *per caput*, em 1955, e cerca de 0,6% *per caput* em 1956, se bem que a gravidade do fenômeno no ano passado tenha sido menor de que poderia parecer, pois o declínio do crescimento não foi devido a uma perda de produtividade intrínseca da economia, mas antes a uma queda da renda rural provocada por fatores climáticos.

A PROGRAMAÇÃO É NEUTRA

A antevisão de um declínio provável na taxa do crescimento levou várias agências do governo brasileiro, já em 1953, a se interessarem por um estudo mais aprofundado de técnicas de programação, as quais através de uma diagnose dos fatores estratégicos do crescimento econômico, e da prognose das suas tendências naturais, permitissem a aplicação de medidas terapêuticas. Como muito bem expressou o Dr. Prebisch, a técnica de programação é em si neutra e nada tem a ver com a tendência, perceptível em alguns países, de alargamento da intervenção estatal na economia.

Como a concebemos no Banco do Desenvolvimento Econômico, ao encetarmos um estudo conjunto com a CEPAL, a programação visa, no setor público, a coordenar investimentos e orientá-los prioritariamente; no setor privado a fixar objetivos de desenvolvimento e, através de controles preferivelmente indiretos — monetários e fiscais — fazer a "construção de clima" necessária para que a iniciativa privada e assim tanto ou mais incutiva do setor público.

Mas essa interpretação mais realista e moderada do papel do Estado face a iniciativa privada — interpretação que a despeito de incoerência, hesitações e contramarchas se acentua em meu país — não ocorreu sem erro e dor. Por isso será a vez útil ensaiar uma breve interpretação do desenvolvimento brasileiro no pós-guerra.

DESEQUILÍBRIOS INDUZIDOS

Tivemos um desenvolvimento intenso porém afligido por desequilíbrio — em parte decorrência inevitável das rápidas modificações de estrutura a que se submeteu a economia — mas em parte derivada de intervenções governamentais perturbadoras. E a este último tipo de desequilíbrio que chamarei de "desequilíbrio induzido", que desejo referir-me, por entender que a nossa experiência apresenta muitos pontos de contato com a de outros países latino-americanos, e que o intercâmbio dessa experiência nos será a todos proveitoso.

O primeiro "desequilíbrio induzido" resultou da política de sobrevalorização cambial mantida durante quase todo o período do pós-guerra. Esta funcionou como um tributo sobre a agricultura de exportação, em benefício da produção industrial, a qual, além da importação de equipamento e matérias-primas a taxas cambiais favoráveis, foi protegida pelas restrições quantitativas aplicadas à importação de produtos concorrentes.

Se é bem verdade que a política de sobrevalorização cambial logrou, durante limitado período, estimular

a industrialização sem afetar seriamente a capacidade de importar, por ter sido a queda do "quantum" das exportações compensada pela alta dos preços externos, e ainda pelo fato de, graças à existência ocasional de um "seller's market" para alguns produtos de exportação, a sobrevalorização ter contribuído para manter relações de troca excepcionalmente favoráveis — não é menos verdade que, em breve, os efeitos negativos inerentes a qualquer sobrevalorização cambial se fizeram sentir em toda a plenitude. O "quantum" das exportações estagnou-se ou regrediu, interrompendo-se, outrossim, o seu processo de diversificação; o outro componente da capacidade de importar — o influxo de capital estrangeiro foi também negativamente afetado. Não havia incentivo à substituição, pela produção local, de matérias-primas importáveis a taxas cambiais sobrevalorizadas; registrou-se algum subemprego nas indústrias básicas, cujos produtos, por serem considerados essenciais, não se beneficiavam da "reserva de mercado" criada pelas restrições quantitativas. Por outro lado, não tendo a política cambial, que visou a economizar divisas mediante a eliminação da importação de bens supérfluos, sido complementada por uma tributação de consumo que reduzisse a procura desses bens e a lucratividade de sua produção interna, o incentivo à substituição de importação se distribuiu de forma desequilibrada: o estímulo à produção local de bens duráveis de consumo foi maior que o dado à substituição da importação de matérias-primas, semimanufaturas de base, bens de capital, aumentando-se assim, ao invés de se diminuir, a incompressibilidade da pauta de importações.

A evolução insatisfatória da capacidade de importar e as subsequentes dificuldades de balanço de pagamentos criaram um "ponto de estrangulamento externo" da economia, que somente agora está sendo superado com as sucessivas desvalorizações parciais, que objetivam estimular a exportação e,

através delas, recompor a capacidade de importar. Nos anos de 1955 e 1956 assistimos, felizmente, a um reequilíbrio do balanço de pagamentos, resultante, no primeiro ano, sobretudo, da contenção de importação, auxiliado, em 1956, por dois outros fatores, a saber, melhores receitas de exportação e intenso influxo de capitais estrangeiros.

O "segundo desequilíbrio induzido" ocorreu precisamente nas indústrias de base e infraestrutura — economic overhead — criadoras de economias externas, e derivou de estarem elas sujeitas a preços e tarifas fixados pelas autoridades administrativas, sem atenção aos efeitos do progresso inflacionário.

A inflação de custos fez com que a rentabilidade das empresas de serviço público se esmagasse contra o teto de tarifas rígidas, provocando desestímulo a novos investimentos e levando, em alguns casos, a desenvolvimento. É o caso típico das ferrovias e, em menor escala, da energia elétrica.

As soluções adotadas foram habitualmente a concessão de subvenções para manter artificialmente baixos os preços dos serviços públicos e, em alguns casos, a sua absorção pelo Governo. Dai não resultou, é óbvio, nenhuma redução de custos reais para a economia, mas apenas mudança na forma de pagamento. Ao invés de os custos serem pagos diretamente pelo usuário, passaram a ser distribuídos pela comunidade, traduzindo-se quase sempre no agravamento do déficit orçamentário do Governo. Somente nos últimos três anos, através de inversões públicas maciças em energia elétrica, cujo suprimento se expandiu de 16% no ano passado, logramos atenuar o desequilíbrio que uma política racional de tarifas poderia ter evitado, ou pelo menos diminuído.

A experiência brasileira, e acredito ser essa observação generalizável a outros países latino-americanos, tem revelado a importância de uma correta e realista política de tarifação de serviços públicos para se evitar a criação de pontos

de estrangulamento. Em quase todos os nossos países, a inflexibilidade de preços dos serviços públicos, mesmo em face da inflação de custos, tem sido defendida em nome da luta contra a inflação. Mas os resultados foram contraproducentes. O descompasso entre a evolução dos preços dos serviços de base e dos outros bens e serviços, desestimulou investimentos nesses setores, de um lado e representou, de outro, uma subvenção indireta ao consumo. Finalmente, os déficits dos serviços públicos passaram a constituir uma sobrecarga orçamentária, representando hoje, em vários de nossos países, parcela importante do déficit global do setor público coberto por via inflacionária.

É lícito inferir que a adoção de um regime tarifário capaz de cobrir o custo de operação dos setores de infraestrutura, e ainda de proporcionar recursos para a sua expansão, tem duplo efeito favorável sobre o nível de poupança do país. De um lado, a eliminação da carga, que os subsídios destinados ao custeio desses serviços representam para o orçamento público, aumentará a capacidade de poupança do governo. De outro lado, o fato de ficarem esses setores em condições de financiar total ou parcialmente a sua própria expansão, podendo assim dispensar parte dos recursos públicos, liberará fundos para investimentos em outras iniciativas de desenvolvimento econômico.

A experiência dolorosa da emergência de "pontos de estrangulamento" em energia e transporte levou-nos, gradualmente, no Brasil, a uma concepção muito mais realista do problema.

CRITÉRIOS DE TARIFICAÇÃO

Nota-se cada vez maior aceitação — mesmo por parte de setores de opinião tradicionalmente favoráveis à operação governamental de serviços públicos, — de critérios flexíveis de tarifação, adotados às condições de oferta e procura desses serviços.

O primeiro desses critérios seria o da "tarifa de desenvolvimento", que eu chamaria de *development-pricing*. Este é o indicado para as situações de "pontos de estrangulamento", em que a procura é superior à oferta. Justifica-se então uma sobretarifação que visa a fazer um racionamento da procura e, ao mesmo tempo, gerar os recursos necessários a uma acelerada expansão da oferta. A sobretarifação pode ser, no caso, uma forma de capitalização compulsória, preferível ao imposto, pois de um lado incide diretamente sobre o usuário do serviço e, de outro, tem custos de arrecadação mais baixos e eficiência de coleta maior que a dos tributos governamentais em geral.

A medida que se restabelece o equilíbrio entre a capacidade ofertada e a procurada, isto é, à medida que se eliminam os pontos de estrangulamento o critério aplicável é o da tarifa igual ao custo (*full-cost pricing*), destinado a cobrir o custo real do serviço, proporcionando inclusive recursos para a sua expansão normal.

Apenas nos casos excepcionais, em que a procura do serviço é inferior à capacidade das facilidades existentes, objetivando-se então incrementar a utilização dos mesmos, é que se torna economicamente defensável a tarifa de subsídios (*subsidy-pricing*).

Estamos hoje convencidos de que a aplicação errônea de tarifas de subsídio a situações inflacionárias, caracterizadas pela existência de pontos de estrangulamento, tem sido no Brasil, e talvez em outros países da América Latina, um grave obstáculo ao desenvolvimento econômico. Em nosso país, particularmente no tocante à energia elétrica, temos feito apreciável progresso no sentido de uma política realista de tarifação, visando a restabelecer o interesse da iniciativa privada nesse setor, diminuindo-se assim a sobrecarga governamental.

Agora, Senhores Delegados, após esta digressão que espero não tenha chegado a adormecer os circunstantes, desejo voltar a comentar os ensinamentos que emergem da aná-

lise sistemática que a CEPAL vem empreendendo, ao longo dos últimos anos, da economia latino-americana.

O meu dileto amigo, Dr. Prebisch, a quem devemos algumas das análises mais percucientes do processo de desenvolvimento latino-americano tem sido, a um tempo, um criador de entusiasmos e um destruidor de ilusões, tarefas nem sempre fáceis de conciliar. No caso brasileiro, estamos num processo de superação gradual de ilusões, que passarei a catalogar, pois que em mais de um caso reflete uma experiência comum a outros países. O meu catálogo de ilusões inclui a ilusão inflacionista, a ilusão transpositiva, a ilusão redistributiva e a ilusão mecanicista.

AS QUATRO ILUSÕES DO DESENVOLVIMENTO

A primeira já se referiu o Dr. Prebisch. Consiste na euforia inflacionista, que se traduz em confundir criação de crédito com criação de recursos reais. Numa primeira fase, em que a inflação é de investimentos e não de custos, é concebível, e mesmo provável, que possa ocorrer um acréscimo temporário do ritmo de capitalização. Infelizmente, a lua de mel da inflação com o desenvolvimento é assaz curta. Em breve passa ela a exercer efeito negativo sobre a poupança global, provoca distorção de investimentos e lhes diminui a produtividade, e reduz, finalmente, a capacidade de importar.

A segunda ilusão é a *transpositiva*. Esta consiste em acreditar-se que, por um passe mágico qualquer, se consegue aumentar os recursos reais da comunidade, e o seu nível de poupança, pela mera substituição da empresa privada, como agente econômico, pelo Estado. Essa medida pode ser às vezes recomendável por motivos de segurança política ou para a correção de abusos monopólicos, mas raramente conduz a um aumento de formação de capital.

A experiência brasileira, com a estatização quase completa dos ser-

viços ferroviários, e sua subsequente descapitalização e perda de eficiência é, a respeito, concludente. Fomos recentemente levados a abandonar a forma puramente estatal de organização, para voltar a adotar formas de organização e critérios de operação mais aproximados daqueles da empresa privada.

Numa era de inflação, são grandes os problemas das empresas de serviços de infraestrutura, quer sejam de propriedade pública quer de propriedade privada; nenhum problema se resolve e vários se criam, pelo simples expediente de substituir-se o agente econômico particular pelo Estado.

A terceira ilusão — a *redistributiva* — é mais insidiosa, porque é muito mais simpática. Consiste em buscar-se o desenvolvimento social, isto é, a distribuição do bem-estar, em ritmo mais rápido que o possibilitado pelo estágio de desenvolvimento econômico, e frequentemente em detrimento deste. Já foi dito que, enquanto o desenvolvimento econômico do século passado se originou sobretudo na dinâmica do empreendedor, isto é, do lado da produção, o desenvolvimento de hoje se vincula muito mais diretamente ao propósito de atender aos reclamos do consumo das massas.

Ha necessidade de se manter um delicado equilíbrio entre medidas fiscais de distribuição de renda e benefícios sociais, que expandam o mercado interno em grau suficiente para justificar um rápido crescimento econômico, de um lado, e, de outro, a necessidade de se acumularem fundos públicos e privados para investimento. Em mais de um país latino-americano, o reclamo das massas por um padrão de consumo superior ao possibilitado pelo nível de desenvolvimento e produtividade, tem levado à redução do ritmo de capitalização: e os governos que cedem a exageros redistributivos acabam desservindo às próprias classes que desejaram servir.

A última ilusão do meu catálogo — a *meccanicista* — é complexa e assume pelo menos três formas.

A primeira delas consiste na subestimação da importância do desenvolvimento agrícola comparativamente ao industrial. Na prática, essa atitude se traduz numa ênfase excessiva e desordenada sobre a substituição de importações mediante a industrialização interna, comparativamente à promoção de exportações agrícolas. Essa observação não implica contraditar-se a tese, hoje aceita por um número crescente de economistas, de que para a grande maioria dos países latino-americanos, a industrialização deve representar o fator dinâmico de desenvolvimento, pela simples razão de que o aumento da produtividade agrícola, conjugado com a relativa inelasticidade da procura mundial dos produtos primários, tende a liberar fatores que podem ser mais produtivamente empregados na indústria que na agricultura.

A nota de cautela refere-se apenas à intensidade e oportunidade do movimento de industrialização substitutivo de importações, endossados às vezes emocionalmente, quando ainda subsistem amplas oportunidades de utilização mais eficaz de fatores nas exportações agrícolas. A ênfase a ser dada à substituição de importações é tanto mais legítima quanto menor a expansibilidade do mercado internacional de produtos primários, mais rápido o incremento de produtividade na agricultura, e maior a possibilidade de substituir atividades primárias de custo crescente por atividades manufatureiras de custo decrescente. Em vários países, entretanto, entre eles o Brasil e talvez mesmo a Argentina, conforme observou o Dr. Prebisch, adotaram-se no passado políticas cambiais que impediram o pleno aproveitamento da procura mundial dos respectivos produtos de exportação, dando-se, por vezes, importância exagerada à substituição de importações, por forma desordenada e assistemática. Em ambos os países, o rápido declínio da capacidade de importar e a ameaça fundamental daí resultante para o próprio movimento de industrialização, forçou uma revisão da política cambial

em sentido mais favorável à produção primária.

A segunda modalidade da *ilusão mecanicista* consiste no superinvestimento em equipamento mecânico, destinado a economizar mão-de-obra, porém exigente de técnicos refinados de operação e conservação, e sobretudo implicando investimentos em capital fixo, exagerados para economias de nível técnico baixo e de mão-de-obra mais abundante.

A terceira modalidade é a mais espalhada e perigosa da *ilusão mecanicista*. Consiste na subestimação da importância do investimento físico em equipamentos ou construções, comparativamente ao investimento espiritual em educação e tecnologia. Estudos recentemente feitos no Brasil, e segundo ouço dizer também no México, indicam que as deficiências da educação básica e a insuficiência de mão-de-obra e técnicos qualificados atingiram a proporções alarmantes, e constituem um ponto de estrangulamento ainda mais sério — porque de superação mais lenta — que os verificados na energia e transportes. Na situação atual da economia latino-americana, poucos investimentos terão maior produtividade que os investimentos em educação e treinamento. Os países que, como os Estados Unidos e Austrália, se desenvolveram durante certos períodos à base de imigração maciça, puderam importar imigrantes já educados e treinados, economizando grandemente investimentos em educação. Na era atual, e para a maioria dos países latino-americanos, a rápida taxa de crescimento da população faz com que o desenvolvimento deva ser quase exclusivamente endógeno, o que impõe a necessidade de pesados investimentos na formação do capital humano.

Mas, meus Senhores, completado o nosso catálogo de ilusões, voltemos ao plano mais austero da realidade. Quais, em síntese, os problemas mais agudos do desenvolvimento econômico latino-americano, a desafiar a imaginação dos estadistas e economistas dos nossos países?

POUPANÇA, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Dois a meu ver disputam a primazia. O primeiro é o incremento da taxa de poupança doméstica; donde a necessidade da formulação imaginativa de técnicas para incrementá-la, sem prejuízo dos esforços ingentes que devem ser feitos para estimular o influxo de capitais estrangeiros.

Temos experimentado no Brasil, com moderado êxito, alguns métodos de captação de poupança. Um deles foi a criação do Banco do Desenvolvimento Econômico, que se baseia num mecanismo de poupança compulsória. Estabeleceu-se uma sobretaxa no imposto de renda dos contribuintes de maior capacidade econômica, cuja receita é entregue ao Banco para investimento na infraestrutura, recebendo o contribuinte, ao fim de cinco anos, títulos da dívida pública amortizáveis em vinte anos, e correspondentes ao valor do imposto pago, acrescido de uma bonificação. Os recursos do Banco do Desenvolvimento constituem um fundo geral de investimentos, que pode ser aplicado indiferentemente para suplementar fundos orçamentários ou recursos privados, desde que aplicado em setores de infraestrutura ou indústrias básicas.

Ao fim de 1956, o Banco do Desenvolvimento já tinha feito empréstimos no valor aproximado de 15 bilhões de cruzeiros, divididos na seguinte proporção: ferrovias, 65 %, usinas elétricas 20 %, indústrias básicas 10 %, cabendo o restante a portos, armazenagem e agricultura. O Banco do Desenvolvimento contratou outrossim financiamentos no exterior, ou deu garantias e financiamentos externos, num valor global de 186 milhões de dólares.

Uma outra fonte de captação compulsória de poupanças é a exigência de depósito, no Banco, de uma parcela dos fundos das companhias privadas de seguros e capitalização, os quais são assim deslocados de investimentos no setor imobiliário ou em outros ramos de prioridade

mais baixa, para aplicação nos setores de infraestrutura. Instituiu o Banco, em 1955, o sistema de "inversões diretas controladas". Dentro desse mecanismo, as companhias privadas de seguro e capitalização ficam dispensadas de recolher ao Banco 25 % do incremento anual de suas reservas técnicas, se se dispuserem a aplicar diretamente, em projetos aprovados pelo Banco, 40 % desse incremento anual de reservas.

A restauração do estímulo à poupança privada não deve aguardar o sucesso de programas de estabilização monetária, pois que contribuirá poderosamente para o próprio objetivo de estabilização. O problema crucial consiste precisamente em desenvolver técnicas e instituições capazes de restaurar este estímulo, ainda mesmo durante períodos de aguda pressão inflacionária.

O problema assume ainda maior gravidade ante a crescente resistência, que se nota não só no Brasil mas ainda em outros países latino-americanos, a novas imposições tributárias que visem a aumentar a poupança pública. É que, dada a imperfeição do mecanismo fiscal no Brasil — e acredito que situação semelhante ocorra em outros países — a elevação dos tributos tende a criar maior injustiça fiscal, enquanto não for apreciavelmente reduzido o coeficiente de evasão. À parte o imposto sobre bens de consumo suntuário — área em que ainda não se exploram plenamente as possibilidades tributárias — os únicos instrumentos fiscais que ainda podem ser explorados parecem ser: a) a opção fiscal, pela qual os acréscimos de tributos sobre a renda, sobre outras áreas de incidência fiscal poderiam ser reduzidos ou eliminados, se o contribuinte utilizasse a opção de aplicar tais recursos em setores definidos como prioritários para o desenvolvimento econômico, ou b) uma regulamentação melhor da "contribuição de melhoria", com vistas a recapturar para o Estado pelo menos parte do incremento do valor e lucros gerados diretamente pelos

programas de investimentos públicos, em que se vêm empenhando todos os nossos países.

A parte o problema de estímulo à poupança — quer sob a forma de captação de economias internas quer de atração de capitais estrangeiros — o segundo tema fundamental do desenvolvimento latino-americano reside no desenvolvimento da educação e tecnologia, particularmente nas áreas rurais, onde o baixo nível tecnológico vem sendo fator de escassa produtividade na agricultura.

Eis-me chegado, Senhores Delegados, com mais fadiga do que satisfação, ao fim destas considerações sobre o problema do desenvolvimento econômico, ao qual a CEPAL vem dedicando o melhor de seus esforços, merecendo com isso a gratidão dos países deste continente.

MERCADO COMUM EUROPEU

Seja-me agora permitido apresentar alguns comentários, que espero mais breves que os anteriores, sobre o problema do mercado comum tanto na sua atual manifestação europeia como na sua manifestação potencial na América Latina, assunto que espero será doravante um tema dominante das preocupações da CEPAL.

Sobre o mercado comum europeu temos menos que falar do que de ouvir dos nossos colegas europeus. Não será talvez intempestivo expressar alguns dos receios que vêm preocupando os latino-americanos a esse respeito.

Todos reconhecemos que, a longo prazo, e na medida em que se realize os seus objetivos — assunto da produtividade e renda real europeia, através de maiores mercados e economias de escala — os efeitos do mercado comum serão benéficos não só à economia europeia mas à mundial.

A curto prazo haverá, sem dúvida, reajustamentos de transição, que apresentam um preço natural a pagar. O que preocupa os latino-americanos é a possibilidade de distorções artificiais na direção dos in-

vestimentos e na direção do comércio. Na medida em que os fundos de inversão, potencialmente disponíveis para aplicação na América Latina e Ásia, se canalizem para as possessões africanas, em obediência a estímulos naturais de maior produtividade e rentabilidade, nada há a objetar. Na medida, entretanto, em que os investimentos europeus sejam desviados de sua inclinação natural de participação no desenvolvimento latino-americano, não em função de maior produtividade das inversões coloniais, mas em resposta a motivações de solidariedade política, o benefício para a economia europeia será aparente, e real o prejuízo para as economias latino-americanas.

O segundo motivo de preocupação reside no perigo de contaminação do mercado comum pelas preferências coloniais ainda mantidas por certos países europeus, e cuja tolerância constitui a nosso ver o "pecado original" do GATT, pecado do qual essa organização nunca se purgou suficientemente. Qualquer aumento no nível e margem das preferências coloniais provocará grave apreensão. Tal resultado ocorrerá, por exemplo, se a tarifa comum aplicável aos produtos latino-americanos, e resultante das negociações entre os seis países membros, exceder à média aritmética dos direitos hoje aplicados individualmente pelos seis países.

Segundo dados preliminares, sujeitos a retificação, fornecidos no documento da CEPAL — E/CN.12.499 — a tarifa aplicável ao café latino-americano, obtida pelo processo da média, seria de 7,5 % *ad valorem*, ao passo que a tarifa negociada do mercado comum atingiria a 16 % *ad valorem*. Para o cacau, o aumento seria de 2,5 % para 9 % *ad valorem*.

A se confirmarem tais indicações, a implantação do mercado comum marcaria uma inaceitável ampliação, antes que uma contração, do sistema de preferências coloniais. Levaria a uma simples transferência de correntes de comércio e não à expansão do mercado internacional, restando apenas aos países

latino-americanos a esperança de que futuros incrementos de produtividade e renda real européia viessem a compensar o deslocamento imediato.

Mas a consideração dos efeitos do mercado comum europeu sobre investimentos, e sobre o comércio internacional, leva-nos ao tema do mercado regional latino-americano.

MERCADO REGIONAL DA AMÉRICA LATINA

Até recentemente a idéia estava ainda no reino manso das utopias. De um lado, a falta quase absoluta de complementariedade entre as economias latino-americanas dificultaria a obtenção das economias da escala, que são a razão mesma do mercado comum. Essa dificuldade foi até certo ponto atenuada pelo rápido processo de industrialização de certas áreas latino-americanas. De outro lado, rivalidades mesquinhas e uma estéril competição em busca de hegemonia criaram um ambiente político desfavorável a um esforço dessa ordem. Em recentes anos, o amadurecimento político dos países do continente e um sentido mais real de solidariedade econômica, devida em não pequena parte ao trabalho supranacional da CEPAL, tornaram mais praticável a idéia da integração econômica regional. Após haverem conhecido — para usar uma expressão de Franklin Roosevelt, — as “alegrias da independência”, devem os nossos países tornar-se agora cônscios das vantagens da “independência”.

REALISMO E GRADUALISMO

Os dois requisitos para que o barco frágil do mercado regional, — de que a experiência de integração centroamericana constitui um prelúdio extremamente encorajador — são “realismo” e “gradualismo”. Nesse terreno precisamos reconciliar-nos com a “inevitability of gradualness”, como diziam os fabianos.

O meu Governo examina atentamente as repercussões potenciais do mercado comum europeu, para daí

tirar lições que sejam úteis para firmar posição em relação ao mercado regional latino-americano, ora ainda em fase de estudo.

É requisito de realismo que cada país latino-americano endosse a idéia do mercado comum, sem a idéia implícita de reproduzir em escala regional o esquema tradicional da divisão do trabalho em países industrializados, de um lado, e de produção primária, de outro — que combatem no plano mundial. É importante, portanto, dentro das limitações impostas pela disparidade dos níveis de desenvolvimento industrial, partir da idéia de um “basket of trade”; em outras palavras, os diversos países devem encarar o mercado comum não como instrumento para permitir a especialização de alguns deles na indústria, e de outros na agricultura, procurando-se antes dar oportunidades em ambos os setores, sem sacrifício, é claro, dos requisitos da produtividade, que constituem a própria razão de ser do mercado regional.

É condição de gradualismo, que o esforço se faça sem perturbar a consolidação do desenvolvimento industrial, a duras penas conquistado por alguns de nossos países, e ao qual atribuem importância não apenas econômica, mas política e emocional.

LINHAS DE AÇÃO

A linha mais fácil de ação seria, indiscutivelmente, a delimitação de indústrias novas, para as quais os países interessados pleiteariam as vantagens do mercado regional, sem ferir indústrias estabelecidas. Mas esse processo seria extremamente lento e em si insatisfatório.

A segunda linha de ação consistiria em procurar-se uma amolição do mercado para indústrias já existentes, que estejam operando abaixo de sua capacidade ótima, ou que possam se expandir até a capacidade ótima, com baixo custo incremental. É o caso, por exemplo, da indústria de material ferroviário no Brasil, e de semimanufaturas do aço no Chile.

O terceiro, e talvez o mais difícil, será renunciar à integração completa de determinadas indústrias no território de um só país, em benefício da especialização em determinadas fases ou produtos, que poderiam ser produzidos em escalas mais economicamente se contassem com um mercado regional. É concebível, por exemplo, que de futuro o Brasil possa se especializar na produção de determinadas peças de tratores, importando outras da Argentina e vice-versa.

O requisito de gradualismo, importante porque nem a técnica nem as repercussões do mercado regional podem ser ainda medidas pelos diversos governos, não tem sido ignorado pela CEPAL. O primeiro passo, discreto e o cuidadoso, foi tomado no Comitê de Comércio de Santiago, e concretizado nas discussões dos representantes dos Bancos Centrais em Montevideu sobre um convênio tipo para a compensação multilateral de saldos.

Se impedirmos que frustrações políticas perturbem a limpidez do raciocínio econômico, e se partirmos do princípio realista de que a maioria dos países latino-americanos aspira a um certo grau de industrialização que diversifique sua estrutura econômica, o que torna impossível que qualquer dos países insista, em obter mercados regionais para a sua própria indústria, sem dar oportunidades compensatórias aos demais, se obedecermos, repito, a esses princípios, a idéia do mercado regional latino-americano poderá passar do reino confortável da utopia ao reino difícil da realidade.

A essa tarefa de converter a utopia em realidade espero que se dedique a CEPAL, com a sua costumeira energia e vigor. Como o Doutor Prebisch parece guiar-se pelo ditado norueguês, que o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas,

Sr. Trigve Lie, costumava repetir, segundo o qual "o difícil é o que pode ser feito imediatamente, e o impossível o que leva um pouco mais tempo", acredito que as ingentes dificuldades da tarefa serão eventualmente vencidas.

ASSISTENCIA TÉCNICA DA CEPAL

Desejo, finalmente, expressar o interesse de minha Delegação pelas atividades de assistência técnica da CEPAL. No ano passado, tivemos uma importante iniciativa no Brasil: um curso de programação, em São Paulo, de peritos na indústria de ferro e aço. Dessa reunião, que despertou repercussão internacional, emanou frutuosa troca de experiências que, sem dúvida, influirá no planejamento da expansão da indústria siderúrgica que ora se realiza no Brasil e em outros países latino-americanos.

Ao fim desta longa disquisição, cabe-me penitenciar-me, perante esta distinta Assembléia, pelo tempo consumido. Certa vez, em conversa nas Nações Unidas, ouvi de Sir Alexander Cadogan, então representante britânico no Conselho de Segurança, um comentário que me tornou extremamente inibido para qualquer exposição oratória. "I have — dizia ele — a profound admiration for Latin American orators because of their ability to convert an ounce of fact into a ton of words". Espero, meus senhores, que na alocução que acabo de vos dirigir, a relação entre fatos e toneladas seja um pouco menos escandalosa do que a descrita por Sir Alexander.

Não tenho outra maneira de expiar o feio pecado de ter falado demais senão prometer-vos, Srs. Delegados, manter uma elevada quota de silêncio no futuro."

FUNDIÇÕES NA AMÉRICA LATINA

As fundições de aço no Brasil, Argentina, Chile e México, se acham relativamente bem desenvolvidas, tendo alcançado um nível que possibilita a expansão das atividades mecânicas e da indústria semipesada, de maneira plenamente satisfatória. Nos demais países latino-americanos, entretanto, o grau de desenvolvimento se apresenta neste setor em escala muito menor. Quase todas as indústrias de fundição nesses países trabalham, de um modo geral, com fornos elétricos, cujas capacidades variam entre 1/2 e 6 toneladas. O emprego de convertidores, em combinação com cubilotes, é muito pouco freqüente, sendo de se salientar que maior parte das peças são fundidas com metais procedentes de fornos Siemens-Martim. No Brasil chega-se a fundir peças com até 35 toneladas. No que se refere à produtividade, a despeito da falta de informações estatísticas mais acuradas, acredita-se que seja, nesses países, da ordem de, aproximadamente, 150 horas-homem por tonelada de peças fundidas.

A Junta de Técnicos, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), examinando os vários aspectos da indústria siderúrgica e da transformação de ferro e aço, na América Latina, salientou que no Brasil existem cerca de 18 fornos elétricos, com uma produção mensal de aproximadamente 2.500 toneladas. O custo de energia elétrica foi estimado em 0,5 cruzeiro por KWH nas áreas industriais. Isso não obstante, há uma tendência em nosso país no sentido de serem empregados revestimentos básicos, em virtude da produção local de refratários de magnésita. A esse

respeito, é interessante salientar a diferença existente entre o caso brasileiro e o que se observa na maioria dos países latino-americanos, os quais freqüentemente empregam revestimentos ácidos e, em muitos casos, se utilizam também de revestimentos monolíticos.

No que se refere ao coque destinado a essas fundições, o seu consumo se apresenta em condições normais. Necessita-se, apenas, em alguns casos, um excesso de 5%, sobre os gastos usuais, para efeitos de recarburização. Examinando os trabalhos apresentados à Junta, os técnicos levantaram algumas dúvidas sobre o consumo de coque, pois durante a discussão da matéria ressaltou-se que, às vezes, se registram consumos mais elevados em cerca de 30%. Quanto ao consumo de refratários, chegou-se à conclusão de que a sua incidência é relativamente maior nas zonas de fusão.

No que tange à fundição de ferro nodular, há na América Latina significativo interesse não somente por suas propriedades e aplicações, como também pelas inversões menores que se pode fazer no setor de tratamentos térmicos. No Brasil, uma fábrica começará, dentro em breve, a produzir ferro modular e nos demais países latino-americanos encontram-se projetos em estágios bastante avançados.

A Junta de Técnicos da CEPAL, examinando o aspecto da mecanização das fundições na América-Latina, chegou à conclusão de que, devido à influência relativa nos custos do valor agregado da mão-de-obra e das taxas fixas, justifica-se amplamente a adoção desses processos da mo-

terna tecnologia industrial. Dessa forma, constitui providência das mais recomendáveis a mecanização progressiva das empresas de fundição, a fim de que se reduza o número de homens-horas empregados, a despeito dos gastos de financiamento, geralmente elevados na América Latina.

Finalmente, no que diz respeito à produtividade, os técnicos da CEPAL salientaram que, a fim de ser o assunto melhor examinado e debatido seus problemas com maior segurança, tor-

nam-se necessários estudos e investigações mais detalhados sobre o número das fundições existentes na América Latina, suas capacidades de produção e condições em que operam. Tendo em vista que o desenvolvimento das indústrias nos últimos anos tem sido apreciável, considerou-se que o tema se reveste de grande interesse e atualidade, devido principalmente ao número de empresas que modernizam seus métodos de produção e de companhias novas que se estabelecem neste campo industrial.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — Caixa Postal, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Telefone : 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência : 43-1112 — Diretoria : 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

LIVRARIA FREITAS BASTOS

(A MAIOR DO BRASIL)

Tem à sua disposição as últimas novidades em :

Direito, Engenharia, Livros Técnicos e Científicos; Literatura Nacional e Estrangeira, Arte, Ballet, Teatro, Cinema, Sociologia, Pedagogia, História, Dicionários, Literatura Infantil e Livros Didáticos.

LIVRARIA FREITAS BASTOS S.A.

Largo da Carioca, esq. da Rua Bittencourt da Silva

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL

HISTÓRIA DA DESCOBERTA DE PETRÓLEO NO RECÔNCAVO DA BAHIA

(Da "Petrobrás")

I — CAMPO PETROLIFERO DE LOBATO-JOANES

Em uma fonte de água doce, situada na localidade de Lobato, perto da falha de Salvador, havia uma exsudação de óleo.

O SFPM perfurou então o poço n. 163 perto dessa exsudação achando um arenito petrolífero que produziu alguns litros de óleo por cambejamento. Isto ocorreu em janeiro de 1939.

No mesmo ano, o Conselho Nacional do Petróleo, após a perfuração de dois poços secos, do outro lado do braço de mar, em Itapagipe (B-1 e B-2), voltou ao Lobato perfurando o poço B-3 a poucos metros ao sul do antigo 163. A sondagem foi levada até 392 metros. Foram encontrados dois arenitos com óleo, o primeiro com um metro e o segundo com 5 metros de espessura. Inicialmente, esse poço produziu por surgência (sem bombelo). Em novembro de 1939, registrava-se uma média de 15 barris por dia. Assim, descobriu-se o campo Lobato-Joanes.

II — CAMPO PETROLIFERO DE CANDEIAS

O campo petrolífero de Candeias foi descoberto em novembro de 1941, com a perfuração do C-1-Ba num alto sísmico, previamente indicado por antigos trabalhos de geologia de superfície.

É interessante recordar que a evidência de pequena exsudação sob forma de uma substância asfáltica, achada em um afloramento de arenito, havia centralizado o interesse do geólogo na área de Candeias.

III — CAMPO DE ARATU

O campo de gás de Aratu foi descoberto em 1942, numa anomalia sísmica. Os dois primeiros poços foram também pequenos produtores de óleo de base parafínica. O poço pioneiro A-1-Ba desse campo foi iniciado a 29 de agosto de 1941 e perfurado até o cristalino (rocha negra do petróleo). Atravessou uma zona de óleo a 474 metros com 20 metros de espessura; a zona de gás foi atingida a 617 metros. O gás é constituído predominantemente de metano (CH₄).

IV — CAMPO PETROLIFERO DE ITAPARICA

O poço descobridor do campo foi o I-2-Ba, numa anomalia geológica superficial, detalhada pelo método sísmico de reflexão. A 8 de setembro de 1942, o petróleo jorrou desse poço, com uma média inicial de 120 barris por dia.

V — CAMPO PETROLIFERO DE DOM JOÃO

Baseado em indicações geológicas de superfície, mapeou-se uma estrutura tipo anticlinal na qual foi escolhida a locação pioneira Dj-1-Ba. A descoberta do óleo deu-se no dia 26 de março de 1947. O arenito oleífero (Sergi) foi encontrado a 262 metros de profundidade. Por bombeio, produziu cerca de 327 barris de óleo por dia.

VI — CAMPO PETROLIFERO DO RIO SERRA (PEDRAS)

A geologia de superfície localizou uma exsudação de petróleo à

margem do Rio da Serra, a poucos metros da estação ferroviária da Leste Brasileiro de Pedras.

Cerca de 2 quilômetros ao sul dessa exsudação, foi locado o pioneiro RS-1-Ba. Entre 135 e 144 metros de profundidade, encontrou-se um arenito fino com boa impregnação de óleo. Essa descoberta deu-se em dezembro de 1950.

VII — CAMPO PETROLIFERO DE ÁGUA GRANDE

Este campo foi descoberto após o mapeamento aerofotogramétrico; sua interpretação geológica bem como o exame da superfície conduziram à marcação do poço AG-1-Ba. Em 29 de dezembro de 1950 esse pioneiro revelou petróleo na zona "A".

VIII — CAMPO PETROLIFERO DE PARAMIRIM DO VENCIMENTO

Este é um campo descoberto num alto sísmico de reduzidas dimensões, com apenas dois poços produtores. No dia 3 de janeiro de 1951, o teste de formação da zona "A", realizado no intervalo 1.133 a 1.150 metros revelou a existência de petróleo.

IX — CAMPO PETROLIFERO DE MATA DE SÃO JOÃO

Foi descoberto em 22 de junho de 1951, após tentativas infrutíferas para testar as áreas circunjacentes. Foi a feliz associação dos trabalhos de geologia e de geofísica (método sísmico de reflexão) que determinou a locação do pioneiro Mj-1-Ba, o qual revelou gás na zona "A". A descoberta do petróleo no arenito Sergi deu-se em 24 de fevereiro de 1953, com a perfuração do Mj-5-Ba.

X — CAMPO PETROLIFERO DE POJUCA-CENTRAL

Localizado nas adjacências do campo de Água Grande, o campo de Pojuca-Central, após o resultado desapontador da perfuração do pioneiro Pj-1-Ba, foi descoberto com a perfuração do PC-1-Ba, locado com

auxílio de trabalhos geológicos de superfície e sísmico.

Em 22 de julho de 1953, realizado o teste de formação, com o obturador a 1.400 metros, o poço mostrou-se capaz de produzir inicialmente 500 barris de petróleo por dia.

É interessante observar que apesar de se localizar ao lado do campo de Água Grande, o campo de Pojuca-Central está situado numa unidade estrutural independente.

XI — RECÉM-DESCOBERTAS DE PIONEIROS

A) *DJX-1-Ba*: Perfurado na Bahia de Todos os Santos encontrou arenito portador de óleo a 200 metros de profundidade. Foi locado numa anomalia sísmica. Depois de 8 dias de perfuração, com a inesperada irrupção de gás na superfície, fazia-se mais essa descoberta no Recôncavo. Tal fato deu-se no dia 17 de junho de 1957.

B) *SP-1-Bar*: Esse pioneiro ainda em perfuração pelo seu teste de formação realizado no dia 31 de julho de 1957 no intervalo de 991 a 1.007 metros de profundidade revelou a existência de um horizonte petrolífero.

XII — DADOS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Lobato-Joanes — De 1940 a 1956: 81.607 barris; Candeias — De 1941 a 1956: 6.105.050 barris; Aratu — De 1942 a 1956: 206.211.249 m³ de gás; Itaparica — De 1942 a 1956: 309.307 barris; Dom João — De 1947 a 1956: 1.850.801 barris; Água Grande — De 1951 a 1956: 1.584.643 barris; Paramirim do Vencimento — De 1951 a 1956: 139.418 barris; Mata de São João — De 1951 a 1956: 252.212 barris; — Total: 10.323.048 barris de petróleo e 206.211.249 m³ de gás.

Situação dos Campos em outubro de 1957

Lobato-Joanes: 10 secos, 5 esgotados e 2 produzindo;

Candeias : 3 perfurando, 4 gás, 94 de óleo e 13 secos ;

Aratu : 11 de gás, 1 de óleo e 4 secos ;

Itaparica : 9 de gás, 25 de óleo e 7 secos ;

Dom João : 149 de óleo e 9 secos ;

Rio da Serra : 12 de óleo e 11 secos ;

Água Grande : 2 perfurando, 1 de gás, 36 de óleo e 3 secos ;

Paramirim : 1 de gás, 2 de óleo e 5 secos ;

Mata : 2 perfurando, 7 de gás, 19 de óleo, 6 secos, 4 rasos de óleo e 4 rasos secos.

Pojuca-Central : 1 perfurando, 2 de gás, 6 de óleo e 4 secos.

Estimativa de óleo no reservatório nas condições de armazenagem na superfície

Dom João.....	393.000.000	barris
Candeias	126.000.000	"
Água Grande.....	265.000.000	"
Mata de São João...	18.000.000	"
Pojuca-Central	10.500.000	"
Itaparica	6.000.000	"
Pedras	2.000.000	"
Paramirim	1.000.000	"
TOTAL.....	821.000.000	"

(oitocentos e vinte e um milhões.)

Sondas disponíveis no Recôncavo: 20.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÓRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE



NÃO DESERTAR

RUBENS FALCÃO

Nunca se pediu, a quem tem a função de educar, mais tolerância e compreensão do que nesta hora da vida dos povos. Também nunca foi maior a ambição entre as nações, nem mais insuportável a vaidade entre os homens.

Decididamente, ninguém sabe para onde vai, nem se o dia de amanhã será melhor do que o de hoje. O que não podemos é desertar. Carecemos de coragem, energia e inteligência para enfrentar o futuro. E só através da educação a Humanidade poderá vir a ser melhor do que é.

"A educação é tarefa imensa, contínua e multiforme" — clama, a seu turno, o Professor Lourenço Filho. "Exige recursos incontáveis, quer de natureza material, quer de ação propriamente moral. Mesmo nos países mais ricos, a ação puramente local se tem mostrado nela insuficiente. Nenhuma das órbitas do Poder Público pode, por isso mesmo, ignorá-la; nenhuma autoridade pública deve desinteressar-se de seus problemas; nenhum administrador consciente de sua missão há de, enfim, deixar de cooperar no sentido da melhor articulação de seus recursos para maior eficiência e maior desenvolvimento dos programas que a educação tenha em vista".

Para tanto havemos, pois de labutar, na escola como fora da escola, continuamente, incessantemente, cultivando na criança aquêle "espírito razoável", de que fala Lin-Yutang.

EXPLORAÇÃO DA ENERGIA SOLAR

(Do "O Estado de S. Paulo")

Uma fonte de energia, conhecida e explorada desde tempos remotos, da Era Cristã, passou a interessar e preocupar os técnicos e cientistas de todo o mundo, embora tenhamos atingido a Era Atômica e alcançado meios de utilização pacífica da energia nuclear. É a luta pelo aproveitamento de fontes caloríferas diversas, de modo que a energia venha a ser utilizada, economicamente, nas diferentes regiões do globo. Também no Brasil, onde se intensificam as pesquisas petrolíferas, planificam-se obras de aproveitamento das quedas de água e iniciam-se as pesquisas atômicas, um homem de ciência, o General Engenheiro Bernardino Correia de Mattos Netto, atento ao problema da escassez de energia, principalmente no interior do País, voltou as suas atenções para a velha fonte — o Sol — que poderíamos explorar em benefício de milhões de brasileiros que, nas zonas rurais, ainda se utilizam de lenha como fonte de calor. Nessas zonas, notadamente do Nordeste, onde o homem vive como se estivesse nos tempos medievais, a energia solar seria uma solução.

Em recente reunião do Conselho Nacional de Pesquisas, de que é membro, o General Bernardino de Mattos fez uma exposição sobre o aproveitamento da energia solar e indicou o Instituto Nacional de Tecnologia para elaborar um plano de trabalho. Sua proposta foi acolhida pela unanimidade dos conselheiros e a ideia, que logo tomou corpo, está interessando a técnicos e leigos. Brevemente o Instituto terá elaborado um programa para início dos trabalhos técnico-científicos

em torno do aproveitamento da velha fonte de energia de que se serviu Arquimedes, no ano 212 a.C., para garantir a vitória de Siracusa contra a esquadra de Marcellus que então a sitiava.

EXPLORAÇÃO DA ENERGIA SOLAR

Como nos declarou o General Bernardino de Mattos, a energia solar já vem sendo explorada, com excelentes resultados, em vários países, até para fins industriais, como é o caso da França, que dela se utiliza para produzir gelo em escala industrial. Aliás, o país mais desenvolvido nesse setor é a França, onde existe uma cidade — Montlouis — conhecida como a "capital do sol", porque nela estão instalados os maiores laboratórios do mundo para aproveitamento da energia solar, que já deixou de ser um sonho, também, passando para os domínios das coisas reais, no Japão, na União Soviética, na Índia, nos Estados Unidos e em outros países. Na Itália já existem à venda coletores de energia solar para funcionamento de bombas. No Japão esfriam-se ou esquentam-se interiores de residências com energia captada do sol. Em nosso País, se o problema passar a ser visto de modo sério, não somente pelos cientistas e técnicos que já bem o conhecem, é possível que dentro de um ano estejamos incluídos entre os países que utilizam com vantagens a energia solar. "Estamos certos de que — disse-nos o General Bernardino de Mattos — nas áreas planadas e vastas do Nordeste brasileiro, onde os estios são ardentes e o sol abrasador, encontraremos

campo propício aos nossos trabalhos". Nessas áreas, em futuro próximo, poderia cada fazendeiro dispor de seu aparelho para captar energia do sol e desenvolver de modo mais proveitoso suas atividades.

PREVISÃO DO FUTURO

Lembrou-nos o General Bernardino de Mattos que uma fonte de energia não anula outra, como se comprova com o exemplo do petróleo e do carvão. Este não desapareceu com o aparecimento dos combustíveis petrolíferos. Assim, o calor do sol pode ser aproveitado paralelamente a outras fontes de energia convencionais que com o passar do tempo desaparecerão, enquanto permanecerá para sempre a energia solar. E as previsões de consumo de energia no futuro, quando se esgotarão as minas de carvão e os lençóis petrolíferos, impõem que se comece, desde agora, a aproveitar a energia solar. Lembrou-nos, a respeito, o General Bernardino de Mattos, que a Conferência de Genebra mostrou que, por volta do ano 2000, as demandas mundiais de energia tornar-se-ão 150 a 300% superiores às atuais, pois a população do globo cresce, incessantemente, à razão de 70 mil almas por dia. E cada indivíduo sobre a Terra necessita, em média, de 2.400 kcal por dia sob forma de alimento e 6.000 kcal, para calefação em geral. O consumo provável de energia, no ano 2000, será equivalente a 7,5 bilhões de toneladas de carvão. Sabe-se, hoje, que as fontes de hulha poderão fornecer apenas 2 bilhões de toneladas e as hidrelétricas, em termos de carvão, um bilhão. Ao findar-se o século restará, portanto, um déficit de 4,5 bilhões de toneladas, o qual deverá ser coberto pelas fontes de petróleo e gás natural. Deste modo, no ano 2000 as reservas de petróleo e gás natural estariam esgotadas ao fim de setenta anos.

Após apresentar-nos esses dados, o General Bernardino de Mattos acentuou que as perspectivas do

consumo mundial de energia cada vez maior faz que os técnicos se voltem para a energia solar. E acrescentou: "O êxito da energia nuclear muito concorreu para desapegarmos-nos daquele velho hábito de pensarmos unicamente em termos de combustíveis convencionais. A tendência do aproveitamento da energia nuclear para fins industriais está na construção de usinas de 100.000 kw ou mais, que exigem capitais vultosos. As usinas solares não têm massa crítica nem os perigos da radioatividade, além de nada custar a energia emitida pelo sol, embora seja baixo o seu rendimento".

DE ARQUIMEDES AOS NOSSOS TEMPOS

Interessado pela matéria, que teria aspecto revolucionário para um leigo, o General Bernardino de Mattos vem acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos para o aproveitamento da energia solar e mostra que não se trata de novidade. De Arquimedes aos nossos tempos houve sempre os que se preocuparam com o sol como fonte de energia. No ano 212 a.C., Arquimedes conseguiu derrotar a esquadra de Marcellus, que sitiava Siracusa, incendiando-lhe os barcos por meio de raios solares que concentrara nos chamados "espelhos ardentes". Em 1745, Buffon confirmou essa experiência, quando, nos jardins dos reis de França, usando 140 espelhos planos, queimou um toro de madeira a 60 metros de distância. Ao tempo de Luiz XIV, o sábio Cassini fundiu ferro e prata em dois segundos com o emprego de um refletor parabólico. Lavoisier, de 1772 a 1774, construiu seu forno solar, empregando duas lentes, para conseguir temperatura de 1.500°C, bastante elevada na época.

Durante o século XIX intensificaram-se os esforços visando à utilização da energia solar a fim de produzir trabalho mecânico. As pesquisas sucederam-se com o passar

dos anos, até que Straubel, engenheiro da Cia. Zeiss, na Alemanha, construiu os primeiros fornos solares modernos, conseguindo obter temperatura até 3.000°C. O Laboratório de Alta Temperatura da Universidade de Fordham, nos Estados Unidos, instalou recentemente um forno solar no qual os pesquisadores conseguiram atingir 3.500°C. No Japão, uma unidade parabólica, com 2,00 m de diâmetro, acha-se em pleno funcionamento no Instituto de Pesquisas Industrial de Nagoya. Igual atividade observa-se em torno da energia solar na Rússia, no Laboratório de Heliotécnica do Instituto Krzhizhanovsky de Energia, da Academia de Ciências de Moscou. Vários outros países vêm-se dedicando a pesquisas nesse campo, como a Índia, o Egito, Israel. E o governo da Argélia não hesitou em custear a construção do

segundo maior forno solar do mundo, instalado em Bouzareah.

O General Bernardino de Mattos, primeiro presidente da Comissão de Energia Atômica e membro do CNPq, vem acompanhando todos esses trabalhos nos domínios da energia solar e tornou-se um dos maiores conhecedores da matéria em nosso País. Recebe de várias partes do mundo as mais novas publicações científicas a esse respeito. No Conselho Nacional de Pesquisas procurou despertar a atenção dos demais conselheiros, com a indicação de que falamos de início, acolhida por todos. "Já agora — disse-nos — apoiados pelo CNPq, sob cuja égide desenvolveremos nossos planos, vamos, com o Instituto Nacional de Tecnologia à frente, lançar-nos à tarefa das pesquisas para a exploração da energia solar no Brasil".

CORTINAS DE MADEIRA CURITIBANAS

ÓTIMAS PARA VARANDAS, INTERIORES E ESCRITÓRIOS

Atenção, Senhores Decoradores

São bonitas, decorativas, evitam os raios solares, sem escurecer o ambiente. Protegem os móveis, a pintura da sala, as cortinas, etc. São leves, duráveis e de fácil manejo. Temos grande variedade de padrões.

Entregas rápidas, demonstração sem compromisso em qualquer bairro

PEDIDO — DEPÓSITO

RUA PEDRO AMÉRICO, 333 — Tel: 45-3817 — Catete — Rio de Janeiro

O SAPS É TAMBÉM UM CENTRO DE CULTURA

Da ciência pura ao trabalho de vulgarização da Nutrologia —
Atividade editorial — Estímulo à pesquisa e à literatura —
Dois cursos de projeção internacional

O SAPS empresta às suas atividades culturais importância tão grande quanto a opinião pública, de modo geral, confere aos seus esforços para ampliar cada vez mais a rede de assistência alimentar pura e simples aos trabalhadores previdenciários de todo o país. Essas atividades, pouco conhecidas do grande público familiarizado com os restaurantes populares e com os "postos de subsistência", desdobram-se em dois planos: o plano educacional e o plano científico.

CONCEITO DE "COMER BEM"

No plano educacional, pode-se dizer que poucos cidadãos brasileiros, em qualquer camada social, deixaram de receber a benéfica influência da presença do SAPS, no país, nestes últimos quinze anos.

Ao mesmo tempo que abria, na Praça da Bandeira, o seu primeiro grande restaurante popular, que ficou conhecido em todo o mundo como modelo do gênero, o Serviço de Alimentação da Previdência Social lançava as bases de uma campanha destinada a mudar, como mudou, o nosso velho conceito de "comer bem". Somos um país de tradição de "mesa farta", apesar da nossa condição de povo economicamente "subdesenvolvido". Essa tradição dividia-nos esquematicamente em dois grupos sociais, um constituído pelos indivíduos "bem alimentados" e outro composto pelos que "comiam mal".

Comer bem era comer muito, era ter a "mesa farta" todos os dias. O SAPS incumbiu-se de demonstrar na prática — através dos restaurantes populares — e teoricamente — por meio de publicações que se popularizaram em todo o país — os equívocos desse conceito: "comer bem" não era comer muito e frequentemente a "mesa farta" apresentava deficiências fundamentais insuspeitadas.

O SAPS popularizou a terminologia de uma jovem ciência, a ciência da Nutrição e com isso cumpriu uma das finalidades que lhe atribuiu a legislação: "criar no país uma consciência do problema alimentar", encarado o ponto de vista científico.

O Segrêdo das refeições balanceadas dos seus restaurantes populares caiu no domínio público com a divulgação das fontes de vitaminas, proteínas e sais minerais.

Ricos e pobres aprenderam a empregar e distribuir os seus recursos na seleção de alimentos capazes de satisfazer diariamente às suas necessidades biológicas.

ATIVIDADE EDITORIAL

A Divisão de Propaganda do SAPS, incumbida desse trabalho educacional, acabou se transformando numa editôra, da qual se irradiaram para os Estados três séries de publicações especializadas, folhetos e livros da maior importância: a série "saúde e Alimentação", que reúne conselhos alimentares em linguagem popular;

"Ensaio e debate alimentar", constituída de plaquetes e pequenos livros, nos quais o problema da nutrição já é tratado em termos de Ciência, ao lado de problemas afins, como abastecimento e transportes; e a "Biblioteca Brasileira de Nutrição", em que os maiores nomes desta ciência estudam e discutem todos os aspectos da questão alimentar no Brasil.

CIENCIA PURA

Tôdas as atividades do SAPS, nesse domínio, baseiam-se num trabalho incessante de pesquisas realizadas pela sua Divisão Técnica, em cujo laboratório se faz ciência pura.

Desse laboratório têm saído algumas contribuições importantes à Nutrologia, como elementos novos para o conhecimento do valor biológico de numerosos alimentos tipicamente brasileiros.

ESTIMULO À PESQUISA

Para estimular a pesquisa científica e a criação de trabalhos literários destinados a universalizar os conhecimentos da Nutrologia, o SAPS distribui dois prêmios: um anual, de 10 mil cruzeiros, o "Prêmio SAPS de Literatura Infantil"; e outro de dois em dois anos, no valor de 50 mil cruzeiros, o "Prêmio Nacional de Alimentação", este considerado a mais alta láurea científica do país e já conferido a pesquisadores da categoria do Professor Moura Campos.

FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS

O SAPS completa as suas atividades culturais contribuindo decisivamente para aumentar no país o número de especialistas — médicos nutrólogos, nutricionistas e visitadoras de alimentação —, que se formam anualmente, em turmas cada vez mais numerosas, em dois cursos de nível universitário dirigidos pelo professor Dante Costa, também na Praça da Bandeira.

Esses cursos são conhecidos internacionalmente e procurados por médicos e candidatas ao diploma de nutricionista vindos de vários países da América, principalmente da Venezuela, Colômbia, Bolívia, Paraguai, Peru e Cuba.

ENERGIA ELÉTRICA

Maj. RUI ALENCAR NOGUEIRA

A proporção que os países se desenvolvem e, principalmente, se industrializam, crescem as necessidades de energia para movimentação das máquinas de toda espécie.

Recorrem-se às mais variadas fontes energéticas, sempre num crescendo cujos limites são imprevisíveis, porquanto já não mais constitui segredo a utilização da energia nuclear, para fins industriais.

Até que a sua aplicação se torne generalizada e os recursos para o seu emprego sejam postos à disposição de qualquer país, há que se cuidar do uso sistemático das outras diversas formas de energia.

Dentre elas, por seus limitados recursos, os combustíveis constituem motivo de estudos acurados e preocupam os homens responsáveis mais diretos pelos destinos das nações.

Por outro lado, verifica-se facilmente a variação que têm sofrido esses combustíveis através dos tempos, porque também variáveis têm sido as máquinas que os empregam e consomem.

Até o começo deste século, o carvão tinha a sua majestade, por sua forma e excelência. Entretanto, não houve meios de impedir que o seu cetro se transferisse para o petróleo.

Como, porém, sobre serem limitadas as áreas petrolíferas, não se encontram distribuídas regularmente nem se espalham por todos os países, tratou-se de aproveitar ao máximo a energia hidráulica, porventura existente.

Além do seu aspecto econômico, esta orientação impõe-se a quantos, embora possuindo carvão mineral, o não têm da melhor qualidade; ou que, dispondo de restritas possibilidades petrolíferas, não lhes sobra outro recurso de maior valia, que não seja o da hulha branca.

Certamente, na época atual, a ninguém passaria pela mente basear qualquer desenvolvimento industrial no consumo do carvão vegetal ou da lenha.

A par destas considerações, é de notar-se que a técnica põe-nos à disposição uma perfeita maquinaria, capaz de tirar o melhor partido da força hidráulica, produzindo energia mais barata do que a obtida pelas outras fontes primárias mais conhecidas, como sejam: a hulha, o antracito, o linhito, a turfa, a lenha e o petróleo.

Destarte, ela vem constituir um vasto campo de recursos aberto a muitas nações que não dispunham daquelas outras formas energéticas, mas contam com inúmeras quedas d'água utilizáveis e bem localizadas.

Várias foram as causas que concorreram para o aproveitamento da força hidráulica, que vem sendo colocada em esferas de atividades bastante diferenciadas das demais.

Assim, "ao contrário do carvão e do petróleo, que surgiram e se desenvolveram como atividades privadas, com pequena intervenção do Estado, o Poder Público velou pelo desenvolvimento da indústria da eletricidade virtualmente desde o seu berço". (1)

(1) Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas Brasileiras, S.A.

Sob o ponto de vista técnico, obtém-se a energia elétrica sob duas modalidades: a chamada térmica, quando os geradores funcionam à custa de combustíveis ou a denominada hidráulica, quando se a consegue pelo aproveitamento total ou parcial das quedas d'água, fazendo as vezes de combustível, para acionamento dos mesmos geradores.

Nesta última modalidade, a engenharia tira partido dos desníveis, realiza a captação da água na parte mais alta e fá-la cair, canalizada em tubos apropriados, até as turbinas das máquinas.

Portanto, a potência da energia conseguida dependerá de dois elementos fundamentais: a altura da queda e o volume d'água que passa por segundo.

A unidade de força mede-se por HP (horse power), equivalente a 75 quilogrametros, ou seja, quilo por metro e por segundo.

Desde muito tempo, gradativamente, vem o mundo passando por terríveis crises, dentre as quais, a que afetou a economia de maneira mais acentuada sobreveio à chamada 1ª Grande Guerra, que trouxe como conseqüências principais o encarecimento dos combustíveis e a depreciação do valor monetário dos países carecentes desta importação.

Por outro lado, o aperfeiçoamento das indústrias, particularmente as eletromecânicas, facilitando sobremaneira utilizar-se a eletricidade em substituição aos combustíveis e a rápida tendência para esgotamento das reservas mundiais de petróleo e carvão, obrigaram a buscar o recurso do aproveitamento hidrelétrico abundantemente.

Países sem maiores depósitos de combustíveis, como a Itália, a Noruega e a Suécia, empenharam-se na "batalha da energia hidrelétrica", para movimentação das suas múltiplas indústrias e estradas de ferro.

Entretanto, deve-se considerar que esse processo engloba duas ordens de fatores: um, exclusivamente técnico, facilmente superado

pelos progressos industriais do nosso século; outro, de ordem econômica, que vamos considerar.

Em primeiro lugar, se a energia produzida é a mais barata possível, a instalação das usinas ainda é, e tudo indica que o será por longo tempo, bastante onerosa, exigindo o emprêgo de grandes capitais, cuja recuperação é muito lenta.

Conquanto as barragens de concreto necessárias, sem exigir qualquer conservação, venham a durar um tempo quase indefinido e as próprias máquinas geradoras sejam de longa duração, há que considerar o fato destes meios mecânicos tornarem-se obsoletos e precisarem de uma oportuna substituição, embora isto se realize de uma forma muitíssimo mais moderada do que na energia elétrica de fontes térmicas, à vista do aproveitamento que se faz, cada vez melhor, no último caso, da energia química dos combustíveis.

Também não se poderá esquecer que as fontes geradoras da energia hidrelétrica não podem estar muito afastadas dos centros de consumo, pela sua ineficácia ou quase inproveitabilidade, o que não compensa o dispêndio de grandes somas para instalação das usinas geradoras.

Embora haja uma teoria que espouse a necessidade dessas instalações em áreas de quase ou nenhuma utilização, com o fito de desenvolvê-las e torná-las mais produtivas, isto não ocorre ordinariamente, a não ser nos países de grandes recursos financeiros.

Dai, sem ser a solução mais adequada a montagem das usinas hidrelétricas, mesmo que existam quedas d'água apresentando características favoráveis.

Hodiernamente, a instalação de uma usina hidrelétrica ou térmica deve obedecer e ser submetida a esta ordem de considerações:

- a) custo do cavalo-vapor (HP);
- b) potência utilizável;
- c) existência de combustível no país;

d) proximidade dos centros de consumo ;

e) localização das quedas d'água.

Cada um destes fatores deverá ser estudado detidamente, antes que se tenha tomado uma decisão de tão grande monta, importando no investimento de capitais elevados.

"O custo da energia produzida numa usina hidrelétrica se determina somando o custo do funcionamento, o interesse anual e a amortização do capital invertido nas construções".

"Em uma mesma usina, consideram-se os seguintes fatores determinantes do custo :

a) cota de amortização anual ;

b) gastos anuais com a sua exploração ;

c) cota para pagar os interesses do capital.

Dividindo-se a soma assim obtida em ambos os casos, pelo número de HP produzidos, teremos o custo unitário".

Assim sendo, caso o custo do HP obtido pela energia hidráulica seja menor que o conseguido pela energia térmica não há dúvida que esta será preferida. porém, no caso contrário, a solução da sua preferência será problemática e não oferecerá grandes vantagens.

Da mesma forma, a potência utilizável é de capital importância, uma vez que nenhum valor apresentara a instalação de uma usina, já deficitária ao abastecimento da região a que irá servir, desde a sua primeira fase de instalação.

Quando há existência de combustível no próprio país, é de notar-se que a tendência é para o aproveitamento hidrelétrico, sempre que possível, a fim de ser feita economia desse produto, cuja procura vem sendo cada vez maior.

Por outro lado, quando não se dispõe de reservas em combustíveis, mesmo que o aproveitamento da energia hidráulica não seja o mais econômico, prefere-se-o a qualquer

outro, com o fito de evitar-se a importação.

Também não se poderá relegar a plano secundário, a proximidade ou não dos centros consumidores das fontes abastecedoras, porquanto a distância influirá decisivamente não somente nas questões de ordem técnica como nas de ordem econômica, pela necessidade da construção de vastas redes de transmissão.

No que diz respeito à localização das quedas d'água, temos a considerar que se trata de um problema estritamente ligado à segurança nacional e às vantagens ou desvantagens que possam proporcionar aos países limítrofes, em detrimento da própria nação possuidora de tão portentosas fontes energéticas.

Por todos estes motivos é que os governos têm participado mais ativamente na solução da indústria de eletricidade, o que não acontece com o carvão e até mesmo o petróleo, que têm estado com os interesses privados e de particulares.

"Nada seria mais prejudicial aos interesses nacionais do que converter o problema do suprimento adequado de energia elétrica em assunto de polêmica entre o intervencionismo e o liberalismo, ou, pior ainda, entre o socialismo e o capitalismo. Trata-se de uma questão de senso comum. Salvo no tocante às instalações para consumo próprio, a indústria da eletricidade estruturou-se e desenvolveu-se sob as vistas e com uma participação cada vez mais ativa do Estado". (2)

Indiscutivelmente, o que se procura é, por todos os modos, dar solução a um problema vital para as nações modernas, que carecem, cada vez mais, de energia elétrica para a expansão industrial e para o conforto que a vida hodierna faculta aos indivíduos pela utilização, sempre crescente, de uma vasta gama de aparelhos e utensílios domésticos que deixaram de ser objetos de luxo para fazerem parte integrante das necessidades reais da vida humana neste século em que vivemos.

NOVA SEÇÃO A SER ORGANIZADA NA "DEFESA NACIONAL"

Pretendendo organizar uma Nova Seção, sob a orientação de um grupo de Oficiais especializados, visando proporcionar meios eficientes aos candidatos ao Concurso à Es CEME e constituir-se simultaneamente em órgão de consulta sobre problemas de Cultura Geral e Profissional de interesse do candidato, lançamos a idéia a nossos leitores, solicitando que preencham o cupom abaixo e que desencadeiem uma campanha de novos assinantes, a fim de permitir que se faça face às novas despesas que a Revista terá fatalmente que enfrentar :

Pôsto

Nome

Local onde serve

Estou de acôrdo com a criação da Seção Candidato à Es CEME e, caso venha a se organizar, poderei obter mais..... assinaturas.

Solicitamos remeter a correspondência para :

Diretor-Secretário de "A Defesa Nacional" — Ministério da Guerra —
Caixa Postal 17 — Rio de Janeiro.

PARA AS "AVES" : RAÇÕES BALANCEADAS
E PRENSADAS

"AVEVITA"

MOINHO FLUMINENSE S. A.

Rio de Janeiro — C. P. 1350 — Tel. 23-1820

São Paulo — Boavista, 314-4" — C. P. 260 — Tel. 33-3164

Belo Horizonte — Av. Andradas, 841 - C.P. 143 — Tel. 2-2622

BRASILIANAS

● Progresso econômico do Brasil

Segundo dados oferecidos por "Constrution" da M. Graw — Hill International, o Brasil lidera os investimentos na América Latina. No ano em curso, o nosso país realiza empreendimentos que totalizam... 2.711.910.000 dólares, seguido pela Argentina (2.261.100.000), Venezuela (1.492.700.000), Chile (1.006.600.000). Com empreendimentos na casa de 600 e 500 milhões de dólares figuram Peru, Cuba, Porto Rico; na casa dos 400 milhões, México e Uruguai. Os demais apresentam empreendimentos inferiores a trezentos milhões. Tais dados — é conveniente acentuar — se referem somente a projetos de valor superior a um milhão de dólares.

Os dados da conhecida publicação norte-americana evidenciam que o Brasil assumiu a dianteira no esforço pelo progresso econômico e no conjunto das nações latino-americanas. Naquele total predominam investimentos ou setores básicos — petróleo, energia elétrica, transporte, mineração, obras hidráulicas, construção civil — de considerável efeito multiplicador.

Malgrado tantos fatores negativos — inflação, desequilíbrio orçamentário, inquietação política e social — o Brasil marcha a passos firmes no sentido da sua emancipação econômica.

● Indústrias básicas

Em que pese a inflação, cuja espiral ainda não foi dominada, os economistas brasileiros e estran-

geiros, com os olhos fixos nas estatísticas, estão certos que o Brasil atravessa uma fase de desenvolvimento muito rápido. E o país de mais acelerado progresso de toda a América Latina. Os investimentos feitos este ano em nosso país, são vultosos e ultrapassam de muito os realizados em qualquer outro país latino-americano. A diferença a nosso favor ainda é maior do que a indicada nas estatísticas, porque se faz muito mais com um dólar no Brasil, do que na Venezuela e na Argentina, ademais, no Brasil os grandes investimentos estão sendo feitos em indústrias básicas, indispensáveis à independência econômica, e o capital nacional ultrapassa de muito o estrangeiro, justamente o contrário do que sucede na Venezuela. Vejamos algo a respeito.

Desprezando investimentos inferiores a um milhão de dólares, os investimentos realizados este ano, nos países latino-americanos, foram assim avaliados: Brasil, US\$... 2.711 milhões; Argentina, US\$... 2.261 milhões; Venezuela, US\$... 1.492 milhões; Chile, US\$ 1.025 milhões; Colômbia, US\$ 1.006 milhões. Estes foram os países em que se verificaram maiores inversões de capital. Apresentam-se como os cinco grandes do "continente" latino-americano. Vieram em segundo lugar, o Peru e Cuba, onde os investimentos oscilaram entre 600 milhões e 500 milhões de dólares. Em terceiro lugar, México e Uruguai, com investimentos calculados em US\$ 400 milhões. Nos outros países latino-americanos os investimentos não alcançaram os trezentos milhões de dólares.

Por outro lado, "Conjuntura Econômica" calcula que em agosto a emissão de capital totalizou, no Brasil, Cr\$ 5.800 milhões. A maior parte de tão vultosa cifra se destinou a indústrias básicas. A Central Elétrica de Furnas, Minas Gerais, gigantesca, produzirá mais de duas vezes toda a energia elétrica produzida em Portugal e colônias. A Central Elétrica de Furnas tocará Cr\$ 1.400 milhões. A Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, Cr\$ 1.000 milhões. Outras empresas do Rio de Janeiro e São Paulo, aumentaram seus capitais num total de Cr\$ 1.300 milhões. Entre janeiro e agosto, inclusive, as sociedades anônimas emitiram Cr\$ 44.000 milhões. Apenas em agosto, foram organizadas 50 novas sociedades anônimas, 40 companhias se transformaram em sociedades anônimas e 152 sociedades anônimas aumentaram o capital. Nunca houve tanta iniciativa no Brasil. Nunca o espírito de empreendimento foi maior. Abrange todos os setores. Ademais, empreendimentos que redundam em inversões de centenas de milhões de cruzeiros e até de muitos bilhões de cruzeiros se estão tornando comuns. Na Usiminas, por exemplo, inverterão Cr\$ 11.000 milhões. Na Cosipa, outra usina siderúrgica, a inversão será equivalente. A nova destilaria de petróleo que se instala às margens da Guanabara, custará algo como Cr\$ 2.700 milhões. A indústria nacional fornecer-lhe-á equipamentos no valor de Cr\$ 900 milhões. Empreendimentos de tal vulto e de iniciativa exclusivamente brasileira eram inconcebíveis até há muito pouco tempo. Ninguém os admitiria há um lustro. Tornaram-se comuns.

E as indústrias básicas progredem. A do cimento, por exemplo. Em 1939, o Brasil produziu 698 mil toneladas de cimento; Portugal, 297 mil; Argentina, 1.128 mil. Em 1954, Brasil, 2.418 mil toneladas; Portugal, 785 mil; Argentina, 1.692 mil. Em 1956, a produção brasileira de cimento elevou-se a 3.200 mil toneladas. Em 1959, quando entrarem em funcionamento as novas fábricas, a produção será de mais de 4 milhões de toneladas.

A produção de 1960 não deverá ser inferior a 5 milhões de toneladas.

A produção siderúrgica também aumenta consideravelmente, embora o seu índice de aumento seja muito inferior aos observados na China e na Índia. Fabricamos 76 mil toneladas de aço em 1938; 756 mil toneladas em 1950; 1.156 mil toneladas, em 1955. Este ano, fabricaremos aproximadamente, 1.500 mil toneladas. Em 1960, mais de três milhões de toneladas. Mais de 4 milhões em 1961.

Toma vulto a indústria de soda cáustica, com a inauguração da grande e moderníssima fábrica de Cabo Frio. É um produto que deixaremos de importar.

Em 1955, tínhamos uns 3 milhões de quilowatts instalados. Teremos mais de 5 milhões em 1960 e talvez 8 milhões em 1962. A produção de eletricidade tem tido um aumento equivalente. Este ano, o Brasil produzirá mais de 15.000 milhões de quilowatts-hora. Ainda é muito pouco, sem dúvida. Ainda é uma insignificância dadas as nossas possibilidades e necessidades. Mas na América Latina, é algo de ponderável. De fato, em 1955, o Brasil produziu 13.180 milhões de quilowatts-hora, enquanto o México produzia 6.900 milhões; a Argentina, 5.748 milhões; o Chile, 2.280 milhões; a Colômbia, 1.180 milhões; a Venezuela, 1.151 milhões; Portugal, produziu 1.884 milhões; Angola, 47 milhões de quilowatts-hora. Isto significa apenas que o Brasil não é o único país a produzir pouca eletricidade. Felizmente, há novos e muito promissores rumos neste setor. Multiplicaremos a produção de eletricidade em muito pouco tempo.

Ainda seria possível citar outras indústrias básicas em acelerado desenvolvimento. Não o faremos. Não esqueçamos, porém, que em 1960 o Brasil fabricará aproximadamente 150 mil autoveículos automóveis caminhões, ônibus, peruas, etc. — e será o oitavo grande produtor mundial.

Progredimos muito mais do que geralmente se pensa.

• Volta Redonda atinge o quinto milhão

Ao atingir no dia 15 de agosto do corrente ano a produção do quinto milhão de toneladas de aço, a Usina de Volta Redonda, localizada entre os dois maiores mercados consumidores brasileiros veio demonstrar a sua expressiva participação em toda a economia do Brasil, já que essa tonelagem alcançada multiplicou-se em produtos nobres, reaparelhou as estradas de ferro do país, estendeu inúmeras pontes vitais para o sistema de transportes e sobretudo

proporcionou ao Brasil uma substancial economia de divisas.

A história da indústria pesada no Brasil pode ser dividida em duas partes: antes e depois de Volta Redonda. A grande usina siderúrgica, construída para ser a mais importante da América do Sul, é hoje o conjunto industrial mais completo do continente, além de figurar como pioneira na assistência social aos seus trabalhadores.

Produção de 1956 — Durante o ano de 1956, Volta Redonda operou com todas as suas unidades, tendo obtido os seguintes resultados:

Coque	475.554 t
Ferro Gusa	553.820 t

Aço em Lingotes

Fornos Siemens-Martin	719.999 t
Forno Elétrico	10.997 t
Total	739.996 t

A laminação das 739.996 toneladas de lingotes, por seu turno, produziu uma quantidade total de 579.079 toneladas de produtos diversos de aço, tais como trilhos e acessórios, perfilados e barras, chapas grossas, chapas finas a quente, chapas finas a frio, chapas galvanizadas e folhas de flandres.

A destilação do carvão mineral na coqueria produziu, além do coque, os seguintes produtos: alcatrão bruto, alcatrão para pavimentação, benzol, nafta solvente, naftaleno bruto, óleo antracênico, óleo creosotado, óleo desinfetante, óleo drenado, piche, sulfato de amônio, toluol e xilol. Com essa produção Volta Redonda é a base da indústria química no Brasil.

Marcha para um milhão — O programa do ano em curso, prevê a produção de 495.000 toneladas de coque; 576.000 toneladas de ferro gusa; 769.200 toneladas de aço em lingotes e 560.000 toneladas de aço laminado.

Todavia, Volta Redonda está em plena fase de expansão e dentro

de pouco tempo estará produzindo um milhão de toneladas de aço em lingotes, tendo, para tanto, obtido recentemente um empréstimo de 35 milhões de dólares no Export and Import Bank, para aquisição de novos equipamentos.

Assistência Social — A Companhia Siderúrgica Nacional, tendo sempre presente na sua organização o valor preponderante do elemento humano na indústria, vem ampliando, a cada ano, a assistência social dispensada aos seus servidores, praticada através do seu serviço médico, assistência educacional e habitacional, assistência alimentar.

Para se ter uma idéia da assistência médico-hospitalar que a CSN dispensa aos seus trabalhadores, basta verificar que em 1956 o total das despesas com o Hospital de Volta Redonda — um dos mais completos existentes no Brasil — foi de Cr\$ 53.499.874,00.

No setor alimentar, também durante o ano de 1956, os números são bem expressivos. Nada menos

de 740.653 refeições completas foram fornecidas, 693.319 sopas noturnas, 252.232 lanches.

Por esses dados se compreende porque a Usina de Volta Redonda pôde produzir, em apenas 484 dias, um milhão de toneladas de aço em lingotes, melhorando consideravelmente os índices de produtividade. É que o operário da Companhia Siderúrgica Nacional apresenta excelente rendimento no trabalho, dadas as condições de bem-estar social que lhe dispensa a empresa.

● Nossa exportação em 57

De acordo com as apurações do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, a exportação brasileira no período de janeiro a agosto do presente ano registrou as cifras de 4.784.770 toneladas no valor de Cr\$ 36.818.586.000,00, equivalente a 843.759.000,00 dólares. Em cotejo com os dados relativos a idêntico período do ano de 1956, acusam estes algarismos o acréscimo de 27,7% no volume exportado e a redução de 5% no valor em cruzeiros e de 13,8% no valor em dólares.

Como principal produto de nossa exportação figura o café, que, com um total de 8.704.602 sacas, no valor de Cr\$ 18.920.284.000,00 (515.750 milhares de dólares), representou 61,1% num montante em dólares de nossas vendas ao exterior.

Destacaram-se a seguir as tâbuas de pinho com 43,7 milhões de dólares (correspondendo a 5,2% do total), o algodão em rama com 37 milhões de dólares (4,4% do total), a hematita com 30,7 milhões e 3,6%, o açúcar com 27 milhões e 3,2%, os minérios de manganês com 22,4 milhões e 2,7% e o cacau em amêndoas com 17,9 milhões e 2,1% do total. Ocuparam ainda posição de relativo destaque com participações, que oscilaram entre 1,7% e 0,8% do total a cera de carnaúba, a lã em bruto, o óleo de mamona, as ba-

nanas, o sisal, a manteiga de cacau, o fumo em fôlhas e as castanhas do Pará para alimentação.

Os quinze principais produtos em conjunto perfizeram 90,9% do valor total da exportação brasileira, tendo, entretanto, apenas 3 produtos (café, tâbuas de pinho e algodão em rama), integralizado 70,7% do total.

No período de janeiro a agosto do ano passado, esse mesmo grupo de quinze mercadorias representou 91,6% da exportação, tendo correspondido os seis primeiros a uma quota mais significativa que a deste ano com 78,5% do total. Variou consideravelmente de 1956 para 1957 a participação de alguns produtos no conjunto de nossas vendas externas. Assim, enquanto as cotas do café, do algodão e do cacau caíram, respectivamente, de 68,9%, 7,6% e 4% para 61,1%, 4,4% e 2,1%, elevaram-se as das tâbuas de pinho, da hematita, do açúcar e dos minérios de manganês, respectivamente, de 2%, 2,4%, 0,1% e 0,6% para 5,2%, 3,6%, 3,2% e 2,7%. Estas variações de uma maneira geral corresponderam a maiores ou menores oscilações no volume das vendas desses principais produtos.

● Produção nacional de cimento

Em dezembro de 1956, a capacidade total das nossas fábricas de cimento era de 3.730.000 toneladas. Em junho do corrente ano, subiu para 3.940.000 toneladas.

No momento, as fábricas em construção e em ampliações darão uma capacidade complementar de 398.000 toneladas, a que se deve acrescer 255.000 toneladas das fábricas em projeto. Com as iniciativas em andamento, a capacidade de produção da nossa indústria de cimento deve alcançar 4.600.000 toneladas, o que deverá proporcionar uma produção efetiva de 4 milhões de toneladas por ano.

Nos últimos anos, o consumo progrediu no seguinte ritmo: 1953, 2.988.122 t; 1954, 2.278.279 t; 1955, 2.953.718 t; 1956, 3.250.906 toneladas. No mesmo período, a produção nacional, apresentou o seguinte desenvolvimento: 1953, 2.006.480 t; 1954, 2.447.947 t; 1955, 2.711.727 t; 1956, 3.220.291 toneladas.

Em 1953, importamos cerca de um milhão de toneladas para complementar a produção interna. A partir dessa data, as compras no exterior caíram verticalmente, graças ao aumento de produção interna.

No primeiro semestre deste ano, nossas fábricas produziram 1.604.991 toneladas, de maneira a dispensar inteiramente a importação do similar estrangeiro.

O consumo "per capita" situa-se em torno de 53 quilos por ano, índice ainda muito baixo; pois, em 1956, o México apresentou a cota de 77 quilos por habitante, a Argentina, 103 quilos; os Estados Unidos, 315 quilos; a Alemanha Ocidental, 362 quilos e a Suíça, 474 quilos.

No Brasil, o consumo de cimento está intimamente ligado aos planos de obras públicas federais e dos Estados.

P.N.

● Produção nacional de equipamento pesado

A indústria nacional de material e equipamentos pesados vem se desenvolvendo ultimamente de maneira auspiciosa e, com a cooperação do "know-how" estrangeiro, poderá rapidamente capacitar-se para fornecer os equipamentos necessários a diversas obras públicas do país, tais como usinas elétricas, instalações portuárias, maquinaria para mineração, prospecção e exploração de petróleo, etc.

Segundo salienta a FIESP-CIESP, em seu último Boletim Informativo, cerca de 200 milhões de cruzeiros, em equipamentos pesados, fabricados no Brasil, serão

empregados na expansão da Refinaria de Mataripe, sendo de se salientar que no novo caso de minério do Rio de Janeiro serão aplicados 75% de materiais pesados procedentes da indústria nacional. Por outro lado, serão também produzidos no país geradores de grande porte para a Usina de Barra Bonita, bem como comportas, turbinas e outros equipamentos diversos.

ASPECTOS DA INDÚSTRIA

A fabricação de equipamentos pesados e grandes instalações, no Brasil, poderá alcançar níveis ponderáveis e influenciar decisivamente para a diminuição de nossa dependência da importação de diversos materiais estrangeiros, de custo elevado e de técnica aprimorada. Existe no Brasil um conjunto de empresas capazes de fabricar equipamentos pesados e grandes instalações, na base da cooperação técnica estrangeira. A propósito, salienta a FIESP-CIESP, em seu citado Boletim, que seria medida das mais interessantes se o governo federal se dispusesse a aplicar, em nosso país, uma orientação nos moldes do "Buy American Act", que manda dar preferência nas concorrências de fornecimento ao governo, ao produto fabricado dentro dos Estados Unidos, até com uma diferença de 20% a mais do preço do similar estrangeiro, representado pelo seu valor dentro do país, isto é, mercadoria posta nos Estados Unidos depois de pagos todos os direitos aduaneiros.

De qualquer sorte, convém salientar que a indústria de material pesado no Brasil vem contribuindo com ponderável parcela na execução de empreendimentos básicos destinados ao nosso desenvolvimento econômico. Atualmente, 16 das maiores organizações brasileiras desse gênero, tais como Cobrasma, Fichet, Brown Boveri, Mecânica Pesada, Bardela, Dedini, Piratinunga, Volta Redonda etc., constituem a Associação Brasileira para o Desenvolvi-

mento das Indústrias de Base, cuja contribuição, com material pesado, para a execução de obras de vulto, tem sido digna de ênfases.

COOPERAÇÃO E TÉCNICA DE FABRICAÇÃO

Um dos problemas com que se defronta a indústria mecânica pesada nacional é o de que os seus materiais não podem ser fabricados em série e nem são de consumo freqüente. Além do mais, o seu grande comprador é o governo, além de certas autarquias e empresas mistas. Daí, a razão pela qual este setor da indústria nacional necessita da cooperação governamental para seu pleno desenvolvimento. Por outro lado, a cooperação entre organizações estrangeiras fornecedoras de projetos e "know-how" aliada à fabricação nacional por grupos de indústrias, será uma forma eficiente para a substituição de importações desses equipamentos.

Embora dispondo de empresas capazes de fabricar materiais pesados e de engenheiros e técnicos competentes, não alcançamos ainda estágio técnico necessário à produção de grandes projetos industriais. Isso não obstante, tal deficiência transitória, suprida com a cooperação do "know-how" estrangeiro, será sem dúvida superada quando a indústria pesada nacional tiver a garantia de encomendas e de serviços, como salientamos de início.

Assim, e conforme ressalta a FIESP-CIESP, em seu Boletim, a preferência nas concorrências públicas aos equipamentos nacionais e o desenvolvimento do ensino técnico industrial, no sentido de formar especialistas capazes de estudar e projetar técnicas nacionais para grandes instalações, constituem as medidas indispensáveis ao pleno desenvolvimento da indústria de material pesado no Brasil.

Centros urbanos de importância mundial

São poucos os países que contam, como o Brasil, simultaneamente com dois grandes centros urbanos de importância demográfica da capital de São Paulo (3.149.504 habitantes) e do Distrito Federal (2.904.045 habitantes). Em todo o mundo existem apenas umas vinte cidades de mais de 2 milhões de habitantes e as estatísticas internacionais não registram mais de seis países nos quais se encontram dois ou mais centros urbanos com efetivos demográficos dessa ordem: Estados Unidos, China, Índia, Japão, URSS e Brasil.

Três cidades norte-americanas, pelo menos se enquadram nessa categoria: Nova York, Chicago e Filadélfia. Suas populações, estimadas no ano de 1953, eram de 8,1 milhões, 3,6 milhões e 2 milhões de habitantes, respectivamente. Estão no mesmo caso as duas cidades chinesas de Changai (5,4 milhões) e Pequim (2 milhões), as duas cidades indianas de Bombaim (3,1 milhões) e Calcutá (2,8 milhões), as duas japonesas de Tóquio (5,4 milhões) e Osaka (2,1 milhões), e as soviéticas de Moscou (4,5 milhões) e Leningrado (3,3 milhões de habitantes).

Em importantes países da Europa, cidades universalmente conhecidas como Londres (cidade: 3,3 milhões Grande-Londres: 8,3 milhões), Berlim (cidade: 3,5 milhões) ou Paris (cidade: 2,9 milhões) são as únicas em suas fronteiras nacionais com efetivos demográficos maiores de dois milhões. Na África, destaca-se somente a cidade do Cairo, Egito (2,4 milhões), e na Ásia, agora as da China e Japão, já mencionadas, resta a cidade de Djakarta, Indonésia (2 milhões de habitantes). Entre as grandes cidades do continente americano, incluem-se o Distrito Federal do México (2,4 milhões) e Buenos Aires (cidade: 3 milhões; aglomeração urbana:

4,6 milhões de habitantes), em cujos respectivos países nenhum outro centro possui importância demográfica comparável.

● **Exposição da Indústria Automobilística, sua repercussão e seu significado**

(Desenvolvimento e conjuntura)

Nenhum outro setor industrial no Brasil logrou em uma Exposição o sucesso alcançado pela indústria automobilística na recente exibição levada a efeito, por iniciativa do GEIA e dos Sindicatos de Autopeças e de Veículos, no Aeroporto Santos Dumont.

Para os céticos, os que não acreditam na capacidade de realização do empresário brasileiro; para os que interpretam o desenvolvimento industrial do Brasil como um capricho infantil, um divertimento caro, privilégio de outras nações e que não podemos almejar, a mostra do Aeroporto Santos Dumont deve ter constituído uma grande surpresa. Para os que acompanham de perto a evolução da indústria brasileira, os que não duvidam do idealismo e da obstinação de seus líderes (apesar de todos os percalços e da descrença agourenta dos que encaneceram assistindo o progresso deste país, sem nele acreditar), a Exposição da Indústria Automobilística foi um atestado vivo de suas afirmações e uma oportunidade para revigorarem suas convicções.

Ali estavam milhares de peças, desde as mais delicadas até conjuntos mecânicos de grande porte, abrangendo todas as partes componentes de um veículo automóvel, sem excluir o motor com mais de 65% de seu peso de fabricação nacional. Nada menos do que quatro marcas de caminhões, além de camioneta, ônibus, jipe e carro de passageiros, no limiar de um programa intensivo de nacionalização, apenas iniciado, mas que, não obstante, já alcança em mé-

dia, 50% de utilização de peças e partes fabricadas no Brasil, caminhando vigorosamente para sua meta de 95% em 1961. Ali estavam representadas, ocupando todo o terreno fronteiriço e grande espaço das dependências do Aeroporto, mais de 100 das 900 fábricas e oficinas que constituem hoje a indústria automobilística brasileira. São unidades industriais de todos os portes: desde oficinas que rapidamente se transformam em fábricas até grandes conjuntos industriais. Mais de 200 milhões de dólares de investimento que, dentro de 4 anos, estarão elevados a 650 milhões de dólares em máquinas, edifícios e capital de giro. Esse capital está vindo de toda a parte. Em pouco mais de um ano, firmas de prestígio internacional — como a Daimler Benz e a Auto Union, da Alemanha, Alfa Romeo, da Itália, General Motors, Ford e Willys Overland dos Estados Unidos — decidiram investir mais de 190 milhões de dólares em seus programas de fabricação no Brasil nestes próximos 4 anos. Cerca de 260 milhões de dólares (pelo seu equivalente em cruzeros) de fontes brasileiras se associarão ao capital de origem externa para produzir nesse período, 450 mil veículos num valor total superior a um bilhão de dólares, economizando mais de 400 milhões de dólares em divisas.

A mão-de-obra ocupada nesse setor industrial — que é hoje de 24.000 homens — elevar-se-á a quase 80.000 em 1960 e o seu consumo de energia elétrica passará de 140.000 kwh/ano para 450.000 kwh/ano.

A execução de todo esse vasto programa produzirá um tal impacto sobre a indústria mecânica e siderúrgica brasileira, com seus consequentes reflexos sobre toda a economia nacional, que passará à história econômica do Brasil com todas as características de uma verdadeira revolução industrial.

Por esse motivo, uma análise mais completa do estágio em que

se encontra atualmente a indústria automobilística brasileira e de suas perspectivas de crescimento no próximo quadriênio, está sendo objeto de cuidadoso estudo pela equipe de técnicos que integram o corpo redatorial de, "DESENVOLVIMENTO & CONJUNTURA". A partir do próximo número passaremos a publicar os resultados dessa investigação, de que as informações, ora divulgadas, constituem apenas uma amostra, com o intuito de registrar oportunamente o sucesso alcançado pela Exposição da Indústria Automobilística Brasileira.

• Progresso da Indústria Automobilística Nacional

Não resta dúvida de que a indústria automobilística nacional, que ainda há pouco tempo era apenas uma aspiração, é hoje uma realidade, embora ainda incipiente. Diversas empresas já começaram a fabricar veículos motorizados em

nosso País. Vejamos, no momento, as realizações da Ford entre Nós. A 28 de agosto último, deixava as linhas de montagem, no Ipiranga, o primeiro caminhão F-600 produzido dentro do Plano Ford de Manufatura Nacional. Foi atingida, naquela ocasião, a primeira etapa da efetivação do programa de manufatura da empresa, que é o mais completo até agora apresentado e aprovado pelo G.E.I.A., pois inclui três tipos diferentes de caminhões: para serviços leves, médios e pesados.

O programa prevê a produção de 8.250 caminhões ainda este ano, com cerca de 40% de material brasileiro, progredindo anualmente até atingir 30.000 unidades em 1960, quando 90% do peso total do veículo será de origem brasileira. Serão importados, então, dos Estados Unidos, apenas alguns componentes que representarão 10% do peso total do veículo. A produção anual prevista até 1960 é a seguinte:

ANO	F-100	F-350	F-600	TOTAL
1957	2.250	—	6.000	8.250
1958	3.000	1.800	8.000	12.800
1959	4.000	2.000	13.000	19.000
1960	6.000	2.200	21.800	30.000
Total	15.250	5.800	48.800	69.850

A execução do plano teve início imediatamente após sua aprovação, em 8 de fevereiro do corrente ano, e deverá completar-se em meados de 1960. A consecução de um programa de tamanha envergadura só é possível em virtude de o Brasil ter atingido o presente estágio de industrialização quando a disponibilidade de matéria-prima, componentes e peças vai se tornando cada vez maior. É de se considerar também o potencial do mercado brasileiro para caminhões, cuja importância cada vez mais se evidencia, justificando economicamente a manufatura local, pois para mercados

menores a montagem de veículos ou a importação de produtos já montados é mais prática e econômica.

O problema de readaptação das instalações da Ford — provavelmente as mais modernas do mundo, fora dos Estados Unidos — já foi iniciado e envolverá um investimento em maquinaria e equipamento importado, no valor de US\$ 16 milhões. Além desse investimento, que não implica em desembolso de cambiais, a Ford brasileira está despendendo Cr\$..... 377.400.000,00 na compra de terrenos, construção de edifícios e aqui-

sição de equipamento nacional. Desta forma, o investimento total equivale a aproximadamente US\$ 21 milhões.

Técnicos norte-americanos já se encontram à disposição da Ford, no Brasil, auxiliando a levar a cabo a execução deste programa de manufatura. Esse pessoal será gradualmente substituído por especialistas brasileiros, que vêm sendo treinados para tal fim no Brasil e no estrangeiro.

As novas atividades de fabricação, previstas no plano aprovado, serão centralizadas nas atuais propriedades da Ford nos bairros do Ipiranga e Bom Retiro, São Paulo — enquanto uma fundição nova e completa será construída em área situada em Osasco, a curta distância da Capital paulista.

O conjunto industrial do Ipiranga será acrescido de um novo edifício de dois andares, com área coberta de 24.700 metros quadrados, destinado à usinagem e montagem de motores à razão de 25.000 por ano. Além disso, as presentes instalações da Seção de Estamparia da Ford serão substancialmente ampliadas a fim de alcançar uma produção de aproximadamente 24.000 cabinas de caminhão por ano. Essas capacidades estão baseadas no horário normal de trabalho, podendo, através de trabalho em horas extraordinárias ou pelo emprego de turnos especiais, ser aumentadas para até 30.000 unidades por ano. Com respeito à montagem de veículos, a moderna linha de montagem da Ford no Ipiranga está em condições de comportar a expansão prevista no plano, pois sua capacidade é de 30.000 unidades por ano.

A fundição Ford será instalada em Osasco e terá capacidade para atender à produção anual de mais de 25.000 motores. Ocupará a nova fundição Ford no Brasil uma área coberta de 11.400 metros quadrados.

Os Departamentos responsáveis pela engenharia do produto serão localizados nas atuais instalações da Ford no Bom Retiro, que estão sendo devidamente modificadas para

receber os mais recentes equipamentos de provas e de laboratório — tais como modernos dinamômetros para motores e para chassis. Dessa forma, terá o Brasil o seu primeiro centro de engenharia da indústria automobilística.

Serão também adquiridos todos os equipamentos necessários ao "controle" de qualidade dos componentes do veículo, tanto de origem nacional como estrangeira. Parcela considerável do investimento será aplicada nesse sentido, bem como na instalação de laboratórios para ensaios físicos, químicos, metalúrgicos e outros.

● No Brasil um terço da Fábrica Chrysler

— Além de constituir o maior investimento no setor da indústria automobilística nacional, a instalação da Fábrica Chrysler, ontem noticiada pelo "Jornal do Comércio", será uma grande propaganda internacional do Brasil, como país favorável a investimentos estrangeiros.

Esse foi o ponto de vista expressado pelo Sr. Ottolmy Strauch, Subchefe do gabinete do Ministro da Viação, ao informar ter-se avistado com o Ministro Lúcio Meira o Vice-Presidente daquela Companhia, que veio ao Brasil especialmente para tratar do assunto.

A MAIOR FABRICA DE AUTOMÓVEIS

Será de 60 milhões de dólares o investimento da Companhia Chrysler, que transferirá para o Brasil cerca de um terço de suas instalações nos Estados Unidos para fabricação de automóvel "Plymouth-Savoy", modelo 1957.

Sabe-se, ainda, que a Companhia financiará as indústrias subcontratadoras, que fabricarão algumas peças dos veículos.

FABRICA EM SAO PAULO

Apesar de não ter sido, ainda, delineado o plano de fabricação

dos automóveis "Plymouth", o que se dará dentro de poucos dias, pode-se adiantar que a fábrica será instalada em São Paulo e cobrirá a maior área já planejada para a indústria automobilística no Brasil, superando, mesmo, a da General Motors.

A produção, a iniciar-se no segundo semestre de 1958, será de 6 mil carros anuais.

REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

O interesse demonstrado pela Companhia Chrysler em instalar uma indústria no Brasil teve grande repercussão internacional, dado o conceito de que a firma goza.

A importância do investimento da tradicional companhia refletiu-se nos meios financeiros de todo o mundo, com grande benefício para o Brasil, reafirmado como país favorável à inversão de capitais.

● A Simca em Belo Horizonte

Enfim, a Simca está instalando a sua fábrica de automóveis na Cidade Industrial de Belo Horizonte. Já no próximo ano fabricará 3 mil automóveis e camionetas rurais. Em 1959, fabricará 7 mil. Em 1960, 11 mil. Em 1958 serão brasileiros em 50% de suas peças. Em 1959 em 80%. Em 1960 em 87%. Em 1961 deverá o carro estar inteiramente nacionalizado.

O investimento total será de Cr\$ 720 milhões. De início, serão investidos Cr\$ 300 milhões. Entrarão com esta importância, em partes iguais, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Distribuidora Nacional, a Simca e o Banco "Credit Lyonnais".

O automóvel fabricado pela Simca terá a linha dos carros tanques, mas será leve e econômico, apropriado às condições brasileiras.

● Avanço na produção de petróleo no País

— A "Agência Nacional" distribuiu o seguinte:

"Em 1957, a Bahia já produzia mais petróleo que em todo o ano

passado. Assim, de janeiro do corrente ano até ontem (10 meses e 12 dias) a produção dos campos petrolíferos daquela região atingiu 8.126.000 barris, ou seja, mais do dobro da de 1956, que foi de 4.058.704 barris.

Em termos de orçamento cambial a produção baiana de petróleo já permitiu, pois, este ano, ao Brasil uma economia de cambiais superior a 24 milhões de dólares à base de 3 dólares por barril de óleo cru.

A produção diária dos campos baianos tem aumentado, progressivamente chegando a alcançar 37.491 barris no dia 7 do corrente. De 1 a 10 do mês presente a média diária de produção atingiu 35.000 barris.

As perfurações em desenvolvimento no País, de janeiro a outubro deste ano, totalizaram 99.198 metros ao passo que em igual período de 1956 alcançaram 58.047 metros. O ano atual está levando pois nesse setor dos trabalhos da "Petrobrás" uma dianteira de 41.151 metros sobre 1956.

Em todas as regiões sedimentares do território nacional, onde operam as sondas da "Petrobrás" registrou-se, de 1956 para cá, expressivo avanço na metragem perfurada. Assim, na Bacia Amazônica perfuraram-se, de janeiro a outubro deste ano, 14.595 metros contra 8.283 em idêntico período de 1956. No Maranhão as perfurações passaram de 4.768 para 8.020 metros, considerado o mesmo espaço de tempo em 1956 e 1957. Na Bahia, perfuraram-se em 1957 (janeiro a outubro) 65.592 metros e no ano passado (igual período) 40.779 metros. Na Bacia do Paraná, a metragem perfurada aumentou de 2.179 para 5.218 metros. No Estado de Alagoas, perfuraram-se 5.774 metros valendo observar que a pesquisa de petróleo teve início ali no corrente ano.

Duas novas perfurações acabam de ser iniciadas pela "Petrobrás", na bacia Amazônica, a primeira a 80 quilômetros a nordeste da cidade de Tamirã, às margens do rio Xingú, e a segunda na locali-

dade de Sampaio, sendo esta última pioneira e a precedente estratigráfica.

Com esses dois novos poços elevam-se a 9 os que a "Petrobrás" vem perfurando naquela região, onde a empresa intensifica os seus esforços para a localização de novas áreas petrolíferas.

Em 71 poços concluídos pela "Petrobrás" em todo o País, de janeiro a outubro do corrente ano, entre pioneiros, estratigráficos, estruturais e para desenvolvimento de campo, quarenta e um se revelaram produtores de óleo e dois de gás.

• Novo campo produtor em perspectiva no Recôncavo

A "Petrobrás", no dia 17 de outubro, distribuiu nota à imprensa, informando que o poço pioneiro SP-1-Ba, localizado na área de S. Pedro, no Recôncavo Baiano, ao atingir a profundidade de 1.751 metros, revelou a existência de arenito poroso, identificado pelos técnicos como "Zona A", saturado de óleo. Prosseguindo a perfuração até 1.761 metros, procedeu-se a um "teste de formação", cujo resultado foi positivo. Ao iniciar-se o teste, verificou-se forte sopro de gás durante 1 hora, seguido de intenso jorro de petróleo, que se manteve com o mesmo impeto até o fechamento da válvula do testador, 25 minutos depois. Na retirada das hastas, por três vezes surgiu óleo à superfície, com violência.

O óleo recuperado é de cor esverdeada, de alta densidade API e com muito gás em solução. Portanto, um óleo excelente.

Acima da "Zona A", entre 991 e 1.007 metros (formação Ilhas), já havia sido feito um "teste de formação", que também indicou a presença de petróleo semelhante ao revelado a 1.751 metros.

A ocorrência de petróleo na "Zona A", na profundidade mencionada, abre nova perspectiva à exploração de extensa área situada a sueste do campo de Mata de S. João, no Recôncavo Baiano.

A perfuração do pioneiro SP-1-Ba prosseguirá até encontrar a formação Sergi, que é a zona produtora nos campos contíguos de Mata, Pojuca e Água Grande (Catu). Há fundadas esperanças de que a formação Sergi, com óleo, ocorra também em S. Pedro.

O fato é auspicioso para o desenvolvimento dos trabalhos de exploração petrolífera no Recôncavo, porquanto pode importar na descoberta de um novo campo produtor naquela região, já que sua localização está em "bloco" independente.

• Novo poço em Alagoas

No espaço de dois meses, dois poços perfurados pela Petrobrás em Alagoas se revelaram produtores de petróleo. O primeiro foi Lagoa Azeda, no Município de S. Miguel dos Campos. Agora é o poço do Tabuleiro do Martins que revela novo lençol petrolífero.

A sonda que esteve em ação no primeiro desses poços vai ser empregada em nova perfuração a dois quilômetros de Lagoa Azeda.

Os técnicos da Petrobrás não escondem seu entusiasmo. Tudo faz crer que em Alagoas se descobriu um campo petrolífero dos mais promissores, capaz de rivalizar com o do Recôncavo Baiano.

Os alagoanos se movimentam no sentido de conseguir preferência para a instalação, no seu território, da Refinaria do Nordeste, que Pernambuco, desde muito tempo, vem reivindicando para Recife.

• O consumo de petróleo diminui

Durante os oito primeiros meses deste ano, parece terem-se estabilizado, em relação ao mesmo período do ano anterior, as importações de petróleo e produtos derivados. Os elementos estatísticos ainda são insuficientes para se examinar em pormenor a causa dessa evolução; mas desde já se pode admitir uma série de fatores como responsáveis por ela. Três desses

fatores são os seguintes: aumento da nossa capacidade de refinação, aumento da produção nacional e diminuição do consumo.

No que tange ao primeiro fator, é preciso notar que a única refinaria nova que entrou em serviço é a que se encontra localizada perto de Manaus, com a capacidade de 5.000 barris por dia. Também se verificou um aumento da capacidade da refinaria de Cubatão, mas esta teve de interromper a sua produção por algum tempo em virtude da dificuldade de utilizar o petróleo altamente parafinado do Recôncavo Baiano. Há motivos para supor que o aumento da capacidade de refinação não tenha tido, na nossa economia de cambiais, uma influência tão grande como no ano passado.

O aumento da produção em números absolutos foi considerável: enquanto, no ano passado, a produção atingira 4 milhões de barris, nos nove primeiros meses deste ano ascendeu a 6,7 milhões. Convém observar, todavia, que essa produção

tem uma significação muito pequena quando a comparamos ao consumo: em setembro, com uma produção média de 29.314 barris diários (número particularmente elevado), apenas cobrimos 14,6% do nosso consumo no ano passado.

Tudo isto leva a admitir que a estabilização das nossas importações de petróleo e derivados nos oito primeiros meses deste ano se deva, essencialmente, à diminuição do consumo. Vários fatores nos levam a considerar essa causa como principal responsável. Notou-se que, no porto de Santos, as importações de petróleo bruto, em relação ao ano passado, acusaram uma quebra de 18,1%, o que demonstra que a capacidade de refinação não aumentou, como se terá julgado, ao ponto de permitir uma sensível economia de cambiais, mesmo que o consumo tivesse aumentado. Mas outra publicação tende a demonstrar esta realidade: a do consumo durante os cinco primeiros meses do ano, como se pode observar no quadro abaixo:

CONSUMO BRASILEIRO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO 1948/1957

(BARRIS POR DIA)

Anos e meses	Total	Gás liquefeito	Gasolina de aviação	Gasolina comum	Querosene	Óleo Diesel	Óleo combustível	Óleos lubrificantes
1948	62.404	202	2.804	24.289	3.702	8.234	21.727	1.446
1952	124.634	948	4.029	51.267	7.435	17.627	40.704	2.644
1954	159.942	1.462	5.201	58.044	11.275	25.291	55.098	3.571
1955	180.022	2.671	5.666	59.902	12.464	28.362	67.228	3.729
1956	199.786	4.426	6.234	62.328	13.261	33.066	74.745	5.706
1957 :								
Jan.	147.256	3.029	5.760	47.623	7.576	23.101	59.462	705
Fev.	176.195	4.763	7.033	61.405	9.643	28.467	63.915	1.004
Março ...	180.521	7.566	8.466	57.579	9.389	29.260	72.749	1.308
Abril ...	184.317	5.402	6.696	61.103	11.102	30.573	67.674	1.767
Maió	184.778	5.358	6.665	62.150	12.104	31.814	64.383	2.104

Este quadro, que transcrevemos da publicação "Petrobrás" (que há tempos nos fornece informações particularmente interessantes), mostra que a diminuição do consumo nos primeiros meses do ano foi verdadeiramente sensível. Se tomarmos a média desses primeiros meses, notaremos que o consumo diário apenas atingiu 174.613 barris, quando a média diária de 1956 fôra de 199.766 barris. Trata-se de uma evolução particularmente digna de ser observada pois, anteriormente, verificava-se sempre aumento do consumo. Esse aumento continuou a registrar-se no gás liquefeito e na gasolina de aviação. Para todos os outros derivados nota-se, pelo contrário, nítida diminuição. A média do consumo diário registrada nos cinco primeiros meses, comparada à do ano passado, é sensivelmente menor para os principais produtos de consumo:

(BARRIS POR DIA)

	1956	1957 (Jan.-maio)
Gasolina comum ...	62.328	57.972
Óleo Diesel	33.066	29.643
Óleo combustível ..	74.745	65.636

Parece poder-se atribuir esta diminuição, antes de tudo, à subida dos preços dos produtos derivados (o que não constitui um mal em si, pelo contrário). Também é de supor que essa diminuição, sobretudo quanto ao óleo combustível, seja consequência do aumento de produção de energia hidrelétrica. De qualquer maneira, parece-nos exagerado dizer que, mercê da sua atividade (cujo valor não negamos), a Petrobrás tenha resolvido em parte o nosso grave problema. Continuaremos, mesmo num período de baixa de consumo, a importar, pelo menos 200 milhões de dólares de petróleo e derivados, sem contar as cambiais necessárias ao pagamento do material de exploração e dos técnicos estrangeiros.

● Reflorestamento no Exército : 1957

Totais de árvores plantadas por Região Militar, incluídas as Coude-larias:

1ª Região Militar (RJ)	464
2ª Região Militar (SP)	2.851
3ª Região Militar (RS)	60.241
4ª Região Militar (MG)	87.315
5ª Região Militar (PN)	7.943
6ª Região Militar (BA)	395
7ª Região Militar (PE)	2.439
8ª Região Militar (PR)	30
9ª Região Militar (MT)	243
10ª Região Militar (CE)	1.156
Brasil	163.077

● A situação econômica brasileira

Um diplomata brasileiro afirma que "o Brasil fará todo o possível" para prolongar a função exercida pelo café em sua economia, de acumulação de cambiais.

Segundo Miguel Ozorio de Almeida do Departamento Econômico da Embaixada do Brasil em Washington, esta atitude compreende a "associação com todos os demais produtores e consumidores que desejem cooperar".

Esta declaração faz parte de um relatório de 12.000 palavras sobre "A Economia Brasileira em 1957" que foi preparado para ser apresentado ao seminário sobre o Brasil, de um mês de duração, realizado pela Associação Internacional de Administradores. Este seminário chega agora ao seu fim.

Almeida salientou que o café produz agora anualmente um bilhão de dólares para o Brasil e declarou:

"Estes são vitais para o desenvolvimento econômico e constituem uma contribuição necessária à economia enquanto esta se volta novamente para processos de maior produtividade, atingindo agora finalmente a última fase da revolução industrial.

Ele também caracterizou o mercado internacional do café como "oligopolístico" (controlado por poucos) e disse que a economia ensina que nos mercados "oligopolísticos" os produtores ou chegam a um acordo entre si e mantêm a estabilidade de preços, ou então o mercado se desfaz sobre eles, levando ao monopólio de um único produtor, que se encontra numa posição excepcionalmente vantajosa, depois de extenso período de concorrência de vida ou morte a preços inferiores às necessidades de sobrevivência.

Almeida declarou que qualquer acordo sobre preços de café para ser cem por cento efetivo, deveria incluir todos os produtores, latino-americanos, africanos e ou-

tros. Um acordo latino-americano apenas, disse ele, seria indubitavelmente o grande incentivo de que a África necessita para acelerar sua produção.

Eis outros pontos do seu relatório:

"O mercado brasileiro alcançou agora uma expansão suficiente para se permitir a produção em escala ótima de, praticamente, todos os bens duráveis ou não de consumo.

O Brasil deve ser considerado atualmente como um fornecedor "marginal" de minérios de ferro e apesar de suas enormes reservas e dos últimos progressos passará algum tempo até que o Brasil possa exportar quantidades substanciais de minérios de ferro.

— Apesar do esforço gigantesco realizado atualmente para reequipar e modernizar o sistema brasileiro de transportes, este poderá revelar-se inadequado mesmo depois das modificações drásticas que vêm sendo introduzidas.

— Não há mais dúvida de que o Brasil superará o objetivo fixado de produzir 85.000 tambores diários de petróleo até 1960 com uma capacidade de refinação diária de 175.000. A produção poderá alcançar 100.000 tambores e a capacidade de refinação, 330.000.

— Uma elevação da produção de energia elétrica de 4.400.000 KW a mais sobre os 3.550.000 KW produzidos em dezembro de 1956, poderá revelar-se apenas suficiente para cobrir as necessidades mínimas do País.

Almeida declarou também existirem boas perspectivas para a exportação dos produtos industriais para mercados fora da área do dólar, principalmente na América Latina.

O problema do trigo, afirmou ele, será solucionado definitivamente dentro de alguns anos o que representará uma economia de mais de 100 milhões de dólares em futuro próximo.

Noticiário de Interesse Militar

À MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DA INTENTONA DE 1935

Missa na Catedral Metropolitana e cerimônia cívica junto ao obelisco do Parque Farroupilha

Promovida pelas altas autoridades civis e militares, realizou-se em Porto Alegre, mais uma vez, a tradicional homenagem à memória das vítimas da intentona comunista de 1935.

As 8 horas, na Catedral Metropolitana, foi celebrada missa solene, vendo-se, entre os presentes, o Governador Ildo Meneghetti, com suas casas civil e militar: General Souto de Oliveira, Comandante do 3º Corpo de Exército; Deputado Alberto Hoffmann, Presidente da Assembléia Legislativa; Desembargador Décio Pelegrini, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; representantes dos Secretários do Estado, do Prefeito Municipal, da Câmara Municipal, Comandantes da 5ª Zona Aérea, da Brigada Militar, acompanhados dos Comandantes de vários corpos da Força Estadual; Capitão do porto da capital, etc.

SOLEINIDADE NO OBELISCO

Após a missa, os presentes transportaram-se até a parte fronteira ao Instituto de Educação, no Par-

que Farroupilha, onde se encontra levantado o obelisco, em memória dos que tombaram em 27 de novembro de 1935. Ali estavam formadas forças do Exército, da Aviação, da Marinha e da Brigada Militar.

FALA O GENERAL ARMANDO CATTANI

Tomando a palavra, o General Armando Cattani, Comandante da 6ª DI, em nome do Comandante do 3º Corpo do Exército, disse o seguinte:

"Cumprindo, como soldado, a honrosa missão que me foi confiada pelo Exmo. Sr. General Nestor Souto de Oliveira, digníssimo Comandante do III Exército, aqui estou, ungido a natural civismo, para lembrar, em nome das FFAA, a explosão comunista de 27 de novembro de 1935.

Acontecimentos há na história de homens e de povos que valem por lições eternas, quando selados com o sangue generoso de mártires.

A insidiosa arremetida do Credo Vermelho contra a ordem, preparada e levada a efeito pelos que tentaram solapar o monumento de nossas instituições democráticas, é amargo exemplo que a Nação não deslembrará.

Os bravos da Praia Vermelha e do Campo dos Afonsos, que, numa afirmação de pura fé, revelavam em cada cicatriz um devotamento e em cada mutilação um sacrifício, formam o quadro de honra, inaugurado, faz duas décadas, na galeria dos heróis nacionais.

Encorajados pelo gesto olímpico das vítimas de novembro, cujos clamores de dor e brados de vitória, repercutem até nossos dias, expulsaremos os infiéis do Brasil, que pretendem impurificá-lo, embruteçê-lo, com o impiedoso materialismo ateu.

As entetnedoras homenagens que as FFAA e o povo prestam, com as lágrimas quentes de saudades, em memória dos que enfrentaram, com estóica coragem, na lustral do sofrimento, o terremoto mental que a tudo ameaçava aniquilar, exorta-nos a seguir, sem tibiezas, o caminho do dever, da lealdade absoluta, único que conduz à morada dos princípios sociais onde os oprimidos têm guarida e os fortes não menosprezam o direito dos fracos.

Para que não nos desviemos do rumo certo, necessário se torna eduquemos o nosso povo, particularmente a Juventude sem norte de hoje, pois é dever precípuo dos responsáveis pelos destinos do Brasil iluminar a estrada dos homens de amanhã, que deverão assumir as graves responsabilidades de guias da sociedade futura.

Urge reanimá-la, a educação religiosa, cívica e moral, porque nos tempos que correm ela não prevalece nos vários centros de estudo do país; infelizmente, a maioria dos mestres não educam: transmitem apenas conhecimentos.

Assim, talvez, possamos, como revidar ao comunismo, tornar realidade o conceito de consciência humana e justiça social que ouvimos desde o berço, mas não os senti-

mos; porque a caridade se tem mostrado esquivada ao sofrimento alheio; está esgotada; os que podem não estendem a dextra, não se compadecem; os pobres cada vez mais necessitam, mais sofrem à míngua de recursos materiais e conforto espiritual.

É o império da ambição, enfermidade mortal das almas, ganância que tudo quer: "César ou nada".

Ainda mais. Os crimes que assistimos atualmente, pondo em sobressalto contínuo a sociedade brasileira, nos amedrontam.

E por que estas amarguradas provas de barbárie incessáveis?

Porque não sabemos ou não queremos reprimi-las, com métodos humanos, distribuindo a justiça adequada a cada caso. Isto é, tratando o normal como a um são e o criminoso como a um enfermo.

Para o bom, para o normal, o trabalho igual, a recompensa igual; para o criminoso uma enfermidade, uma casa de saúde de almas.

Srs., não nos é permitido alongamento maior neste augusto momento de consagração aos eleitos da glória nacional, aos voluntários da honra de morrer pela conservação de nossas liberais instituições, pelo fortalecimento dos laços da unidade nacional.

Antes de dar por finda esta oração, lembremos, como um preito à Justiça, a imperecível encíclica — *Rerum Novarum* — de fundo cristão, social e econômico, escrita ao mundo após greves pacíficas ou violentas, após sacrifícios de vidas de Chefes de Estado, fulminados com as armas da vingança, do desespero, as quais eram replicadas com medidas repressivas, violentas, esquecidos todos de que as idéias só se combatem com outras idéias, mais convincentes, para silenciar as opositoras.

Até hoje a terapêutica acertada do magnífico Pastor, do iluminado Leão XIII, não foi sinceramente interpretada, não encontrou eco no coração endurecido dos homens sem fé.

Srs. — Ainda não secaram as lágrimas lançadas sobre os túmulos dos que se afamaram nas egrégias

regiões romanas, para que o Brasil fôsse engrandecido, e a Pátria nos conclama a novas e, quem sabe, maiores renúncias coletivas, para a consolidação do edifício moral da nacionalidade.

Ao apêlo, ao apêlo do Brasil, diante deste altar, afirmamos que as vidas de nossos mortos imortais não foram imoladas em vão.

Seus altos e edificantes exemplos são arma de nossa robusta confiança, que empunharemos em defesa de acrisolados ideais, de perdurável crença, à sombra frondosa do pavilhão estrelado, que tremulou salpicado de sangue, nos tremendos entreveros da velha Europa.

Consoladoras verdades estas que nos dão a certeza do progresso do Brasil, progresso que tem sua fonte cristalina na ordem, na Justiça que habita o coração dos brasileiros bem nascidos.

As distantes sepulturas de Pistoia e as melancólicas moradas de São João Batista, que abriram as portas da imortalidade aos sacrificados pela Pátria, são os sólidos alicerces sobre que edificaremos, com os operários de nossa fé irredutível, as catedrais do pundonor nacional e da real democracia, isentas de fementidas promessas.

Porque tudo quanto há de eterno e de heróico no homem e em sua vida incorpora-se à Eternidade,

transformando-se, para todo o sempre, numa nova porção divina da essência das coisas, no juízo admirável de Carlyle, a lição dos mártires da fatal novembrada, perdurará em nossa consciência cívica, como severo e perene conselho aos depositários das intangíveis e férteis tradições do Brasil imortal.

Nos instantes finais desta homenagem, enviemos, para as regiões infinitas, a mensagem de constante fidelidade aos que deram a vida por nossa vida.

Esta mensagem, que vale por um juramento, traduz, do mesmo modo, como afirmei certa ocasião e aqui o repito, traduz a nossa vocação de paz, de concórdia nacional, de esquecimento perpétuo às crises superadas que abalaram a Nação, para tão somente termos na mente que somos irmãos, civis e militares, homens de pensamento e de ação, soldados de terra, mar e ar, todos combatentes da mesma trincheira, uns e outros iguais no sacrifício.

Esculpido em nossos corações com apurado sentimento patriótico, conduzido pela luz resplandecente de nosso espírito seja o nosso lema: Sempre unidos.

Desta união fraternal, indesejável, depende riquíssima herança de quatro séculos, séculos não apenas vegetantes mas intensamente vivos".

Se não puderes plantar uma árvore, ao menos não derrubes a que tuas mãos não plantaram.

As florestas são um patrimônio não do detentor da terra, mas da própria nação. O desmatamento para "fazer lenha" ou madeira sem o reflorestamento ou o aproveitamento da terra, além de impatriótico, é lesivo aos interesses dos próprios descendentes.

PARECER DO CONSULTOR-GERAL DA REPÚBLICA SÔBRE VANTAGENS

PR 85.699-57 — N. 342, de 31 de outubro de 1957. Encaminha o Parecer n. 326-Z, sôbre projeto de decreto que transfere para a reserva, promovido ao posto de Marechal, o General-de-Exército Anor Teixeira dos Santos. "Aprovo. Em 5-XII-957". (Rest proc. MG, em 6-XII-957, por intermédio do Gabinete Militar da PR — Ass. decreto em 5-XII-957).

PARECER

Número de referência: 326-Z.

Determina o Excelentíssimo Senhor Presidente da República o exame, por esta Consultoria-Geral, do projeto de decreto que transfere para a reserva, promovido ao posto de Marechal, o General-de-Exército Anor Teixeira dos Santos.

Em meu parecer no referido projeto, deve ser omitida a referência ao inciso III do art. 54, da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, preceito que assegura um adicional de 20% ao General-de-Exército, Almirante-de-Esquadra e Tenente-Brigadeiro, com mais de 35 anos de efetivo serviço, quando reformados.

"Art. 54. O oficial que contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de efetivo serviço, após o ingresso na inatividade:

I — Será promovido ao posto imediato, se possuir o curso que o habilite para o acesso;

II — Terá os proventos correspondentes ao posto imediato, com direito ao montepio e com as vantagens que lhe competirem de acôrdo com o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, se não possuir o curso que o habilite ao acesso;

III — Terá os proventos aumentados de 20% (vinte por cento) e vantagens do referido Código, se ocupante do último posto da hierarquia militar em tempo de paz."

O citado dispositivo é redigido no pressuposto de que, nas Forças Armadas, não haveria promoção a Marechal, Almirante e Marechal do Ar, conforme procuramos esclarecer no Parecer n. 153-Z, aprovado pelo Chefe do Governo ("Diário Oficial" de 21-XI-56, pág. 22044).

Efetivamente, segundo disposição legal, o posto de Marechal só é preenchível, "em tempo de guerra" (Estatuto dos Militares, art. 16) e a Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955, Lei de Promoção de Oficiais do Exército, dispõe, terminantemente, que o posto mais elevado, no Exército, em tempo de paz, é o de General-de-Exército (art. 3º).

Em verdade, a possibilidade de acesso ao posto de Marechal, em tempo de paz, é obra de jurisprudência, para a qual contribuiu decisivamente o acórdão do Supremo Tribunal Federal, proferido no corrente ano, no Mandado de Segurança n. 3.609, do Distrito Federal.

Desta sorte, se, em face de precedentes, é possível a promoção ao posto de Marechal e se a esse posto tem acesso o General-de-Exército Anor Teixeira dos Santos, não há, contudo, cabimento para que os proventos sejam aumentados dos 20% a que se refere o n. III do art. 54 citado. Esse preceito é redigido no pressuposto de que o ocupante do último posto "em tempo de paz", em tempo de paz não vai ser promovido.

A norma, em meu parecer, só tem aplicação quando o oficial, ocupante do último posto da hierarquia militar, em tempo de paz, não vai ser promovido a Marechal ou Almirante isto é, não tem acesso ao último posto militar, em tempo de guerra.

E o mesmo que se dá em relação ao funcionário público: quando não pode ser promovido porque é ocupante do último padrão de sua carreira, ou é ocupante de cargo isolado, abona-se-lhe 20% sobre os respectivos proventos (Est. dos Func., art. 184, ns. 1 e II), mas se ainda pode ser promovido, ao aposentar-se, dá-se-lhe a vantagem de uma promoção (art. 184, n. 1). Contudo, a promoção e os 20%, tal acumulação não é possível.

Em face do exposto, o parecer da Consultoria-Geral da República é que, da minuta de Decreto deve ser excluída a referência ao "inciso III do art. 54 da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954".

Está, pois, ao parecer a orientação a ser seguida, no caso concreto e em hipóteses idênticas.

Salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1957 — A. Gonçalves de Oliveira,
Consultor-Geral da República.

("Diário Oficial" de 5-XI-57.)

ATOS OFICIAIS

Leis, decretos, avisos e portarias de interesse geral para as
Forças Armadas publicados até 28 de dezembro de 1957

DECRETO N. 42.792 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1957

Dispõe sobre a administração dos "Estabelecimentos Ministro Mallet" e dá
outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o
art. 11 da Lei n. 2.851, de 25 de agosto de 1956, decreta :

Art. 1º. Ficam extintas, no Ministério da Guerra ;

a) a Administração dos "Estabelecimentos Ministro Mallet", instituída pelo Decreto-lei n. 4.258, de 15 de abril de 1942 ;

b) no Quadro Permanente do Ministério da Guerra, a função gratificada, FG-3, de Administrador dos Edifícios Mallet, criada pelo Decreto n. 35.447, de 30 de abril de 1954.

Art. 2º. A administração dos edifícios e anexos cujo conjunto constitui os "Estabelecimentos Ministro Mallet" será feita pelos órgãos que os ocupam, conforme instruções baixadas pelo Ministério da Guerra.

Art. 3º. Os servidores extranumerários mensalistas lotados na Administração dos "Estabelecimentos Ministro Mallet" serão aproveitados em outras funções, mediante alteração da Tabela Numérica Especial aprovada pelo Decreto n. 34.422, de 29 de outubro de 1953, a ser proposta pelo Ministério da Guerra.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1957 ; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK
Henrique Lott.

("Diário Oficial" de 11-XII-1957.)

AVISO N. 1.125 — EM 2 DE DEZEMBRO DE 1957

Em Ofício n. 873-D3, de 22 de novembro de 1957, o Exmo. Sr. Chefe do Departamento Geral do Pessoal, tendo em vista algumas dúvidas com a publicação da Portaria n. 2.187, de 14 de novembro de 1957, consulta :

1º) Os quadros de acesso para promoção à graduação de 1º Sargento, continuarão a ser feitos pelo DGP ?

- 6 — Usina Siderúrgica São José Sociedade Anônima;
7 — Construtora de Equipamentos Industriais Soc. Anônima.

Art. 2º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Henrique Lott.

("Diário Oficial" de 11-XII-1957.)

DECRETO N. 42.794 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1957

Modifica a organização e encargos da Comissão Permanente de Comunicações das Forças Armadas, criada pelo Decreto n. 35.495, de 13 de maio de 1954 e dá outras providências.

("Diário Oficial" de 11-XII-1957.)

DECRETO N. 42.817 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1957

Cria o cargo de Adido Naval junto à Embaixada do Brasil em Taipei (China) e dá outras providências.

("Diário Oficial" de 18-XII-1957.)

DECRETO N. 42.694 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1957

Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 48 — Capítulo VI — Disposições Transitórias — do Regulamento dos QOA-QOE, Decreto n. 42.251, de 6 de setembro de 1957.

("Diário Oficial" de 25-XII-1957.)

AVISO N. 1.197-DI-B — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1957

Considerando que cabe ao Ministro da Guerra o dever de, como Chefe do Exército, ouvir os seus comandados e atender, dentro dos limites legais as suas necessidades e anseios;

Considerando que o estreitamento de contato entre comandados e superiores possibilita maior desenvolvimento da confiança mútua, condição imprescindível ao exercício do comando em todos os escalões;

Considerando, também, que este singular meio de relações permite ao Chefe do Exército conhecer, diretamente, as reações que os despachos e decisões ministeriais causam aos interessados, para proporcionar-lhes os recursos administrativos cabíveis;

Considerando, outrossim, que é mister estender tal oportunidade aos funcionários e servidores do Ministério da Guerra;

Considerando, finalmente, que a medida de que neste se cogita já vem sendo posta em prática desde algum tempo, com resultados para as partes, apesar de ainda não ter sido convenientemente disciplinada, resolve:

1. a) Conceder audiência semanal aos militares e civis residentes ou de passagem nesta Capital;

b) Autorizar aos que se acham fora do Rio de Janeiro, dirigirem, sob a forma de memorial e diretamente ao Ministro da Guerra, a expressão de seus desejos, procedendo assim como se estivessem em audiência a eles reservada.

2. Determinar, aos Comandos de Exército e de Região, Chefes de Departamento e Diretores, Comandantes de Unidades e Estabelecimentos a concessão de idêntica oportunidade a todos os militares e civis cujas necessidades possam ser atendidas por esses escalões.

3. Reafirmar que os casos de justiça e disciplina sejam pleiteados, como até agora, pelos trâmites legais.

4. Proibir terminantemente, à vista do exposto, que militares se dirijam a qualquer autoridade estranha ao Exército para tratar de assunto que deva ser solucionado pelo titular da Pasta da Guerra.

5. Tornar sem efeito o Aviso n. 313, de 20 de maio de 1952.

("Diário Oficial" de 28-XII-957.)

PORTARIA N. 2.257 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista regular o recrutamento para a QMG Topógrafo do Serviço Geográfico e o funcionamento do "Curso de Formação de Topógrafos", previsto no art. 11 do Decreto n. 42.251, de 5 de setembro de 1957, e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, constante do Ofício n. 1.812-C-2, de 29 de outubro de 1957, resolve aprovar as "Instruções para o Curso de Formação de Topógrafos do Serviço Geográfico", que com esta baixam.

("Diário Oficial" de 3-XII-957.)

PORTARIA N. 2.302 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, em Ofício n. 913-A, de 26 de novembro de 1957, determina alterações nas "Normas Gerais para a Qualificação Militar de Praças", aprovadas pela Portaria n. 800, de 4 de maio de 1956.

("Diário Oficial" de 26-XII-957.)

AVISO N. 1.178-D3-E — EM 17 DE DEZEMBRO DE 1957

Consulta o Comandante da 5ª Região Militar:

A. Se as dispensas totais do serviço concedidas aos militares na forma do n. 15, letra b), do art. 76 do R-1, devem ou não ser descontadas das férias;

B. Se as dispensas totais do serviço (n. 15, letra b), do art. 76 do R-1 e letra b), do art. 69 do R-4), as licenças (art. 4º do Estatuto dos Militares e Lei n. 283, de 24 de março de 1949) e o trânsito (§ 3º do art. 399, do R-1) concedidos aos militares, ficam na dependência de autorização prévia para serem gozados fora da Guarnição.

Em solução, tendo em vista as disposições legais e regulamentares que regem a matéria e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro:

1. Quanto à letra a):

As dispensas totais de serviço concedidas aos militares como recompensa não devem ser descontadas das férias, cabendo tal desconto

somente quando se tratar das dispensas de serviço a que se refere a letra b), do n. 15, do art. 76 do R-1, isto é, as concedidas por motivos de força maior, sem o caráter de recompensa.

2. Desde que não se trate de afastamento do Território Nacional, o militar que desejar gozar férias, dispensa do serviço ou licença fora da Guarnição — incluído nos casos de dispensa do serviço fora da Guarnição, o Trânsito na localidade de destino — poderá fazê-lo, desde que, previamente, comunique esse desejo a seu superior imediato, ao qual cabe fazer a devida comunicação, pelos trâmites legais, aos órgãos interessados.

3. Ficam revogadas as prescrições constantes de Atos Ministeriais, que colidam com as do presente Aviso.

("Diário Oficial" de 26-XII-1957.)

PORTARIA N. 2.263 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército e usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59 da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942), tendo em vista o funcionamento, em 1958, das Escolas Preparatórias e dos Cursos de Formação, de Aperfeiçoamento e de Especialização de Oficiais, resolve fixar as datas de início e o número de vagas para matrículas.

("Diário Oficial" de 4-XII-1957.)

DECRETO N. 42.725 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1957

Dispensa de exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica dispensada, até 31 de dezembro de 1958, a exigência constante da letra c) do art. 83 do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada, aprovado pelo Decreto n. 3.121, de 3 de outubro de 1938.

Art. 2º. A exigência dispensada pelo art. 1º fica acrescentada às do art. 84, daquele Regulamento, para oficiais promovidos em decorrência do presente decreto.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KURITSCHEK
Antônio Alves Câmara.

("Diário Oficial" de 5-XII-1957.)

PORTARIA N. 2.378 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra considerando:

— que, em decorrência do disposto no art. 7º, parte final da Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1935 (Lei de Promoções dos Oficiais do

o cálculo dos proventos de inatividade é em função do tempo de serviço, determino, a fim de abreviar o processamento do referido cálculo, que:

1 — O Departamento Geral do Pessoal, por intermédio da Diretoria do Pessoal da Ativa, no mesmo dia em que tomar conhecimento, pelo "Diário Oficial", da transferência para a reserva ou reforma do militar da ativa — deverá comunicar essa ocorrência, via rádio, ao Corpo de Tropa, Repartição ou Estabelecimento a que pertencer o referido militar.

2 — O mesmo Departamento, por intermédio da Diretoria do Serviço Militar, terá idêntica incumbência, com relação aos militares da reserva que estejam prestando serviço na ativa (inclusive os do Magistério do Exército) e sejam licenciados ou reformados.

3 — O Comandante, Diretor ou Chefe do Corpo de Tropa, Repartição ou Estabelecimento a que pertencer o militar, na data em que o excluir da Organização, dará conhecimento via rádio, dessa ocorrência, à Diretoria do Serviço Militar.

("Diário Oficial" de 11-XII-1957.)

DECRETO N. 42.804 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1957

Altera o Regulamento para a Escola de Guerra Naval

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica alterado o Regulamento para a Escola de Guerra Naval, aprovado pelo Decreto n. 41.224, de 20 de março de 1957, para o fim de ser acrescentado, ao art. 16, o § 4º, a saber:

"§ 4º. Aos oficiais que, nos exames do Curso Básico, se tenham classificado na categoria E do Critério de Lindquist, será permitido fazer novos exames uma só vez e na turma subsequente."

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Antônio Alves Câmara

("Diário Oficial" de 17-XII-1957.)

DECRETO N. 42.834 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1957

Cria o Parque Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e de acordo com o art. 19 da Lei número 2.851, de 25 de agosto de 1956, decreta:

Art. 1º. Fica criado o Parque Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar, com sede na cidade de São Paulo.

Art. 2º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Lott

("Diário Oficial" de 17-XII-57.)

DECRETO N. 42.835 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1957

Inclusão de Tropas de Serviços no art. 17 do Decreto n. 41.186, de 20 de março de 1957

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e de acordo com o art. 19 da Lei número 2.831, de 25 de agosto de 1956, decreta:

Art. 1º. Ficam incluídas entre as tropas de serviços constantes do art. 17 do Decreto n. 41.186, de 20 de março de 1957, mais as seguintes:

Batalhão-Depósito;

Companhia de Parque;

Companhia-Escola de Guerra Química;

Pelotão de Reparação Auto.

Art. 2º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Lott

("Diário Oficial" de 17-XII-57.)

DECRETO N. 42.805 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1957

Cria a Agência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em Henrique Lage

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criada a Agência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em Henrique Lage, subordinada à Delegacia da mesma Capitania, em Laguna.

Art. 2º. A despesa com a execução do presente Decreto será atendida pela dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Antônio Alves Câmara

("Diário Oficial" de 17-XII-57.)

o Trânsito na localidade de destino — poderá fazê-lo, desde que, previamente comunique esse desejo a seu superior imediato, ao qual cabe fazer a devida comunicação, pelos trâmites legais, aos órgãos interessados.

3. Ficam revogadas as prescrições constantes de atos Ministeriais que colidam com as do presente Aviso — Gen Ex Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

(“Diário Oficial” de 19-XII-1957.)

AVISO N. 1.118 D-5-C — EM 29 DE NOVEMBRO DE 1957

Em obediência ao disposto no art. 6º da Lei n. 1.765, de 18 de dezembro de 1952, foram expedidos os Decretos ns. 39.255, de 23 de maio de 1956, 39.429, de 1 de junho de 1956 e 40.976, de 15 de fevereiro de 1957.

2. Dispositivo inserido nesses Decretos determinou que o custeio das despesas com as Tabelas que menciona, continuaria sendo atendido por conta das Economias Administrativas do Ministério da Guerra.

3. Em face disso, algumas Repartições entenderam que o ônus dessas despesas transferiu-se para a Caixa Geral de Economias da Guerra.

Tal entendimento, porém, não pode prevalecer em face dos termos do art. 1º do Decreto-lei n. 3.940, de 12-VIII-1941, sendo óbvio, por conseguinte, que um decreto executivo, sem a indispensável base legal, não poderia transferir responsabilidades financeiras, ainda mais quando estas se encontram explicitamente determinadas no dispositivo legal mencionado.

5. Solucionando o assunto, determino que as Unidades Administrativas abrangidas pelos Decretos antes referidos, ou aquelas que em futuro sejam abjeto da transformação de que trata o aludido art. VI da Lei n. 1.765, de 18 de dezembro de 1952, deverão continuar arcando com o custeio das despesas com as Tabelas respectivas.

(“Diário Oficial” de 4-XII-1957.)

DECRETO N. 42.732 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1957

Regula o uso de condecorações nos uniformes militares, na forma do que prescreveu o art. 11 do Decreto n. 40.556, de 17 de dezembro de 1956

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Na forma do que prescreveu o art. 11 do Decreto número 40.556, de 17 de dezembro de 1956 é autorizado o uso, nos uniformes militares, das seguintes condecorações:

a) Medalha “Mérito Tamandaré” (M) — Decreto n. 42.111, de 20 de agosto de 1957, que se incluirá entre as relacionadas na letra b) do art. 2º do Decreto n. 40.556, em seguida à Medalha “Marechal Trompowsky”;

b) Medalha-prêmio “Faraday” (M) — instituída em 1923, na Escola Naval, que se incluirá nas relacionadas na letra j) do art. 2º do Decreto n. 40.556, entre as Medalha-prêmio “Almirante Alexandrino de Alencar” (M) e Medalha-prêmio “Almirante Jaceguai” (M);

c) Medalha-prêmio "Intendência da Marinha" (M) — "Aviso número 3.469-A de 21 de outubro de 1955 e Medalha-prêmio "Almirante Gastão Motta" (M) — Aviso n. 3.470-A, de 21 de outubro de 1955 que se incluirão nas relacionadas na letra j) do art. 2º do Decreto n. 40.556, entre as Medalha-prêmio "Marechal Hermes — Aplicação e Estudos" — (E) e Medalha-prêmio "Força Aérea Brasileira" (A).

Art. 2º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 10-XII-957.)

DECRETO N. 42.737 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1957

Organiza, no Ministério da Aeronáutica, a Base Aérea dos Afonsos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição e de acordo com a letra b) do art. 1º do Decreto-lei n. 9.888, de 16 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1º. É organizada no Ministério da Aeronáutica, a Base Aérea dos Afonsos, com sede no Campo dos Afonsos, Distrito Federal.

Art. 2º. O Ministro da Aeronáutica adotará as providências necessárias à ativação da Base Aérea dos Afonsos a 1 de janeiro de 1958.

Art. 3º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 10-XII-957.)

PORTARIA N. 2.324 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar o "Regulamento Interno do Edifício Praia Vermelha", que com esta baixa, revogadas todas as disposições em contrário.

("Diário Oficial" de 10-XII-957.)

VOCE SABIA?

...Que a área sedimentar de Alagoas e Sergipe é maior do que a do Recôncavo Baiano?

...Que a Petrobrás investe num só mês em pesquisas petrolíferas no Brasil a quantia de 13 milhões de dólares — que foi quanto a Standard se comprometeu a investir em idênticos trabalhos, em quatro anos, na Argentina?

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen Edmundo Macêdo Soares e Silva

Dr. Raul Prebich

Roberto de Oliveira Campos

Rubens Falcão

Ten-Cel Alvaro Cardoso

Maj Ruy de Alencar Nogueira

Maj Kleber Assumpção

Cap Diógenes Vieira Silva



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1956